

CEDI - P.I.B.
DATA 20, 08 86
COD. QND 27

"Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre. Alguém tem que perder a vida por uma causa". Marçal -- junho/80



MARÇAL TUPÃ'I

APRESENTAÇÃO

Quando o Conselho Indigenista Missionário - Cimi resolveu investir no setor de Documentação, tencionávamos fazer um trabalho que tivesse logo um retorno às comunidades indígenas e aos missionários que atuam na base. Surgiu então a idéia de elaborar dossiês que abordassem assuntos específicos, resguardando a memória do fato ou da pessoa lembrada, e que possuem um instrumento para uma ação jurídica ou denúncia importante.

Neste sentido estamos lançando o 1º volume de uma série de dossiês, onde recuperamos as palavras e o significado da morte de Marçal Tupã'i, líder guarani e um dos pilares do atual movimento de resistência, cuja morte até hoje continua impune, assim como o assassinato de todos os índios em nosso País. Não podemos aceitar a cumplicidade de tantos crimes e massacres. Este resgate histórico quer ser uma denúncia e um compromisso!

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

Brasília/DF, junho de 1985

Cópias deste trabalho poderão ser pedidos ao Cimi, por reembolso postal, no seguinte endereço:

CIMI
Caixa Postal 11-1159
70084 - BRASÍLIA/DF

NENITO CLÁUDIO - GUARANI

Eu posso falar? Quer dizer, eu vou falar um pouco sobre os patrícios, os índios lá de Dourados-MT. As autoridades vai me desculpar de eu falar, mas o que é verdade tem que se falar.

Estou reclamando do que tem acontecido com os índios Kaiowá que por qualquer coisa são transferidos. Como pode o índio possuir alguma coisa na vida assim desse jeito? Os índios são transferidos como gado que a gente pega põe num campo ou no outro. O que os índios Kaiowá pediram pra eu falar foi isso.

Eu da minha parte acho que um dia os índios vão desaparecer mesmo porque já tem pouco.

Outra coisa que eu quero dizer é que lá os índios ganharam trator, mas o trator só fica nas mãos dos capitãos. Isso quer dizer que eles ganham dos índios na colheita, eles ganham na terra tombada.

E outra: a madeira da terra dos índios, eles estão tirando tudo. Estão derrubando o mato. Quer dizer, como os índios vão possuir uma casa, de onde vão tirar madeira? Se os índios ficar só com a terra, como vão se valer depois não tendo madeira dentro da área do posto?

Qualquer coisa que acontece as autoridades do posto despejam os índios na rua com as famílias. Os índios perdem tudo, nem condução eles dão. Isso aconteceu com meu irmão Marçal de Souza, índio guarani. Ele tinha 51 de moradia dentro do posto. Outro dia atrás eles mandaram ele sair da aldeia com a família inteira. Ele perdeu muitas coisas que tinha. Ele estava preso e então o encarregado de lá mandou dizer pra mulher dele que ia mandar botar fogo na casa e então ela saiu de medo. Ele disse pra ela: "Dá um jeito de sair dona, porque se a senhora não sair vou mandar botar fogo na casa". Então naquele momento, a mulher fez força e saiu. Deixou a sua morada. Eu por enquanto vou falar isto, depois vou falar mais.

Fonte: 3ª Assembléia de Chefes Indígenas

Meruri - MT 2 a 4 de setembro de 1975

Boletim do CIMI

RUÍNAS DE SÃO MIGUEL/RS
2º DIA - 18 de Abril de 1977

TUPÃ'I - GUARANI

Primeiramente eu agradeço pela feliz oportunidade de proporcionar a mim esta viagem, esta estadia aqui para conhecer outros irmãos das nossas tribos. Nós que já convivemos anos e anos de contato com a civilização do branco, já sabemos com sobeja razão, já chegamos a conclusão de que quem tem interesse na vida do Índio, na pessoa do Índio, é o próprio Índio. Chegamos ao fim da picada, ao fim da estrada: ou nós avançamos ou nós entregamos ao branco. Esta reunião que nasceu da experiência de quem tem um pouco de humanidade, de amor ao próximo, nós devemos levar avante.

Meus irmãos, chegou a hora de nós levantarmos a voz pela sobrevivência da nossa gente, que antigamente foi um povo feliz, um povo despreocupado. Somos um povo que já teve pátria, e que não tem mais pátria. Vivemos em terras invadidas, intrusadas. Nossas leis são feitas por pessoal lá de cima, que dizem que nós temos direitos. Nós temos direitos no papel, mas onde esta a realidade? Tenho uma cicatriz na minha vida, no meu coração, que nem o tempo, nem os séculos vão apagar. Que eu estou preocupado com meu povo. Eu estava querendo fazer o verão sózinho. Como diz o ditado nê. Uma andorinha só não faz verão. Chegou a hora que nós sozinho não conseguiremos fazer nada. Precisamos nos unir braço a braço, e levantar alto a voz dos nossos antepassados que foram massacrados. Chegamos a um ponto que nós os Índios devemos tomar a rédea do governo indígena, e esse é o caminho certo: a assembléia, reunir, ouvir todos.

Muitas vezes a presidência põe no papel um plano bonito e manda pra cá, e daqui vai um relatório: "Ah, mas os Índios daqui estão muito feliz", quando na realidade estamos a zero. Eu já entrevistei o Ministro do Interior, Rangel Reis. O Índio que encherça um pouquinho, eles tem medo, isso é que é a verdade. Disseram que o Ministro não podia me ver, mas eu esperei. Eu disse ao Ministro que o problema, que a lei do Índio, essa lei nova, não pode ser aplicada de modo geral. Que o problema do Índio hoje é complexo. Que o problema do Índio do Sul é muito diferente do dos nossos irmãos lá do norte, do Amazonas. Eu disse: "Olha, sr. Ministro, este problema de emancipação do Índio esta longe". Porque a emancipação, meus queridos e prezados irmãos, esta baseada no problema econômico. Se o indio não tem isso aqui, não pode ser emancipado, não tem condições. Aqiu esta o começo da nossa emancipação, então vamos entrelaçar o nosso pensamento, a nossa coragem, porque nós precisamos ter muita coragem. Porque tem

....

.....

muita gente que gosta do Índio, mas tem muitos que querem exterminar o Índio pra ficar com o pouco que nós temos.

Tem Noites que eu não durmo, pensando nos nossos problemas. De esperar nós estamos cansados. Todos aqui temos essa experiência. Nossas reservas estão devastadas, sem madeira. Quem tirou? Foi o Índio pra fazer suas casas? Não, foi o próprio branco. Não podemos mais ficar de braços cruzados. Essa talvez seja a última oportunidade pra nós erguer a nossa tribo, erguer a voz das nossas tribos. Lá fora tem muita gente boa, a imprensa, a televisão. A FUNAI não achou bom quando viu a entrevista do Índio na televisão lá. Eles foram atrás e acharam o Índio na portaria da Rádio Nacional. Nós não podemos ter medo. Porque nós estamos na nossa pátria. Estamos na nossa terra. Nossos pais nasceram aqui, viveram aqui. Não podemos pensar no tempo porque é muito longo, a história da nossa gente. Então nós temos que gritar.

Meus irmãos, eu me sinto tão feliz, me sinto recompensado por toda nossa experiência. Eu não fico quieto não. Eu reclamo, eu falo, eu denuncio. Houve um capitão lá na minha aldeia, ele se uniu ao encarregado (chefe do posto) pra perseguir os índios. Foi uma correria lá. Eu fui perseguido, minha gente foi perseguida. Então eles se uniram com o chefe do Posto pra escravizar a nossa gente. Eram presos, amarrados com arame, levados para o posto. As moças não podiam sair, eram presas pela "polícia indígena", levadas pra roça do capitão, tiradas as roupas e passavam a noite assim na prisão. Eu já sofri muito. Uma vez me espancaram, me judiaram, me levaram pra Dourados (MT). Lá dormi entre dois soldados como se fosse um criminoso perigoso. Fiz meu depoimento lá. Quando cheguei, o encarregado (chefe do Posto) tinha mandado meus filhos, minha mulher, tudo pra Dourados, tinham expulsado. E eu tinha morado 30 anos lá. Pra dizer bem a verdade, a FUNAI não tem gente com a capacidade moral e capacidade material para sustentar uma casa. Um dia o povo brasileiro dos brancos talvez venham a conhecer a história real dos Índios do Brasil.

Vocês não se esmoreçam, não desanimem. Vamos pensar em todos os Índios, em Nação, para que um futuro não muito longe tenhamos oportunidade de ver a nossa tribo sobreviver, emancipar. Eu falei pro encarregado: "Você é um dos elementos que tirou a nossa felicidade". Essa índole do Índio que vocês dizem que é preguiça, na verdade é a felicidade que o Índio traz do passado. Você acha que a pessoa que viveu esta felicidade vai acostumar a viver neste trabalho, nesta cabeça quente que vocês vivem por aqui?

.....

....

Não é de hoje que eu sonhava com uma Assembléia de Índios. É uma coisa maravilhosa. Tem gente que quer que a gente sempre ande com a cangaia no pescoço. Eu fico emocionado, muito grato a vocês, principalmente esta gente que estão interessados em restaurar a nossa tribo que foi uma grande nação no passado.

Fonte: Boletim do CIMI nº 38 Abril de 1977
Depoimento de Marçal de Souza TUPÃ'I
Ruínas de São Miguel
8ª Assembléia de Chefes Indígenas 16 a 18/04/77

Depoimento de Marçal de Souza - Tupã' I
Seminário O INDIO BRASILEIRO: UM SOBREVIVENTE?
29.04.77. Porto Alegre/RS

TUPÃ' I

Fomos donos desse grande país chamado Brasil. Hoje, no entanto, somos obrigados a viver confinados em glebas de terras da União. Da União, bem entendido. Porque essas terras que ocupamos não é nosso, não temos direito de usar dos recursos naturais que ela oferece. Apesar que no Estatuto do Índio, num dos itens diz: "Todas as terras ocupadas pelo índio pertence ao índio, tem direito ao usufruto dos recursos naturais." Na realidade, a verdade é outra. O índio não tem direito em nada. Se ele tentar lançar mão desses recursos, o chefe do posto prende, castiga. Se ele teimar, é ameaçado de ser transferido para o Amazonas, separando o de sua família. Com essas ameaças as tribos tem levado a vida de medo, tem vivido a vida de humilhação.

TUPÃ' I FALOU LONGAMENTE DO SOFRIMENTO DE SEU POVO. DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS, DE 01.05.77, TRANSCREVEMOS OS PARÁGRAFOS ABAIXO:

PRISÃO - "Hoje povo Guarani não tem pátria. Vivemos ao léu da sorte". Tupã' I falou devagar, pausadamente. De vez em quando parava para pensar. "O Estatuto do Índio é muito bonito no papel. As leis são criadas para proteger. Aqui esta meu irmão (Cacique Peny) meu patricio que se debate com o problema de terra, com a pressão dos brancos. O Estatuto diz que índio é feliz, o índio é ameaçado por derrubar madeira. Se desobedecer, dorme na cadeia fechado como se fosse criminoso."

"O índio vive a vida amedrontado. As aldeias continuam uma miséria, não tem remédio". A FUNAI quando manda algum medicamento, é em quantidade ridícula. Tanto quanto a qualidade dos remédios, melhora infantil, poucos antibióticos".

"Não queremos emancipação, nem integração. Queremos o nosso direito de viver. Jamais o branco compreenderá o índio. Queremos ser um povo livre como antigamente. O índio esta cercado, amordaçado por uma burocracia que não funciona. Por isso nós vamos a campo".

Fonte: Boletim do CIMI nº 36. Abril de 1977 pgs. 8 e 9

DISCURSO DE MARÇAL
NA SEMANA DO ÍNDIO

Jornal da cidade -

MARSAL DE SOUZA - GUARANI
DA ALDEIA CAMPESTRE

CAMPO GRANDE/MS

26/04/80

"Falo meu idioma e meu dialeto, com carinho. Infelizmente nesse século de progresso nós temos sido lesados nos nossos costumes tradição e religião... E hoje nós somos um povo sem pátria, sem terra. É o caso de minha aldeia. Antes dos ricos chegar aquele povo era feliz, porque tinha espaço pra viver e pra morrer. E hoje não tem mais de dez lotes para ocupar. É isso que nós queremos. Mas nós queremos pra todo indígena do Brasil porque temos direito. Nem todos encarregados tem interesse no problema do índio. A Funai tem muito setor distante. Muitas vezes veda o acesso a delegacia da Funai. Por que não levar a Brasília nosso problema? Que tenhamos liberdade para chamar as autoridades para que escutem o que estamos falando... Há cinco anos que suportamos a lei do cacete e do cano. É isso que trazemos a público para as autoridades. Deixo meu apelo de mais justiça. Quanto a terra dos índios lá, não há nada. O Presidente da Funai já estava lá e sabe e até hoje nada foi feito - e eu lá ameaçado de ser despejado pelos brancos, que nós, por teimosia, continuamos lá. O fazendeiro chega lá e diz: quem mandou você morar aqui? É humilhante não é? Talvez minhas palavras não tenham repercussão. Mas fica aqui meu grito, meu clamor por um povo sofrido. Que tenhamos o direito de nos organizar. Que os responsáveis por nós tenham liberdade para nós, pra discutir junto. A dor de um branco jamais entenderá o sofrimento de um índio. Diante disso dos brancos sentir nosso problema é nos dar apoio. Escuta nosso clamor e nos dê a cura de nossos problemas."



Marçal : a festa seja nossa

DISCURSO NA SEMANA DO ÍNDIO/1980
CAMPO GRANDE/MS

P rimeiramente, eu quero lembrar um pouco do meu passado. Não lembro bem, porque nós, os índios, não guardamos datas como vocês guardam datas e anos no papel. O nosso calendário é o inverno, o nosso correr dos meses é a lua, o nosso relógio é o sol. Por isso eu não me lembro bem. Se não me engano, na década de 1940, tive o primeiro encontro com o professor Dr. Darcy Ribeiro. Convi com ele em suas pesquisas por estas plagas de Mato Grosso, de aldeia em aldeia.

Naquela época, esse que fala a vocês não tinha... não tinha um ideal, não tinha um alvo, não conhecia a própria história. Em contato com esse grande amigo meu, Dr. Darcy Ribeiro, apesar de não ter quase preparo, mas Tupã, que abre todas as mentes, abriu também a minha mente e reportou-me ao meu passado muito distante, e ali, depois que o Dr. Darcy Ribeiro foi embora, eu revivi a glória do meu povo já muito distante, sendo levada pelos séculos, pelo tempo e pelos anos.

Descobri... descobri que nós tínhamos uma riqueza muito grande, uma riqueza muito preciosa, que era a nossa cultura, a nossa crença, a nossa vida de índio, a nossa organização. Desde então nasceu um amor muito profundo pelo meu povo índio. Desde então propus em minha vida, viver toda a vida, viver entre os meus irmãos, para pelo menos sentir o seu sofrimento, a sua vida, o seu viver. Então, revendo todos, a glória do meu povo já perdido no século, propus, em meu coração, batalhar pelo menos pela restauração de nossa cultura, da nossa crença, da nossa organização social, que só nós entendemos. Eu devo esse abrir de olhos ao professor Darcy Ribeiro.

Ao terminar, ao chegar ao fim deste seminário, que tantos caciques vieram aqui trazer os seus problemas, problemas de sua gente, em cada aldeia, e aqui explanaram, falaram. Então, desde há muitos anos, que eu vivia sofrendo, preocupado como fazer para que o índio tivesse... voltasse a ter um pouco do seu direito, um pouco de respeito pelo povo envolvente na atualidade.

Já que esperamos há cinco séculos, vivemos uma vida de dependente procuramos embarcar em tudo, em todos os barcos que aparecem em nos-

so caminho, para ver se encontramos a solução confiante de nosso problema, do problema do índio brasileiro. Então, cheguei a uma conclusão, que nós éramos uma nação esfolada, explorada, espoliada, uma nação controlada pela malícia dos brancos. Então, nós não tínhamos nenhuma possibilidade de atingir o nosso alvo, o direito que nós temos de sobreviver, de reorganizar a nossa tribo.

Pensando noite e dia, remoendo o problema de minha gente, da minha tribo, encontrei o único caminho. O único caminho seria, então, procurar unir esta nação esfacelada, esta nação espoliada, que vive sem orientação, desorientada. Procurar unir, orientar, já que elementos de fora não compreendem o nosso povo, a nossa gente. Então, encontrei o caminho, reunir a nação indígena, os ameríndios brasileiros, aquele povo vibrante, numeroso que eram, quando o primeiro explorador apareceu nas águas da Bahia. Foi o fim: o fim da liberdade do índio.

Desde então vivemos na correria, na expectativa do medo, na intimidação. E com isso foi morrendo a nossa dignidade, foi sumindo no tempo. Mas pode ser que consigamos compreender o nosso irmão índio e instruí-lo para que ele tome consciência de si mesmo, tome consciência do seu destino, da sua sobrevivência, que ele tome consciência de que tem o direito de viver, direito de progredir, de desenvolver, viver a vida que ele viveu no passado, na vida dos seus antepassados; é pela união, é pelo agrupamento, pela força. No final deste seminário, seria em vão nós, representantes da nação indígena de Mato Grosso do Sul, sair desse salão, desse falatório, sem deixar uma solução, uma solução que, no futuro muito próximo, venha realmente proporcionar condições de sobrevivência ao nosso povo indígena.

Por isso, pensamos organizar aqui, ao sair desse salão, deixar aqui um marco, uma associação, uma federação indígena genuinamente, autenticamente indígena, dirigida por índio. Porque só o índio sentado com seus líderes, debatendo os seus problemas e levando aquele direito que seria então à Funai, ao Presidente da República, ao público brasileiro, para que sinta o problema do índio. Por isso, nós os representantes

das aldeias do Sul de Mato Grosso, tomamos atitude energética de nos organizarmos em associação ou federação indígena, que venha defender a causa indígena, pelo índio. É o índio que sente o seu problema, tal qual é.

Vocês no Brasil, no ambiente de vocês, na organização de vocês, vocês têm vereadores, deputados estaduais, têm senadores, deputados federais. Quando realmente sente o problema brasileiro, ele grita, ele fala, ele vai à imprensa, ele chama pelo bem-estar de seu povo; assim nós também queremos falar, pelo direito de falar, não mandar alguém falar por nós o nosso problema. Nós queremos falar, discutir o nosso problema, o destino de nosso povo, o povo indígena. Não adianta nós, meus prezados e queridos irmãos índios, responsáveis pelas suas aldeias, sairmos daqui com a nossa cabeça cheia daquilo que ouvimos aqui, aquilo que nós falamos aqui, transmitimos aos estudantes, às autoridades constituídas desta cidade de Campo Grande. Não adianta nada. Isso, brevemente o vento e o tempo apagará e ficaremos a ver navios passar ao longo; não adianta.

Esperamos que os caciques representantes de suas aldeias saiam daqui conscientes de suas responsabilidades; cada um de nós saiamos daqui com o nosso coração batendo mais forte, com a nossa consciência cheia de responsabilidade, com a nossa consciência acusando o por que que nós atrasamos essa ideia, por que nós tardamos tanto em gritar nós mesmos pelo bem-estar de nosso. É o direito que nós temos de restaurar aquilo que foi usurpado, o direito que nos usurparam, o povo estranho à nossa tradição, a nossa crença e à nossa organização social. Levemos conosco, saindo daqui, consciente de que amanhã, no dia de amanhã, seremos um povo organizado, uma nação organizada, que tem base, que tem força, que tem autoridade, que mantenha respeito, que seja respeitada por aqueles que nos envolvem; o povo envolvente venha respeitar a nossa pessoa, o nosso físico, a nossa família, a nossa organização, a nossa cultura.

É isso que eu queria deixar no final deste seminário. Eu quero dizer aos amigos, aos estudantes, aos antropólogos, aqueles que estão junto com a gente, estão ao lado do índio, procurando incentivá-lo com as suas palavras, que seja realmente uma palavra leal, sincera, para que nós alcancemos a redenção da nossa gente e a recuperação do tesouro que temos, a nossa cultura, a nossa crença, a nossa organização social dentro da tribo.

A resolução nossa, pela manhã deste dia, no Dia do Índio, e o torno a dizer, que num futuro muito próximo, 19 de abril, seja realmente festejado pelo índio e não pelo branco, como tem sido até agora.

Eu vou dizer mais algumas palavras, com respeito à comemoração do Dia do Índio.

Dia 19, eu, especialmente, sinceramente eu falo, que tenho assistido muitas comemorações pelos postos, por aí afora, pelos postos dos índios, onde se abatem três, quatro, cinco reses, conforme a possibilidade de cada posto. Mas, geralmente, o representante do órgão, geralmente, tem mais convidados que o índio.

Eu tenho visto índio sair zangado, no dia da comemoração do seu dia, do Dia do Índio; tem índio que sai do churrasco chupando o dedo, porque não sobrou nada, porque veio o prefeito, veio o vereador, veio amigo do agente, para comemorar o Dia do Índio, e o índio não tem comemoração nenhuma. Eu disse aqui, que no futuro mais próximo, nós índios, comemoraremos nosso dia. A redenção de nossa raça, a restauração de tudo aquilo que é sagrado para nós, seja comemorado no dia 19 de abril, pelo nosso povo e por nós índios. Que a comemoração pertença a nós.

Tumulto na reunião indígena

Monsenhor Paul Marcinkus distribuindo empurrões e vetando a entrada, no Palácio do administrador apostólico de Manaus, dos padres Francisco Danilo Rodrigues e Egidio Schwade, ambos devidamente credenciados; o presidente do Conselho Indigenista Missionário, dom José Gomes, proibido de ler o discurso que preparara, contendo críticas duras à situação dos indígenas no Brasil; os próprios índios convidados retidos à porta do Palácio por mais de duas horas, inclusive as trinta pequenas índias trazidas das selvas do rio Negro pelas freiras salesianas — foi assim o tumultuado encontro entre o papa João Paulo 2.º e representantes de 54 nações indígenas, no final da noite de anteontem em Manaus.

Consequência inevitável: os índios saíram decepcionados, mesmo depois que o Papa, na homilia da missa de ontem, encaixou um trecho não previsto, dirigido especialmente aos índios e reconhecendo seu direito à terra; e os correspondentes estrangeiros ficaram chocados não só com a demonstração de brutalidade de monsenhor Marcinkus, como também pelo teor do discurso, de improviso, pronunciado pelo índio guarani Marçal de Souza. "As tribos indígenas brasileiras — disse Marçal — estão sendo massacradas, exploradas, mortas por pistoleiros que nos matam como animais. No descobrimento do Brasil, éramos uma grande nação e hoje vivemos como um povo à margem deste país, sem nenhuma condição de vida. Hoje estamos sendo assassinados, vivemos na miséria, assassinados, que somos pelos que têm o nosso chão desse grande Brasil, chamado de país cristão".

Na manhã de ontem, Marçal observava que a "situação de penúria em que vivem os índios brasileiros em nada melhorará depois da visita e das palavras do Santo

Padre. Mas, só pelo fato dele ter dado tanta atenção a nós, poderá aumentar o número de católicos e cristãos dispostos a lutar a nosso lado". Já o bororó Mário Juruna — que também fizera breve saudação ao Papa no encontro da madrugada — preferiu criticar a organização do encontro: "Fomos encurralados do lado de fora. Depois, veio gente dizer que os índios iam dançar. Por fim, ficamos espremidos dentro da casa."

Sobrou um consolo para o índio Juruna: "De qualquer forma, foi mais uma oportunidade de contarmos ao mundo o nosso sofrimento."

As críticas dirigiram-se também para o administrador apostólico de Manaus, dom Milton Pereira Correia, que agiu o tempo todo como se estivesse em busca de uma promoção na hierarquia, segundo os comentários que se ouviam abertamente nos corredores do Palácio. Comentários que se confirmariam, na prática, quando o cônego Valter Nogueira — que doou ao Papa mil dólares recolhidos entre as famílias ricas de Manaus — sugeriu aos assessores de João Paulo 2.º que dom Milton fosse promovido a Arcebispo Metropolitano de Manaus.

Marçal de Souza entregou ao Papa uma coleção encadernada de um jornal indígena que trata de todos os problemas das diferentes nações, sobretudo as que habitam a região amazônica. O Papa leu rapidamente as primeiras páginas e encaminhou a coleção a seu secretário particular.

O Papa recebeu, ainda, uma carta do cacique Sataré-Mauê, da tribo Miranja, na qual ele relaciona os quinze maiores inimigos dos índios. Entre eles, estão o ministro do Interior, Mário Andreazza, e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.



Na sua saudação de despedida, João Paulo II, mais uma vez, deu preferência aos índios

Índio não crê que haja uma mudança radical

Manaus — O líder dos Guarany's, Marçal de Souza, que fez denúncias ao Papa no Palácio Arquiepiscopal sobre a situação dos índios, disse ontem, "que a situação de penúria em que vivem os índios brasileiros em nada melhorará depois da visita e das palavras do Santo Padre". Acrescentou, contudo, que o contato com João Paulo II "propiciará o alijamento de católicos que não sabem lutar ao lado dos índios".

— O pronunciamento do Papa foi muito importante, só pelo fato dele ter dado tanta atenção a nós. Isto significa um apoio à causa indígena e incentivou-nos, e aos quem combatem pela nossa causa a continuarmos a batalha em defesa dos direitos usurpados da nação índia.

O cacique bororó Mário Juruna, que fez uma breve saudação ao Papa no palácio da arquidiocese de Manaus, considerou muito bom o encontro: "Mais uma oportunidade de contarmos ao mundo o nosso sofrimento".

O presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom José Gomes, e bispo de Chapecó, achou que o Papa estava desinformado de tudo sobre os índios, inclusive da forma como seria o contato. "Ele usou, por várias vezes, a expressão ver os índios. Pela conversa que tive com monsenhor Paul Marcinkus a programação, previa, apenas, que João Paulo II "veria" os índios".



Marçal, líder Guarani, dirigindo a assembléia indígena em Manaus.

INTERVENÇÃO DE MARÇAL
NA ASSEMBLÉIA DE MANAUS

08/07/80

Durante a assembléia indígena realizada em Manaus, após a discussão sobre o documento a ser entregue ao Papa, foi debatida a necessidade da organização dos povos indígenas em federações e na União das Nações Indígenas (UNIND). Para o líder Dessana, Luis Lana a UNIND "tem que explodir em todo o Brasil". Para o Guarani Marçal, "o índio se unindo, a FUNAI vai ter medo" e para o presidente da UNIND, Domingos Verissimo, da nação Terena, a entidade que dirige "não precisa ser reconhecida por ninguém, nem pelo Governo. Ela repudia a política indigenista do Governo".

CAVALO QUE DÁ COICE

Marçal de Souza, da nação Guarani (MS): "Estamos debatendo a respeito do nosso povo, da nossa nação, do índio. Está aqui a visita do Papa. Nós é que devemos resolver o nosso problema. O Papa será apenas quem levará ao mundo a má notícia do que está acontecendo.

Em primeiro lugar é preciso unir de novo os povos indígenas. O nosso caminho não será mais rósas. Talvez muitos de nós devam escrever a nossa História Indígena com o sangue, como tem acontecido a irmãos nossos. Temos o dever sagrado de defender o que é nosso.

Depois que o Papa for a Roma não vamos pensar o que fazer. Vamo-nos conscientizar do que é nosso, do nosso povo, da nossa nação. Estou aqui meus patrícios, não à passeio. Quem luta por uma causa não tem tempo de pensar em si, mas por seu povo.

Meus irmãos, aquela corrente, rompida há séculos, separada, temos de unir, uni-la de novo. Vamo-nos conscientizar da união do povo Indígena do País. Se isto acontecer, ninguém mais vai desuni-la. Então vai acontecer de novo a alegria que vivíamos. O índio se unindo, a FUNAI vai ter medo. Tem medo como cavalo que dá coice. A nossa nação deve de novo florescer.

Quem entende de Índio é o Índio. Auto-determinação é tomar as rédeas do, nosso próprio destino. É nós que entende a nossa organização social".

É PRECISO MANDAR BRASA

Tupã Marçal de Souza, da nação Guarani. "Primeiro, quero expressar a minha satisfação e alegria de estar aqui em Manaus. Com a vinda do Papa talvez temos agora uma oportunidade única de expor o problema da nossa família indígena, da nossa gente. Ele é o representante de Cristo, é a Voz da humanidade, Voz Mundial. Ele é ouvido e respeitado.

Vamos englobar todos os nossos problemas num documento e falar. Alguém tem que falar isso ao Papa. É a primeira e última vez. Então devemos até a chegada do Papa exprimir o sumo, como se faz com o limão, aquilo que temos a dizer".

APELO DE MARÇAL DE SOUZA:

"Tenho muito amor ao que é nosso. Não temos Papa para guardar o que é nosso, precioso: a Tradição.

Deixo um pedido: Ouvi um grupo de Roraima cantando na sua língua. Faça favor: Não perca língua, tradição. Não troque por língua estranha.

O coração de homem que parte é como coração de mãe. Vou levar vocês no meu coração, na minha oração. Não troquem a nossa vida de aldeia pela vida da cidade.

Hoje estamos no fim de nossa Assembléia. O problema de um é o de todos. Um dia faremos o V da vitória para o Governo, para a FUNAI. Seremos vitoriosos".

INTERVENÇÃO DE MARÇAL NA 14ª
ASSEMBLÉIA INDÍGENA
Brasília 26/06/80

MARÇAL DE SOUZA (nação Guarani):
Meu nome de batismo pelo ritual Guarani é Tupa-I. Sou enfermeiro da FUNAI, sou empregado da FUNAI. Ganho da FUNAI. Aqui, estou representado duas aldeias: PI Dourados e Aldeia Campestre. Se eu estivesse na aldeia, não teria oportunidade de chegar até aqui, porque eles — o chefe branco, os capitães manipulados pelo Posto — não dariam licença pra gente sair. Primeiro, porque sou enfermeiro da FUNAI e segundo porque sou índio e índio não tem licença de sair, tem de estar baixando a cabeça, pedindo bênção pra branco da FUNAI para poder sair, e às vezes eles não deixam e se a gente teimar eles — a Polícia Indígena ou a Polícia Federal pegam a gente em qualquer lugar e levam para trás. Atualmente estou trabalhando na fronteira com o Paraguai, lá, uma aldeia muito pequena composta de 9 famílias apenas. Lá nós não temos lugar ainda, nada definido, vivemos de teimosia. Nós temos que teimar, meus irmãos, teimar e bater e bater e lutar e lutar para poder sobreviver neste país tão imenso e tão grande que foi nosso e que foi todo roubado de nós. Eu não tive problemas de sair, porque lá a FUNAI não tem encarregado branco, pra minha felicidade. Esses dias, eu vou descontar nas minhas férias. E se me mandarem embora, eu tenho saúde e sei plantar milho, batata, mandioca. Já participei de várias assembléias, inclusive no Rio Grande do Sul, na primeira reunião de ca-
taques".

Líder Guarani: "Somos nações subjugadas"

MARÇAL DE SOUZA — MATO GROSSO DO SUL — NAÇÃO GUARANI:

"Santidade João Paulo II, eu sou representante da grande tribo Guarani, quando nos primórdios, com o descobrimento dessa grande Pátria, nós éramos uma grande nação e hoje eu não poderia como representante dessa nação, que hoje vive à margem da chamada civilização, Santo Padre, não poderíamos nos calar pela sua visita nesse país.

Como representante, porque não dizer de todas as nações indígenas que habitam este país que está ficando tão pequeno para nós e tão grande para aqueles que nos tomaram esta Pátria.

Somos uma nação subjugada pelos potentes, uma nação espoliada, uma nação que está morrendo aos poucos sem encontrar o caminho, porque aqueles que nos tomaram este chão não têm dado condições para a nossa sobrevivência, Santo Padre.

Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são diminuídos, não temos mais condições de sobrevivência. Pesamos a Vossa Santidade a nossa miséria, a nossa tristeza pela morte dos nossos líderes assassinados friamente por aqueles que tomam o nosso chão, aquilo que para nós representa a nossa própria vida e a nossa sobrevivência nesse grande Brasil, chamado um país cristão.

Represento aqui o Centro-sul desse grande país, a nação Kaingang que recentemente perdeu o seu líder; foi assassinado Pan-karé, no nordeste. Perdeu o seu líder porque quis lutar pela nossa nação. Queriam salvar a nossa nação, trazer a redenção para o nosso povo, mas não encontrou redenção, mas encontrou a morte. Ainda resta uma esperança para nós com a sua visita, Santo Padre, o Senhor poderá levar fora dos nossos territórios, pois nós não temos condições, pois somos subjugados pelos potentes. A nossa voz é embargada por aqueles que se dizem dirigentes desse grande país. Santo Padre, nós depositamos uma grande esperança na sua visita em nosso país. Leve o nosso clamor, a nossa voz por outros territórios que não são nossos, mas que o povo, uma população mais humana lute por nós, porque o nosso povo, a nossa nação indígena está desaparecendo no Brasil. Este é o país que nos foi tomado. Dizem que o Brasil foi descoberto, o Brasil não foi descoberto não, Santo Padre, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Esta é a verdadeira história. Nunca foi contada a verdadeira história do nosso povo, Santo Padre. Eu deixo aqui o meu apelo. Apelo de 200 mil indígenas que habitam, lutam pela sua sobrevivência nesse país tão grande e tão pequeno para nós, Santo Padre. Depositamos no Senhor, como representante da Igreja Católica, chefe da humanidade, que leve a nossa voz para que ainda a nossa esperança encontre repercussões no mundo internacional. Esta é a mensagem que deixo para o Senhor.



Marçal, o líder Guarani

MARÇAL, Guarani: Venho trazendo este grupo. Venho representando uma aldeia que até agora era desconhecida. Fica 30 km. de Campestre, município de Bela Vista (MS). Fazendeiros estão pressionando violentamente... expulsar sem destino é matar. Fiz relatório para a FUNAI. Delegado gostou do relatório, mas quero trabalho, realização. Quando visitamos Piracuaá encontramos índios morando ali, é uma floresta virgem, enquanto que ao redor está tudo rapado, tudo tem dono, pisado pelo gado, desmatado. Agora os Kayowá estão passando dificuldades. Apareceu um arrendatário, um paraguaio, que quer desmatar ali. Apoiado por fazendeiro, está querendo jogar os índios fora, por dinheiro. Nós vamos ganhar a causa, porque somos um povo unido. lutamos por todas as nações. Não se amedrontem (falando para os representantes de Piracuaá). Se fazendeiro mandar recado, manda dois de volta.

MARÇAL, Guarani: Pra nós índios é muito importante essa reunião porque o destino da nossa raça, da nossa nação indígena está em jogo. Está em jogo de morte, porque se nós não reagirmos, se nós não nos unirmos, o nosso povo vai desaparecer. Essa idéia de união nasceu de muito sofrimento da nossa gente mas ainda é tempo de recuperar, através da união, a força suficiente para nós lutarmos pela nossa sobrevivência, pela redenção da nossa gente aqui na nossa terra, que é o Brasil. Tem muita gente por aí inventando história fantásticas sobre a nossa organização. O chefe do Posto diz que a UNI é uma organização política, que não vale para os índios, que é subversivo, contra a FUNAI, contra a tribo e contra todo mundo. Esse entrave nós vamos quebrar. Essa reunião é pra mostrar que o índio precisa unir. Até aqui o índio vem engatinhando igual uma criança. Essa tem sido a história nossa. O índio tá tão esfacelado, a raça indígena tá tão dividida que não tem mais força. É isso que queremos por fogo. Porque antes nós éramos uma nação forte, uma nação que tinha LIBERDADE, que tinha bastante terra e hoje não tem mais nada. É por isso que temos de unir todas as nações indígenas. Se você ficar sozinho, naturalmente que o fazendeiro vai tirar você de lá. Mas se você unir Terena, Guarani, Kayowá, vai ganhar a causa. Se brigar com a FUNAI, vai ganhar a causa. Se for na conversa da FUNAI, vai perder. Aí você tá MATANDO O SEU PRÓPRIO DIREITO.

O índio tem que reagir. Nós temos que ser malcriados. Se o coronel falar grosso, nós temos que inventar uma voz grossa maior do que dele pra dizer que nós temos direito, nós temos cobrando o que está dentro do Estatuto do Índio. Nós não fizemos estatuto nenhum, eles fizeram a lei dando direito nosso. Então, tem de cumprir justo e direito. Não podemos baixar a cabeça para fazendeiro, para o branco, para o dono da terra, que ele não é dono da terra coisa nenhum. Para o invasor, a borduna da lei em cima dele. Gente do Piracuaá não fica quieto não. Vocês não vão ficar quieto. Chama o patrício que está nas fazendas, chama os índios lá, amontoa, faz bastante gente e quando o fazendeiro chegar lá, mete o pau nele. Nós somos os verdadeiros brasileiros.



Marçal Tupã-y

Aldéia Campesin 26 de Outubro 1980

Cel. Amaro B. Ferreira

Delegado 99 PR - FUMM.

Mais uma vez umho atônio chato, fazer apilo a V.S.
no sentido tomar energica providencias a respeito da
situação dos indios camés da Aldéia Tiraquá no Apo
Fois o arrendatario paraguaio, Romulo Gamarra continua
com suas ameaças contra nós. Agora está nos ameaça
de morte abertamente. O mesmo promete eliminar
os dois principais líderes da Aldéia Tiraquá, os indios
Gentil Barbosa Pereira de Souza e Jacinto Lreno. Visa
a minha pessoa também e a pessoa do Cap. Alzir
que anteriormente estava dando toda cobertura a Tira-
quáio, ele estava pegando dinheiro do paraguaio
para ajudar expulsar os indios da area do Tira-
quá. Não conseguindo o seu intento agora estava
ameaçado também pelo paraguaio Romulo Gamarra
Fois ele, o Cap. estava na area indigena do Tiraquá
com paraguaio para tirar de qualquer maneira
os indios. Mas os indios estão firmes a fim per-
manecer na area. Sábado passado esteve visitando
a area. Os indios ^{estão} trabalhando, fazendo muita
usura de arroz, milho e feijão.

Agora o paraguaio já abriu escreteira até a
immediações da Aldéia para tirar madeira

CARTA DE MARÇAL

Aldeia Campestre, 26 de outubro de 1980

Cel. Amaro B. Ferreira
Delegado 9ª DR. - FUNAI

Mais uma vez venho através desta, fazer apêlo a V.Sª no sentido tomar enérgica providências a respeito da situação dos índios Caiuás da Aldeia Piraquá no Apa. Pois o arrendatário paraguaio, Romulo Gamarra continua com suas ameaças contra nós. Agora está nos ameaçando de morte abertamente. O mesmo prometeu eliminar os dois principais líderes da aldeia Piraquá, os índios Gentil Barbosa Pereira de Souza e Jacinto Ireño. Visa a minha pessoa e também a pessoa do capitão Alziro que anteriormente estava dando toda cobertura ao paraguaio, ele estava pegando dinheiro do paraguaio para ajudar expulsar os índios da área do Piraquá. Não conseguindo o seu intento agora está ameaçado também pelo paraguaio Romulo Gamarra. Pois ele, o cap. esteve na área indígena do Piraquá com paraguaio para tirar de qualquer maneira os índios. Mas os índios estão firmes afim permanecer na área. Sábado passado estive visitando a área. Os índios estão trabalhando, fazendo muita lavoura de arroz, milho e feijão.

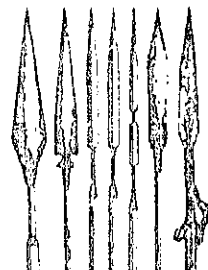
Agora o paraguaio já abriu carreteira até as imediações da aldeia para tirar madeira. (...)

Transcrição da carta ao lado
página 14.



59 temple place, suite 444, boston, massachusetts 02111

BULLETIN 5



March 5 1981

Marçal de Souza, the vice-president of UNI and a Guarani leader, declared that the organization had to increase its strength in fighting against opposing forces:

"For us Indians, this reunion is very important because the destiny of our race, of our Indian nations, is at stake. It is a question of life and death because if we do not react, if we do not unite ourselves, our people will disappear. This idea of unity was born from the great suffering of our people, but there is still time to recuperate, through unity, the force necessary for us to struggle for our survival and for the redemption of our people here in our lands, which is Brazil. There are many people around inventing fantastic stories about our organization. The head of the FUNAI post says that UNI is a political organization; that it is not worthwhile for the Indians; that it is subversive; that it is against FUNAI, against the tribes, and against the whole world. We are going to break this encumbrance.

The purpose of this reunion is to demonstrate that the Indian needs to unite. Until this meeting the Indian has been creeping on all fours like a child. This has been our history. The Indian is so ruined; the Indian race is so divided that it does not have any more strength. That is what we want to set fire to. Before, we were a strong nation, a nation that had freedom and much land. But today, we do not have anything. It is for this reason that we have to unite all Indian nations. If you remain alone, naturally the ranchers will take everything from you. But if the Terena, Guarani, and Kayowá unite, you will win the cause. If you fight with FUNAI, you will win the cause. If you go to converse with FUNAI, you will lose. Then you are destroying your own rights.

The Indian has to react. We have to speak out like poorly raised persons. If the coronels of FUNAI speak to us grossly, we have to invent a gross voice greater than theirs to say that we have rights; that we are getting what is within the Statute of the Indian. We did not make any statute; they made the law giving us our rights. Thus, they have to comply with the law. We cannot lower our heads for the rancher, for the white man, for the land owner, who is not the owner of the land. For the invader, the club of the law will fall on him. We will not remain quiet. Call the peasant who is on the ranches; call the Indians there; join together; make a lot of people and when the rancher comes there, put the club on him. We are the true Brazilians."

CARTA DA OXFAM CONVIDANDO
MARÇAL PARA A CONFERENCIA
NOS ESTADOS UNIDOS.



Registered Office:
274 BANBURY ROAD · OXFORD OX2 7DZ
TELEPHONE: 0865 56777 · TELEX 83610
CABLES: OXFAM, OXFORD

4th October 1982

The United States' Consulate,
Brasília, DF.

Dear Sirs,

Marçal de Souza

OXFAM, the British aid and development agency, through its representative in Brasília, respectfully requests the assistance of the US Consulate in Brasília in the granting of the necessary visa to enable the above-named to travel to the USA to participate in a conference.

The conference, on the subject of 'Native Resource Control and the Multinational Corporate Challenge: Aboriginal Rights in International Perspective', is organised by the Anthropology Resource Center of Boston in collaboration with the Indian Law Resource Center and the Multinational Monitor, and has been partially funded by OXFAM. The conference will take place in Washington, DC from 9th to 15th October 1982.

Marçal de Souza is an invited participant to the conference, with fares and expenses being met by the conference organisers. OXFAM would be most grateful for the issue of the appropriate visa in time for the applicant to travel to the USA on 8th October.

Yours faithfully,

Anthony R. Gross
Field Director, Brazil

CARTA AOS GUARANI DE MISSIONES - ARGENTINA 20/10/82

“É preciso que nos façamos fortes”

Vou falar-lhes, vou enviar-lhes minhas palavras. Eu sou também Guarani. E por isso que quero enviar-lhes minhas palavras, para que vocês as ouçam. Nós, os Guarani, vivemos no Brasil. Nós somos daqui mesmo. Agora vou contar-lhes. Nós aqui estamos cansados. Nós também vivemos mal por aqui. Os estrangeiros tiraram toda a nossa terra, diminuíram nossas terras. Já não podemos trabalhar direito. E por isso que nós nos levantamos agora, nos levantamos para sentir-nos fortes. Para pedir aos governos, ao governo dos estrangeiros a posse verdadeira de nossos lugares, da terra.

E vocês, de que forma vivem nesses lugares? Como o governo argentino trata vocês? Como os trata a lei dos poderosos estrangeiros? Entre nós, para o fortalecimento de todos, sem exceção, nosso dirigente espiritual pede o nosso fortalecimento. E vamos até o governo e lhe pedimos a terra, para que nos dêem os títulos, títulos nos papéis correspondentes, para o nosso fortalecimento, para que tenhamos segurança, para que trabalhemos todos convenientemente, sem desfalecimentos. Nós e nossos filhos, nossas crianças, nossas filhas, para que os criemos de forma adequada.

Já não podemos nós, os Guarani, calar-nos agora, diante dos estrangeiros. Já não podemos calar-nos. Eles nos tiraram nossas terras. Nos tiraram os lugares que deveríamos ocupar, nos desalojaram, nos deixaram sem nada. Então eu vou dizer-lhes, com minhas palavras, meus irmãos menores, meus irmãos maiores: por que vocês não fazem como nós fazemos? Reunam-se com seus dirigentes espirituais, com seus pais, de tal forma que os que mandam em vocês — o governo argentino — lhes dêem os papéis, títulos de suas terras.

É preciso que nos façamos fortes. É preciso que os jovens adquiram conhecimentos, para que se sintam fortes. Nós, os mais velhos, não viveremos muito tempo. Então a juventude nos substituirá.

Eu lhes envio minhas palavras, o que nos acontece por aqui, em nossos lugares, no Brasil. Como nos esforçamos diante do governo para que nos garanta nossa terra.

Nós aqui pertencemos a muitas e diferentes nações de diferentes povos. Aqui estão os nossos, os Guarani. Está a nação Terena, Xavante, Bakairi, Pareci, Tikuna, Kaxinawá, Sateré-Maué. Estes e nós, nos unimos como um só, para trabalhar frente ao governo, para que nos dêem nossa terra, nosso lugar.

Não desfaleçam diante dos estrangeiros, que não podem dobrar-nos. E assim será indiscutível, teremos garantias. Necessitamos ter garantias, para que tenhamos assegurada nossa imperfeita vida terrena. Não podemos viver amedrontados. Não devem temer o medo. Se nos deixamos vencer pelo medo, eles

poderão nos derrotar. Eles não sentem medo de nós e tiram nessas terras, nossos lugares e nossas imperfeitas existências terrenas. Quero que prestem muita atenção, que ouçam e meditem minhas palavras. Façam vocês o que nós fazemos, unam-se e façam-se fortes.

Eu me alegro muito de ter notícias de vocês e eu quero ir aí. E peço mesmo a vocês que levantem a cabeça, por seus direitos. A terra nos pertence. Os povos estranhos que pisaram, que chegaram há quase cinco séculos atrás, tomaram todas as nossas terras. E por isso, nós, que somos os verdadeiros donos desta terra, temos de reclamar junto aos responsáveis de nossos destinos, de nossos filhos, mulheres e da garantia da nossa terra.

Em nome de todos os povos, vou deixar aqui minhas palavras, para que vocês as ouçam. Em nome de todos os povos indígenas do Brasil, saudações e muito amor.

Seu irmão Marçal de Souza, Tupã'i. Este é meu nome, meu verdadeiro nome: Tupã'i.



Aos irmãos de Misiones, na Argentina, o incentivo para que retomem suas terras

Campo Grande, 25 de janeiro de 1983

Prezado amigo
Antonio Brand

Primeiramente faço votos a Deus, que esta os encontre com saude em primeiro lugar. Como vai D. Lucia e a Luciana. Muitas - benções de Deus a elas e ao sr. tambem.

Quanto a mim, acabo de passar por humilhações, por parte chamados autoridades. O caso é o seguinte: houve confusão na aldeia de Campestre, com cap. Alziro e seu pessoal. Mas, quem pagou o pato - fui eu. Cap. Alziro andou espancando alguns exaltados que o agrediram. Deram parte a policia de A. João. A policia foi até a aldeia prenderam Alziro e eu. Ficamos detidos desde 9 horas da manhã até às 3 horas da tarde. Na aldeia um policial a paisano me espancou sem que eu tenha da do motivo para isso. Chegou a dar varios socos na altura dos rins. Estou sentindo muita dor no local. Talvez tenha provocado até lesão interna. Há varias noites não posso nem virar e deitar de tanta dor. O proprio delegado de policia de A. João comunicou o fato a Funai e fomos chamados a delegacia para prestar esclarecimentos, não tanto sobre a - briga do Cap. mas sobre uma denuncia feita pelo fazendeiro do Piracuaá, Libero M. Lima sobre suposta invasão da fazenda do mesmo. Alguem estaria investigando. Esse alguem seria eu o sr. Ao mesmo tempo Cap. Lázaro foi ameaçado de morte por um jagunço do fazendeiro. Um tal de Salvador. O sr. deve lembrar de uma porteira depois da placa Piracuaá, foi ali que o Cap. Lazaro foi cercado pelo jagunço. Quanto ao meu caso ficou injustiça por injustiça.

Quanto a denuncia feita pelo fazendeiro fomos chamados a depor, Lazaro e eu. Isto tudo foi ontem. Lã nos fizeram muitas perguntas. Inclusive a respeito do sr. que tem feito alguma coisa pela pobre gente de Piracuaá. Mesmo assim, soubemos sair bem. Resultado: a policia Federal vai amanhã recorrer aldeia de Jacaré que tem problema. Depois vai a aldeia de Piracuaá tirar a limpo a mentira do sr. Libero. Insistiram muito sobre a atuação do sr. na area indigena como representante do Cimi. Unica coisa que nós podiamos dizer que a intenção é ajudar os indios que precisam de ajuda e nada mais. Eu disse ao delegado que o sr. tem ajudado muito os indios sem medir sacrificios. Na orientação agrícola. E o delegado me disse: " Se é assim sr. Antonio deve continuar ajudar os índios". Se for verdade Piracuaá seria ideal. Mas eu não vou muito na conversa deles. Vamos esperar para ver o que vai acontecer.

Amanhã, Cap. Alziro e eu vamos retornar a Campestre. A Policia Federal deve passar tambem por Campestre, para ouvir o paraguaio que andou ameaçando os indios de Piracuaá.

Por hoje é só. Me recomende a D. Lucia, com licença, a Luciana um beijinho do tio indio, ao sr. um abraço do

amigo que muito os estima.

Marçal

Campestre, 02 de Outubro de 1983.

Estimado amigo
Padre Luiz.
Saudações cristãs.

É com alegria que recebi a sua amável missiva e notícias do meu querido e grande amigo.

É bom saber que o amigo está bom de saúde. Para nós é motivo de satisfação.

Quanto a mim, por enquanto, continuo na aldeia Campestre. Aliás, já fui transferido para aldeia Piracuaá. Eu estou apenas aguardando substituto. Aliás, já esteve aqui uma moça para me substituir. Ela não gostou do lugar e foi embora.

Agora estou esperando a decisão da FUNAI se continuo aqui no Campestre ou vou mesmo para Piracuaá. Apesar que no Piracuaá não oferece condições para gente viver. No Campestre o povo vai tudo bem. Depois do senhor Nunca mais veio padre dar assistência espiritual, rezar nisso aqui.

Parece-me que vamos passar por um período difícil. Porque o Inca vai legalizar as terras do Campestre para o povo. Esta havendo certa pressão sobre os índios para saírem do Campestre.

Nessa hora Padre, tudo mundo quer ver os índios pelas costas. Estamos aguardando, o que vai ser de nós. Por hoje e só Padre. Todos nós, de Campestre, enviamos um abraço de saudade. Em particular, peço sua benção.

marçal de Souza

FOLHA DE SÃO PAULO - 25/11/83

Assassinado cacique que 190 saudou o Papa em Manaus

Da Sucursal de Brasília

O cacique Marçal de Souza dos Guaraní, que em julho de 1980 saudou o papa João Paulo 2.º em nome das comunidades indígenas brasileiras, foi assassinado na noite de sexta-feira, com três facadas, na aldeia Campes- tre, município de Antônio João (MS). Marçal, que era também enfermeiro da Funai, vinha reivindicando há cinco anos a demarcação das terras dos índios Caiová que vivem na aldeia de Piracua.

Há cerca de 20 dias, Marçal recebeu visita de um empregado da fazenda Serra Brava, que lhe ofereceu cinco milhões de cruzeiros para que ele convencesse os Caiová a sair da aldeia Piracua. O cacique recusou a oferta e o empregado da fazenda o ameaçou, dizendo que ele iria se arrepender. A aldeia Piracua está localizada na fazenda Serra Brava, que é reclamada pelo fazendeiro Astúrio Monteiro.

Na sexta-feira à noite, dois desconhecidos bateram na porta da farmácia da Funai, na aldeia Campes- tre, pedindo remédio. Quando Marçal abriu a porta, recebeu as três facadas, morrendo em seguida. O cacique morava na farmácia, e sua família suspeita de que os assassinos sejam empregados da fazenda.

Ontem, a União das Nações Indígenas (Unind), entidades de defesa dos índios, e parlamentares de oposição distribuíram nota conjunta protestando pela morte do cacique. O vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, também protestou pela morte de Marçal em telegrama enviado ao governador de Mato Grosso do Sul Wilson Martins. Diz o telegrama: "C sangue do líder Marçal de Souza, que foi o mais alto intelectual de Mato Grosso, emporcalhará sua memória se seus assassinos não forem descobertos e entregues à Justiça."

Massacre

No dia 11 de julho de 1980, ao saudar o papa João Paulo 2.º, em Manaus, Marçal disse de improviso:

"As tribos indígenas brasileiras estão sendo massacradas, exploradas, mortas por pistoleiros que nos matam como animais. No descobrimento do Brasil, éramos uma grande nação e hoje vivemos como um povo à margem deste país, sem nenhuma condição de vida. Hoje estamos sendo assassinados, vivemos na miséria, assassinados que somos pelos que têm o nosso chão desse grande Brasil, chamado de país cristão."

JORNAL DE MINAS - 28/11/83

Líder indígena e funcionário da 190 Funai morre vítima de jagunços

GUIABÁ (ANDA) — Um traço de tiro nas costas e outro na boca, além de cortes nos punhos, selaram a vida de um dos mais importantes e lúcidos líderes indígenas do Brasil. Trata-se de Marçal Tupa-y, mais ou menos sessenta anos de idade e enfermeiro da Funai, que foi assassinado sábado passado, por volta das 21 horas por dois jagunços, presumivelmente pagos por fazendeiros, na sua própria casa, na aldeia Pirakuan, que fica no município de Bela Vista, Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai.

Segundo relato de sua filha Eunice que assistiu ao seu enterro (ela mora em Rondonópolis, cidade a 250 quilômetros de Cuiabá e é casada com Darcy Teodoro Gonçalves gerente de uma agência do Comind), Marçal Tupa-y foi procurado na noite de sábado por dois homens brancos, em sua casa, em busca de medicamentos. Quando o velho líder deu suas costas, um dos pistoleiros disparou-lhe um tiro à queima-roupa. Na casa também tinha uma velha, companheira de Marçal, que pouco esclareceu sobre o assassinato. Os criminosos ainda não foram descobertos.

Segundo pôde-se apurar, possivelmente depois de caído, Marçal recebeu mais um tiro na boca e ainda teve seus punhos cortados pelos dois jagunços.

De acordo com Ivar Busato, da Operação Anchieta (Opan) e que trabalhou muito tempo naquela região seguramente o líder Marçal — que ficou famoso no País por ocasião da vinda do Papa João Paulo Segundo, quando entregou-lhe um documento onde constava não só as reivindicações indígenas como também a "lista negra" dos inimigos principais dos índios — foi assassinado por questões de terras. "Há muito tempo que ele luta para reaver 1.600 hectares invadidos por diversos fazendeiros. E, ultimamente, ele vinha recebendo muitas ameaças de morte e por causa disso chegou a pedir à Funai sua transferência para outro posto. Não conseguiu", disse Busato, ao lamentar o desaparecimento desse índio "Koalwa", tronco dos Guaraní, seguramente um dos mais importantes líderes indígenas até então pela coerência e lucidez de seus pensamentos.

O Centro de Documentação Terra Índio (CDTI), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Mato Grosso deverão manifestarem-se em nota oficial, sobre o bárbaro assassinato do velho Marçal Tupa-y que agora passa a figurar como mais um mártir na lista infidável daqueles que lutam pelos direitos indígenas.

Assassinado líder indígena

190

Até ontem a noite a polícia ainda não tinha conseguido localizar o elemento, conhecido apenas como "Bugre", que matou com cinco tiros, o líder indígena Marçal de Souza, da tribo Guarany, um nome que chegava a ser cogitado como provável substituto do Cacique Juruna. Marçal foi morto na aldeia Campestre, há

sete quilômetros de Antônio João, próximo a fronteira com o Paraguai; onde era atendente de enfermagem. Segundo o delegado da FUNAI, Amaury Motta de Azevedo, para o qual Marçal era "um índio comum", ele chegou a representar um "porta-voz dos índios, que possuía facilidade em transmitir os an-

seios da comunidade indígena". No entanto, não concorda com as afirmações de que o índio assassinado fosse um líder. Porém, em várias cidades do País; e inclusive pela imprensa nacional; Marçal de Souza era considerado um índio de destaque, sendo sua morte muito lamentada.

Página 8.

Líder indígena foi assassinado em Antônio João

Foi assassinado com cinco tiros o índio da tribo Guarani, Marçal de Souza, na noite de sexta-feira. Marçal era tido como líder de todas as comunidades indígenas do Sul do Estado e vinha sendo apontado inclusive como um possível sucessor de Mário Juruna na liderança das nações indígenas brasileiras. A polícia ainda não conseguiu localizar o homem conhecido apenas como "Bugre", que assassinou o índio.

São poucos os detalhes sobre o crime. A polícia só soube informar que houve uma briga e, como resultado, teria ocorrido a morte do líder indígena. O crime ocorreu na reserva indígena de Campestre, localizada a sete quilômetros do município de Antônio João, na fronteira com o Paraguai. De acordo com as informações chegadas à capital, "Bugre" fugiu para o País vizinho depois de matar Marçal.

O delegado regional da Funai, Amaury Motta de Azevedo, na noite de domingo, em Campo Grande, afirmou que Marçal trabalhava como atendente de enfermagem na aldeia de Campestre e procurou negar a liderança do índio, na tentativa de minimizar a ocorrência. Inicialmente afirmou que Marçal "era inteligente e relacionava-se muito bem com as tribos do Sul do Estado, em Dourados, Amambai e outras, mas tratava-se de um índio comum". Pouco depois, porém, admitiu que ele era uma espécie de porta-voz da comunidade indígena, tendo

facilidade para transmitir seus anseios.

Amaury de Azevedo afirmou que somente na manhã de hoje receberia um relato sobre a situação na reserva, mas o chefe do posto de Amambai, Valdevino Bravin, foi procurá-lo ainda na noite de ontem, quando chegou à capital, com informações detalhadas, mas estas informações não foram divulgadas.

DÚVIDAS SOBRE BUGRE

Mesmo em Antônio João as informações eram desconstruídas. Existem ainda dúvidas quanto à autoria do crime, pois alguns aldeados afirmavam que "Bugre" é índio e outros testemunhas informavam que é branco. Segundo Amaury Motta de Azevedo, o caso normalmente seria entregue à Polícia Federal, se ambos os envolvidos fossem índios. No entanto, há suspeitas de que o assassino seja paraguaio, razão porque as diligências vêm sendo conduzidas pelo delegado de Antônio João.

Caso o autor dos tiros seja índio, a morte pode ter sido causada por disputas relacionadas à comunidade indígena. Aliás, a liderança de Marçal de Souza, ao contrário do que afirmou o delegado da Funai, foi confirmada tanto por José Elias Moreira, ex-prefeito de Dourados que conheceu o índio, como pelo Conselho Indigenista. Missionário que atua na região. Hoje devem ser conhecidos maiores detalhes do crime, através do chefe do posto indígena, Valdevino Bravin.

O GLOBO/RJ - 29/11/83

190 Polícia Federal investiga o assassinato do cacique

BRASÍLIA — O Presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, telegrafou ontem ao Diretor-Geral da Polícia Federal, Moacir Coelho, pedindo que seja apurado o assassinato do Cacique Marçal de Souza, ocorrido sexta-feira na Aldeia Campestre (MS). Segundo informações fornecidas à Funai pelo seu Delegado na área, Carlos Amaury de Azevedo, o principal suspeito é o paraguaio João Bugre, que está foragido.

A Funai considera a Aldeia Campestre — com 14.437 metros quadrados, onde vivem 53 índios — “área presumivelmente indígena” e por isso está em litígio na Justiça com diversos fazendeiros da região. Entretanto, o órgão desconhece qualquer envolvimento desses fazendeiros com o paraguaio.

De acordo com as informações transmitidas por Carlos Amaury, tudo leva a crer que o crime foi premeditado, pois Marçal, que trabalhava no posto de saúde da Funai na Aldeia Campestre, estava de férias e retornara justamente no dia em que foi assassinado. João Bugre e um desconhecido teriam entrado na farmácia do posto e assassinado Marçal com três facadas quando ele disse que não tinha o remédio que queriam.

A Presidência da Funai informou ainda que está aguardando a conclusão do inquérito aberto pelo Delegado substituto do município de Antônio João, Joel Soares, agora a cargo da Polícia Federal, para tomar uma providência.

FILHA MANTÉM ACUSAÇÃO

Em Campo Grande, Carlos Amaury disse desconhecer o fato de Marçal ter estado envolvido em

questões de terras. Entretanto, a filha mais velha do Cacique, Edna, voltou a afirmar que um paraguaio tentou subornar seu pai, para que convencesse os índios a abandonar as terras devolutas por eles ocupadas em Antônio João. O Delegado Regional da Polícia Federal, Jayme Ayres Coelho, disse que Edna será ouvida e, se tiver condições de ajudar na montagem de um retrato-falado, a localização do suspeito será mais fácil.

ENTERRO

Marçal, que em 1980 denunciou ao Papa João Paulo II os constantes assassinatos de líderes indígenas no Brasil, foi sepultado ontem no pequeno cemitério da Aldeia Campes-

tre, na presença de cerca de 200 pessoas, segundo informaram policiais da Delegacia de Antônio João.

Em Dourados, onde o Cacique viveu metade dos seus 64 anos, funcionários do Conselho Missionário Indigenista (Cimi) confirmaram a celebração de uma missa de sétimo dia na Igreja Imaculada Conceição, no próximo dia 2.

Entidades ligadas à causa indígena, inclusive a Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, enviaram ontem documento ao Presidente Figueiredo e ao Governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Martins, exigindo a apuração do crime e a punição dos culpados.



O Cacique Marçal, quando denunciava os assassinatos ao Papa, em 1980

A Delegacia da Funai em Rondônia deverá pedir o apoio da Polícia Federal, se comprovar a denúncia do Coordenador Regional do Incra, Ernani Coutinho, sobre a invasão de área indígena por posseiros do Mato Grosso. A in-

vasão foi constatada por técnicos do Incra que trabalham em projetos fundiários no interior do Estado.

● A Funai está remanejando um grupo de índios Parakanan, da área onde eles foram recentemente contac-

tados, para outro local, no Município de São Félix, Sul do Pará, onde terão caça e pesca abundantes, ficando livres da influência dos brancos. A informação foi dada pelo delegado da Funai, Salomão Santos.

JORNAL DO BRASIL -28/11/83

Índio cotado para ser o sucessor de Juruna morre numa briga em Mato Grosso

Campo Grande — MS — O líder indígena Marçal de Souza, funcionário-atendente na 9ª Delegacia Regional da Funai em Campo Grande, MS, foi morto a tiros na madrugada de ontem por outro índio, na reserva de Campestre, próxima a Dourados, na fronteira Brasil-Paraguai. Um funcionário da Casa do Índio de Campo Grande informou que "Marçal era um índio muito querido, tanto pelos guaranis como pelos terenas, com quem trabalhava e mantinha ligações fraternas. Os terenas estão profundamente tristes e abalados", enfatizou.

Laconicamente, o funcionário informou que Marçal foi assassinado "em consequência de uma briga, em plena madrugada". Marçal — que participou de um encontro com o Papa João Paulo II durante sua passagem pela Amazônia, ao lado do ex-cacique Mário Juruna — vinha, ultimamente, ganhando prestígio junto aos indígenas e, para alguns, estaria sendo cotado para substituir Juruna na liderança das nações indígenas.

Informado do crime, o Vice-Governador Darcy Ribeiro enviou ao Governador do Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins, o seguinte telegrama: "O sangue do líder indígena, Marçal de Souza, que foi o mais alto intelectual de Mato Grosso, emporcalhará sua memória se seus assassinos não forem descobertos e entregues à Justiça."

O POPULAR/GO - 28/11/83

Bispos e leigos lembram morte do cacique Marçal

Ao tomarem conhecimento do assassinato do líder indígena Marçal de Souza, os participantes da X Assembleia Eclesial do Regional Centro Oeste da CNBB divulgaram nota de solidariedade a todo o povo guarani, ao Regional do Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso do Sul e à Igreja de Dourados.

"Deploramos a tragédia que a morte do Marçal, alto porta-voz do clamor indígena, representa para o povo guarani e para a causa indígena em geral. Protestamos energicamente por essa nova agressão cometida contra os povos indígenas, em seu mais elementar direito de terra e sobrevivência. Assim como exigimos, em nome da Justiça, que as autoridades competentes apurem exemplarmente o acontecido e tomem providências" — diz a nota.

MORTE

O cacique guarani Mar-

çal de Souza, que em julho de 1980, em Manaus, saudou o papa João Paulo II em nome das comunidades indígenas brasileiras, foi assassinado na noite de sexta-feira com três facadas, no município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Marçal era enfermeiro da Funai e há cinco anos vinha reivindicando a demarcação das terras dos caiovás, da aldeia de Piracuaá.

A nota dos bispos, leigos, religiosos e padres ressalta a esperança de todos de que "este novo drama da terra venha a reforçar a consciência e a ação de todo o Brasil, chamado hoje como nunca a se mostrar solidário com os índios e os lavradores na causa comum da terra. Acreditamos firmemente que a morte heróica de Marçal será semente de Libertação para o Povo Guarani e para todos os Povos Indígenas".

O GLOBO/RJ -28/11/83

Cacique é morto com três facadas

O Cacique Marçal de Souza, que em 1980 denunciou ao Papa João Paulo II os constantes assassinatos de líderes indígenas no Brasil, foi morto ontem com três facadas em Mato Grosso do Sul. Página 6

Cacique é morto em reserva de MS

CAMPO GRANDE, MS — O Cacique Marçal de Souza foi assassinado sexta-feira com três facadas no peito por dois homens que invadiram a farmácia da Funai onde ele trabalhava na Aldeia Campestre, município de Antônio João. Em 1980, quando o Papa João Paulo II esteve em Manaus, Marçal foi escolhido para representar seu povo e fez um discurso denunciando o assassinato de líderes indígenas pelos brancos.

Segundo testemunhas, cujos nomes estão sendo mantidos em sigilo pela Delegacia de Polícia de Antônio João, o crime deve ter ocorrido entre 20 e 21 horas. Marçal era enfermeiro da Funai e trabalhava na Aldeia Campestre, onde vivem 50 índios.

SUSPEITO

Não se sabe ainda o motivo do assassinato, pois somente ontem pela manhã funcionários da Funai lotados na Delegacia Regional de Campo Grande foram para o local investigar o crime.

Entretanto, Edna, a filha mais velha do Cacique, suspeita de um paraguaio que há cerca de 15 dias procurou-o e ofereceu-lhe Cr\$ 5 milhões, para que convencesse as 150 famílias indígenas residentes em Piraguá a se mudar. Marçal recusou, mantendo sua decisão mesmo quando o estranho dobrou a quantia.

— Meu pai disse que o negócio era desonesto e nada faria para prejudicar seu povo. O homem, então, jurou vingança — contou Edna.

Marçal era guarani, do ramo nhandeva, e seu nome de nascimento era Tupany, que no dialeto de sua tribo quer dizer "Pequeno Deus". Era pai de sete filhos e tinha 64 anos, sendo considerado um líder e conselheiro por todos os índios do País, como ficou comprovado em Manaus, quando foi escolhido para representar seu povo na homenagem prestada ao Papa João Paulo II.

Questões de terra foram causa da morte de Marçal

Filha confirmou a versão e apontou caso de "suborno"

Uma das filhas do velho líder indígena Marçal de Souza, identificada como Edna, residente em Dourados, afirma enfaticamente que seu pai foi morto, por problemas de terra. Segundo ela, há tempos que elementos o estavam procurando, com intuito de fazerem negociações para permanência de fazendeiros na região ocupada hoje por indígenas.

— Há pelo menos duas semanas — conta Edna — alguns indivíduos procuraram meu pai e lhe ofereceram Cr\$ 5 milhões para que conseguisse retirar alguns índios que ocupam uma área devoluta. Meu pai entretanto não aceitou a proposta.

Nesta ocasião, segundo ela, contou o fato para um elemento conhecido como Rubens, antropólogo do Rio de Janeiro e que está na região sulmatogrossense para efetivar trabalho jun-

to a Comissão Missionária Indígena.

Passados três dias, os elementos, brancos, regressaram à casa de Marçal e lhe fizeram a mesma proposta, só que oferecendo, agora, uma quantia equivalente a Cr\$ 10 milhões. Como o líder indígena novamente não aceitou, «eles afirmaram que meu pai iria se arrepender. Agora, ele está morto».

Diversas versões já foram aventadas como motivo do assassinato, inclusive a de que Marçal foi morto por questões políticas. Entretanto, a que possui maior respaldo, devido principalmente a atual conjuntura, está relacionada a questões de terra, já que ele estava lutando para reaver 1.600 hectares invadidos por diversos fazendeiros, luta esta que estava prestes a se consumir favoravelmente aos indígenas.

Questões de terra. Esta está sendo a principal chave para conseguir desvendar o assassinato de um dos mais importantes e lúcidos indígenas do Brasil, Marçal de Souza (Marçal Tupan-Y — que significa na linguagem guarani «deus menino»), morto traiçoeiramente com alguns tiros na costa e outro na boca, num total de cinco, além de cortes nos punhos.

Marçal estava com 64 anos, vinha lutando há muito tempo para reaver 1.600 hectares invadidos por diversos fazendeiros. E, ultimamente, ele estava recebendo muitas ameaças de morte, e por causa disso chegou a pedir à FUNAI sua transferência para outro posto.

Esta versão é confirmada por Ivar Busato, da Operação Anchieta (OPAN)

e que trabalhou muito tempo na região.

Ele foi mais além acrescentando que Marçal não conseguiu a transferência, e lamentou o desaparecimento desse índio «Kaiowa», tronco dos guarani, seguramente um dos mais importantes líderes indígenas até então pela coerência e lucidez de seus pensamentos.

FRONTEIRA

A Polícia de Antônio João, município onde ocorreu o assassinato, afirmou ontem que o líder indígena foi morto com cinco tiros, um inclusive na boca. O crime ocorreu na sexta-feira e, somente na manhã de sábado a FUNAI tomou conhecimento.

A primeira versão dá conta de que Marçal foi morto por um elemento conhecido como João Bugre, vulgo «João Chamamé». Outra afirma que ele foi vítima do por dois jagunços, presumivelmente pagos por fazendeiros, na sua própria casa, próximo à fronteira com o Paraguai.

Segundo relato de sua filha Eunice, que assistiu ao seu enterro (ela mora em Rondonópolis, cidade a 250 quilômetros de Cuiabá e é casada com Darcy Teodoro Gonçalves, gerente de uma agência do Comind), Marçal Tupan-Y foi procurado naquela noite por dois homens brancos, em sua casa, em busca de medicamentos. Quando o velho líder deu suas costas, um dos pistoleiros disparou-lhe um tiro à queima-roupa. Na casa também tinha uma velha, companheira de Marçal que pouco esclareceu sobre o assassinato.

Segundo pôde-se apurar, possivelmente depois de caído, Marçal recebeu mais um tiro na boca e ainda teve seus punhos cortados pelos dois jagunços que fugiram imediatamente, devendo estar no Paraguai, onde a Polícia está procurando realizar sindicância, apoiada pelos policiais do vizinho país.

O GLOBO/RJ 29/11/83

Polícia já tem suspeitos do assassinato de Cacique

CAMPO GRANDE, MS — Fontes da Polícia Federal de Ponta Porã informaram ontem que pelo menos seis pessoas são suspeitas do assassinato do Cacique Marçal de Souza, ocorrido sexta-feira última na Aldeia Campestre, município de Antônio João. Segundo os informantes, foi afastada a hipótese de o crime ter sido cometido pela mulher de Marçal, ao descobrir que ele tinha uma amante chamada Celina, como

consta do inquérito aberto na Delegacia daquele município.

Os policiais não revelaram os nomes dos suspeitos, limitando-se a informar que as acusações feitas dois meses — um deles de nome João Bugre, conhecido também como "João Chaminhô" — e um branco estão sendo apuradas. Disseram, contudo, ter informações sobre as ameaças feitas recentemente a Marçal, e que de fato a delimita-

ção da Aldeia Piraguá, para onde Marçal pretendia levar alguns dos índios atualmente residentes na Aldeia Campestre, é contestada.

O Governador Wilson Martins disse ter determinado à Secretaria de Segurança todo empenho na investigação do assassinato. Ele confirmou ter recebido um telegrama do antropólogo e Vice-Governador do Rio, Darcy Ribeiro, pedindo esclarecimentos sobre o crime.

O ESTADO DE SÃO PAULO/SP - 29/11/83

Mulher do líder indígena mandou matá-lo: ciúmes

Do correspondente em
CAMPO GRANDE

A mulher do índio Marçal de Souza, que reside em Dourados e cujo nome a polícia ainda não apurou, foi a mandante do assassinato do líder indígena sexta-feira à noite, na aldeia Campestre, no município de Antônio João, no Mato Grosso do Sul. Ela, segundo nota divulgada ontem pela Casa Civil do Governo do Estado, baseada em informações preliminares da Secretaria de Segurança Pública, contratou "João Bugre" ou "João Chamame" para matar seu marido.

O autor dos cinco disparos que mataram Marçal de Souza, 63 anos, é descendente de índios, conforme esclarecimentos do capitão da aldeia, identificado como Alziro, e ainda está na região, não tendo seguido para o Paraguai, de acordo com as primeiras informações. Ontem à noite, ele estava cercado por policiais civis, militares e da Polícia Federal e sua captura era esperada para qualquer momento.

Ainda segundo a nota divulgada pela Casa Civil do governo Wilson Barbosa Martins, a mulher de Marçal de Souza planejou matá-lo porque

ele vivia amasiado com outra, conhecida como Alcelina de tal.

O delegado da Funai no Mato Grosso do Sul, Amaury Motta de Azevedo, afirmou que todos os indícios comprovam que houve premeditação para que o crime fosse cometido. Um relatório apresentado pelo chefe do posto indígena de Amambai, Valdevino Bravim, diz que dois homens foram até a enfermaria da aldeia Campestre e procuraram por Marçal, que trabalhava no local como atendente de enfermagem. Pediram-lhe um remédio, não sem antes perguntar "quem é Marçal". O líder indígena disse que não tinha no momento aquele medicamento, mas poderia providenciá-lo. Em seguida, um dos homens respondeu: "Não é preciso", fazendo os cinco disparos que mataram Marçal na hora.

Para o delegado da Funai, a desconfiança do remédio foi apenas para identificar ou confirmar quem era Marçal: "Ainda é cedo para deduções, mas todos os indícios demonstram que este crime sugere uma premeditação. Informações de várias pessoas dizem que o líder indígena não tinha nenhum problema pessoal com o assassino, nem tampouco o conhecia".

Ontem, ainda segundo o delegado da Funai, dois agentes da Polícia Federal de Ponta Porã, o técnico indigenista Lúcio Flávio e o chefe do posto de Amambai, Valdevino Bravim, e o advogado da Funai, Edmundo Cordeiro, seguiram para a área, onde mais tarde juntaram-se às equipes das polícias Civil e Militar para prender o assassino e um suposto acompanhante seu na hora do crime.

Na aldeia Campestre o clima era de tensão entre os índios devido ao assassinato, considerado "um ato bárbaro". Marçal era muito querido de todos, não somente na aldeia, onde desde criança até os velhos tinham grande simpatia e respeito por ele, mas também em outras tribos e aldeias da região sul de Mato Grosso do Sul: "Ele sempre esteve presente em questões nas quais os índios estavam envolvidos, sendo uma espécie de porta-voz. Até mesmo representou sua raça numa reunião na Organização das Nações Unidas (ONU) e também quando o papa esteve no Brasil. Foi ele que, em nome de todos os indígenas, entregou a João Paulo II uma carta contendo várias reivindicações dos índios", contou o delegado Amaury Motta de Azevedo.

lança manifesto sobre a morte do índio Marçal

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), distribuiu domingo um manifesto onde relata com detalhes, e condena violentamente, o assassinato do líder indígena Marçal Guarani.

Embora ocorrido na noite de sexta-feira, somente domingo o assassinato do líder indígena começou a provocar reações - pois só então o resto do País tomou conhecimento. Marçal era um dos líderes mais expressivos das tribos brasileiras, tendo sido escolhido como intercessor para o Papa João Paulo II, durante a visita que sua santidade fez ao Brasil, onde mantiveram um demorado encontro em Manaus.

Eis, na íntegra, o manifesto e a cópia de um telegrama do vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, ambos distribuídos pelo CIMI: Manifesto contra o assassinato de Marçal Guarani, distribuído pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

"Sexta-feira, dia 25 de novembro, foi assassinado Marçal de Souza Guarani na Aldeia de Campestre, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Na noite de 25, Marçal estava sozinho na farmácia da Aldeia onde trabalhava como enfermeiro. Foi encontrado morto. A família de Marçal informou que há 20 dias este recebeu visita de um indivíduo que oferecia cinco milhões de cruzeiros para que ele convencesse um grupo de índios Caiowá da aldeia Piracua, município de Bela Vista, MS, para que abandonassem suas terras. O território da aldeia está sendo contestado pelo

suposto proprietário da fazenda Serra Brava, Astúrio Monteiro. Marçal recusou a oferta e recebeu ameaças. Não foi esta a primeira vez que Marçal recebeu ofertas e ameaças para que desalojasse essa comunidade. A FUNAI estava ciente da tensão reinante das ameaças a Marçal, sem que tivesse tomado as providências necessárias. Marçal Guarani era um dos líderes indígenas mais destacados na defesa das terras de seu povo e um crítico lúcido da atuação da FUNAI. Foi ele o escolhido pelos índios para dirigir em Manaus uma mensagem ao Papa, na ocasião de sua visita ao Brasil. Em 1982, foi convidado especial de uma Reunião Internacional em Boston, EUA, de lideranças indígenas.

A morte de Marçal inscreve-se numa longa série de assassinatos de lideranças indígenas do País, só neste ano de 1983, sabemos do assassinato de seis Kaingang em Guarita/RS, (2/6/1983), de Edisio Pataxó Ha-Ha-Hac, na Bahia (8/6/83), Alcides Maxacali e Minas Gerais (10/7/83) e dois Xukuru-Karipi em Alagoas (no mês de setembro). Algumas dessas mortes foram praticadas com requintes de crueldade como a do índio Alcides Maxacali, que depois de morto, teve as orelhas cortadas, mantendo uma tradição bárbara que persiste desde o início do século passado, em que o assassino comprova seu crime apresentando ao mandante, como recibo, as orelhas das vítimas. Em todos esses casos nenhum dos assassinos foi preso. A

única exceção é o índio Hygino Pataxó, a quem se imputa a responsabilidade da morte do cacique Edisio Pataxó, responsabilidade que, como é sabido, recai na divisão interna do grupo comprovada pela FUNAI.

A morte de Marçal Guarani, representante autêntico dos interesses da população indígena, não pode ficar impune. Os deputados Mário Juruna, Haroldo Lima, Aldo Arantes membros da Comissão Parlamentar do Índio, os representantes da UNI (União das Nações Indígenas), representantes da Anaiba, CIMI, CPI-SP, ANAI-RS, AB-DF, INESC, CADIRJ, reunidos nos dias 26 e 27 em Brasília, exigem das autoridades esclarecimentos das circunstâncias que envolveram a morte de Marçal Guarani e a punição não só dos assassinos diretos mas também de seus mandantes. Para que sejam garantidas essas providências indispensáveis, encaminhamos cópia deste documento à OAB, solicitando que esta designe representante para acompanhar o caso.

Diante de tão bárbaro crime perpetrado no seu Estado, encaminhamos também ao governador do Estado do Mato Grosso do Sul para que proceda as iniciativas que se fazem necessárias. Encaminhamos ainda este documento à Comissão Permanente do Índio para que delibere sobre providências que se fazem necessárias e que acompanhe de agora em diante todo o caso de violência contra índios.

Assassino ainda solto

A polícia de Mato Grosso do Sul ainda não conseguiu localizar o elemento, conhecido como "Bugre" que, na noite de sexta-feira assassinou, com cinco tiros o índio Marçal de Souza, da tribo Guarany, considerado um dos mais fortes líderes das tribos do Sul daquele Estado. Alguns chegam a apontá-lo como um dos prováveis sucessores do cacique Juruna.

A polícia também não sabe informar as causas do crime que ocorreu na aldeia indígena campestre, localizada no município de Antônio João, na

fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, para onde teria fugido o assassino depois de matar Marçal.

O delegado da Funai, em Campo Grande, Amaury Motta de Azevedo, afirmou que Marçal era atendente de enfermagem na aldeia de Campestre, porém, inicialmente, não concordou com as afirmações de que ele fosse um líder dos índios. "Marçal era inteligente e relacionava-se muito bem com todas as tribos do Sul do Estado, em Dourados, Amambai e outras localidades da área, mas era um índio comum".

Mais tarde, no entanto, concordou com o fato de ter sido "uma espécie de porta-voz, que possuía a facilidade em transmitir os anseios da comunidade indígena".

Ainda segundo o delegado da Funai, que somente ontem pela manhã recebeu um relatório completo dos acontecimentos em Antônio João disse que inicialmente as informações eram de que Marçal de Souza houvesse morrido depois de um desentendimento com outro índio. Nesse caso, a Funai entregaria o problema para a Polícia Federal.

Djalma Barros: "Marçal foi morto por jagunços a soldo de fazendeiros"

CAMPO GRANDE — O líder indígena Caiuá, Marçal de Souza, não aceitou propostas de suborno e passou a ser um homem marcado para morrer, afirmou ontem na Assembleia Legislativa, o vice-líder do PDS, Roberto Djalma Barros, assegurando que não tem na menor dúvida: "a morte de Marçal foi obra de jagunços a soldo de fazendeiros".

Segundo o parlamentar, Marçal de Souza procurava rever uma área de 1.600 hectares pertencentes aos índios mas de posse de fazendeiros, razão principal de sua morte. O deputado contestou as informações veiculadas pela imprensa estadual, dando conta de que o assassinato do índio foi obra de sua esposa, observando que teve o "prazer de conhecê-lo profundamente, bem como a sua família, e nos indignamos ao vermos atribuído para justificar o assassinato de Marçal, um motivo que, absolutamente, não é racional e muito menos lógico ou verdadeiro".

O deputado exigiu "um pronunciamento sério e responsável das autoridades" e reclamou um basta "a notas

contraditórias e desinformadas como a que foi expedida pela Casa Civil à imprensa deste Estado".

AUTOR DE "UM TRABALHO SADIO"

Djalma Barros, disse que Marçal de Souza, desenvolvia um "trabalho sadio em favor de seus irmãos indígenas", uma vez que não alimentava pretensões políticas, muito menos aspirava a ser uma liderança de projeção nacional.

Em função desse despreendimento foi representante das nações indígenas perante a Organização das Nações Indígenas perante a Organização das Nações Unidas e foi escolhido para entregar ao Papa João Paulo II, durante sua visita ao Brasil de um memorial que denunciava a situação das comunidades indígenas.

"Pelo que conhecemos da vida e do trabalho de Marçal de Souza — afirmou o vice-líder do PDS —, nós recusamos a admitir, até prova em contrário, que o seu assassinato não devou-se a questão de sua luta em favor de seus irmãos, buscando assentá-los de forma definitiva em área a eles pertencentes, contrariando altos interesses dos senhores feudais da região onde ocorreu o crime".

Orro quer esclarecer assassinato de Marçal guaraní

CAMPO GRANDE — A morte do índio Marçal Guarani foi lembrada ontem na Assembleia Legislativa pelo deputado Roberto Orro, que pediu a mesa diretora o envio de moção de pesar à sua família, a União das Nações Indígenas (UNI) e ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Na moção o parlamentar destaca que "o povo sul-mato-grossense, detentor do justo orgulho de ter como conterrâneo o cacique Marçal Guarani, manifesta seu profundo pesar pelo trágico desaparecimento, e um frio as-

sassinato, daquele que, em variadas ocasiões, soube representar e defender os interesses e aspirações de toda a comunidade indígena do Brasil".

A proposição lembra ainda que aqueles que luta em defesa da causa indígena "não se satisfarão com nada menos que a completa apuração e esclarecimento as circunstâncias e, que se deu a morte de Marçal Guarani". A moção ressalta a "necessidade urgente da identificação e punição dos assassinos e eventuais mandantes".

Sergio Cruz: "É um ato de selvageria que não pode ficar por conta dos protestos"

BRASÍLIA — Usando a tribuna da Câmara Federal, o deputado Sergio Cruz, PMDB/MS, disse que "o assassinato covarde do cacique Marçal Guarani, ocorrido na última sexta-feira, em meu Estado, é um ato de selvageria que não pode ficar por conta dos protestos públicos e dos destaques na imprensa. Exige-se das autoridades uma ação enérgica, no sentido de se punir os assassinos e, mais que isso, despertar a sensibilidade política dos governantes para o problema das nações indígenas brasileiras, há muito relegadas à sua própria sorte".

Disse que "o sangue de Marçal Guarani, derramado em holocausto à causa indígena não deve apenas ser chorado e lamentado. . . Deve fertilizar a esterilidade do nosso egoísmo, alargado a nossa visão obtusa e individualista para o problema das minorias oprimidas. O índio brasileiro, expoliado, marginalizado, paternalizado e assassinado, é uma etnia em extinção. Nós brancos, conscientemente, por ação ou omissão, somos cúmplices nesta sombria tarefa de extermínio".

Proseguindo, Sergio Cruz, afirmou que "em meu Estado, o índio está praticamente confinado em pequenos aldeamentos, onde mal cabem suas modestas moradias. As terras ainda não foram expropriadas à força por grileiros, são do índio apenas formalmente, pois, na verdade são ocupadas por grandes pecuaristas e agricultores que, com o consentimento da FUNAI, arrendam-nas e, com o

passar do tempo, terminam por não devolvê-las".

"Outras áreas — continuou o parlamentar sul-mato-grossense — por desinteresse do governo, geram conflitos de final previsível, arrebentando a corda no lado mais fraco: o lado mais fraco, é o índio, sempre o índio. É o caso da aldeia Piracua, onde vivem os Caiuás, no município de Bela Vista. É um território contestado pela ambição de fazendeiros que, não satisfeito com o que tem (e sabe Deus como conseguiram), querem aumentar seu patrimônio imobiliário, mesmo que para isso tenham que subjugar a lei e pisar sobre cadáveres de pessoas inocentes".

Finalizando, Sergio Cruz, afirmou que "Marçal Guarani, foi abatido. Caiu um grande baluarte indígena no Brasil. Quem são os culpados? As garras longas e abrançantes da gúlagem consentida e estimulada; os braços curtos do governo, que agora resolveu lotear a terra do índio para a lavra predatória de minerais; a ação tímida dos defensores do índio, entre os quais, estou incluído, limitada a lamúrias de pouco efeito prático; e a criminosa indiferença da sociedade para o problema social que aparentemente, não chega a atingi-la diretamente. Marçal Guarani foi covardemente assassinado. Todos nós somos culpados e devemos assumir nossa parcela de responsabilidade neste bárbaro homicídio. . . sobretudo, para que não cometamos outros".

Boletim JURÍDICO

MANIFESTO CONTRA O ASSASSINATO DE MARÇAL GUARANI

Sexta-feira, dia 25 de Novembro, foi assassinado Marçal de Souza Guarani na aldeia de Campestre, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Na noite de 25, Marçal estava sozinho na farmácia da aldeia onde trabalhava como enfermeiro. Foi encontrado morto.

A família de Marçal informou que há 20 dias este recebeu visita de um indivíduo que oferecia cinco milhões de cruzeiros para que ele convencesse um grupo de índios Caiowá da aldeia Piracuã, município de Bela Vista, MS, para que abandonassem suas terras. O território da aldeia está sendo contestado pelo suposto proprietário da Fazenda Serra Brava, Astúrio Monteiro. Marçal recusou a oferta e recebeu ameaças. Não foi esta a primeira vez que Marçal recebeu ofertas e ameaças para que desalojasse essa comunidade. A FUNAI estava ciente da tensão reinante das ameaças a Marçal, sem que tivesse tomado as providências necessárias.

Marçal Guarani era um dos líderes indígenas mais destacados na defesa das terras de seu povo e um crítico lúcido da atuação da FUNAI. Foi ele o escolhido pelos índios para dirigir em Manaus uma mensagem ao Papa, na ocasião de sua visita ao Brasil. Em 1982, foi convidado especial de uma reunião internacional em Boston, EUA, de lideranças indígenas para analisar a atuação das companhias mineradoras em áreas indígenas no mundo inteiro, reunião em que participaram representantes de povos aborígenes dos cinco continentes.

A morte de Marçal inscreve-se numa longa série de assassinatos de lideranças indígenas do país, só neste ano de 1983, sabemos do assassinato

de seis Kaingang em Guarita/RS, em (02/6/1983), de Edísio Pataxó Hã-hã-hã, na Bahia, (08/6/83), Alcides Maxacali em Minas Gerais (10/7/83) e dois Xukuru-Kariri em Alagoas (no mês de Setembro). Algumas dessas mortes foram praticadas com requintes de crueldade como a do índio Alcides Maxacali, que depois de morto, teve as orelhas cortadas, mantendo uma tradição bárbara que persiste desde o início do século passado, em que o assassino comprova seu crime apresentando ao mandante, como recibo, as orelhas das vítimas.

Em todos esses casos nenhum dos assassinos foi preso. A única exceção é o índio Hygino Pataxó, a quem se imputa a responsabilidade da morte do cacique Edísio Pataxó, responsabilidade que, como é sabido, recaí na divisão interna do grupo provocada pela FUNAI.

A morte de Marçal Guarani, representante autêntico dos interesses da população indígena, não pode ficar impune. Os deputados Mário Juruna, Haroldo Lima, Aldo Arantes membros da Comissão Parlamentar do Índio, os representantes da UNI (União das Nações Indígenas), representantes da ANAI-BA, CIMI, CPI-SP, ANAI-RS, ABA-DF, INESC, CADIRJ, reunidos nos dias 26 e 27 em Brasília, exigem das autoridades plenos esclarecimentos das circunstâncias que envolveram a morte de Marçal Guarani e a punição não só dos assassinos diretos, mas também de seus mandantes.

Para que sejam garantidas essas providências indispensáveis, encaminhamos cópia deste documento à OAB, solicitando que esta designe representante para acompanhar o caso.

Diante de tão bárbaro crime perpetrado no seu estado, encaminhamos também ao governador do Estado do Mato Grosso do Sul para que proceda às iniciativas que se fazem necessárias. Encaminhamos ainda este documento à Comissão Permanente do Índio para que delibere sobre providências que se fazem necessárias e que acompanhe de agora em diante todo o caso de violência contra índios.

Encaminhamos finalmente este documento ao Sr. Presidente da República para que tome ciência da violência que está atingindo as áreas indígenas especialmente quando se generaliza a idéia nos meios indigenistas de que, seja, por ação seja por omissão, é primacial a responsabilidade dos órgãos federais.

ANAI

ASSOCIAÇÃO
NACIONAL DE
APOIO AO ÍNDIO

SOBRE A MORTE DE MARÇAL, LÍDER GUARANI

Mais um nome se junta ao já expressivo rol dos mártires da causa indígena: o do líder Guarani, Tupã-Y, ou Marçal, assassinado com três facadas no último dia 25, pelas 20 h, por ter recusado, dias antes, uma oferta de suborno de cinco milhões de cruzeiros para afastar as 41 famílias indígenas da Aldeia PIRACUÁ, no Mato Grosso do Sul. O território da Aldeia é pretendido pela Fazenda Serra Nova, de Astúrio Monteiro.

A ANAI denuncia veementemente o descaso da FUNAI, que sempre é a primeira a deixar isolados e a descoberto os líderes indígenas que se destacam na luta pelos direitos de sua gente, tornando-os presa fácil da sanha de terceiros. É o que aconteceu no Paraná com Ângelo Kretã, líder Kaingang de Mangueirinha, e agora, repete-se com Marçal.

Por outro lado, exigimos do órgão tutelar e das autoridades competentes, principalmente do Estado do Mato Grosso do Sul, todas as providências para a identificação e responsabilização do(s) autor(es) e mandante(s) do crime, sob pena de ficarem definitivamente contaminados, tornando-se artífices da impunidade. As entidades indígenas e indigenistas, e a ANAI, particularmente, estarão atentas na fiscalização e cobrança das iniciativas oficiais.

Estamos certos de que o frio assassinato de Marçal repugna a toda a nação, especialmente a população desse Estado, pois não se atingiu apenas o indivíduo, nem somente à sua comunidade, mas todos os povos e culturas indígenas, reivindicados como riqueza da Humanidade.

O sangue indígena, contudo, não é derramado em vão: fecunda a terra e a consciência de todos os brasileiros, encorajando-os na construção de uma nova sociedade, em que se reconheça o lugar dos Povos Indígenas.

De Porto Alegre para Dourados, em 03 de dezembro de 1983.

9

Julio M. G. Gaiger
Julio M. G. Gaiger, presidente.
Núcleo Porto Alegre - RS Caixa Postal 2857 - CGC 89.327.902/0001-40 CEP 90.000

Tomba na luta

Marçal Tupã-y

Mais sangue para tentar sufocar a resistência indígena no Brasil: assassinaram o líder indígena Guarani Marçal Tupã-y. Foi morto no dia 25 de novembro à noite, na farmácia da Aldeia de Campestre, onde trabalhava e morava, no município de Antônio João, MS. O motivo do crime: Marçal tinha recusado, mais uma vez, vinte dias antes, uma oferta de Cr\$ 5 milhões para tentar convencer um grupo Kayová (subgrupo guarani) da Aldeia Piracua, em Bela Vista, a abandonar a área onde vive.

A tensão na Aldeia Piracua, de 45 famílias, é grande devido às investidas do fazendeiro vizinho da área, Astúrio Monteiro Lima e principalmente devido às ameaças constantes de Libero Astúrio Monteiro, seu filho. Eles se dizem proprietários das terras onde vivem os Kayová, a quem Marçal prestava atendimento como enfermeiro e conselheiro.

Tupã-y (pequeno deus) era um dos líderes mais destacados na luta em prol das nações indígenas. Sua combatividade e incentivo a outros grupos podem ser observadas em algumas palavras que proferiu em uma das várias assembleias indígenas a que esteve presente. "Não podemos mais ficar de braços cruzados. É hora de nós erguer a nossa tribo, erguer a voz de nossas tribos. Nós não podemos ter medo. Estamos na nossa pátria, estamos na nossa terra. Então nós temos que gritar". Marçal se tornou bastante conhecido quando da visita do Papa ao Brasil. Ele foi um dos líderes escolhidos para falar sobre a situação dos povos indígenas no Brasil naquele julho de 1980, em Manaus (ver trechos do discurso abaixo); em 1982, foi convidado especial de uma reunião de líderes índios do mundo todo, realizada em Boston, EUA, onde se discu-



Arquivo Cini

Marçal falando ao Papa sobre a realidade do índio no Brasil

tiu a atuação das companhias mineradoras em reservas indígenas.

A morte de Marçal não é um fato isolado. Em vários pontos do País, líderes são ameaçados diariamente e nada é feito para proteger suas vidas. Somente este ano dez foram assassinados e nenhum dos assassinos diretos ou indiretos foi punido. A única resposta do Governo a tanta violência foi a aprovação de uma Exposição de Motivos, que ordena maior represão aos índios (ver matéria

ao lado).

Os pistoleiros contratados destruíram a vida de Marçal, mas não puseram fim a sua luta, pois suas palavras fortes ecoarão para sempre nos ouvidos daqueles que têm sede de justiça. Servirão de incentivo para a luta de seus irmãos que, como ele, acreditam que "talvez muitos de nós devam escrever a nossa história indígena com o sangue, mas um dia faremos o V da vitória para o Governo, para a Funai. Seremos vitoriosos".

Família do líder indígena contestou a Casa Civil do Governo

Taxando como "absurdas e inverídicas" a família do líder indígena Marçal de Souza, assassinado na sexta feira passada, com cinco tiros de revólveres, contestaram ontem pela manhã, em Dourados, uma nota à imprensa, divulgada pela Casa Civil do Governo do Mato Grosso do Sul, onde o governo revelava, que a própria esposa do líder indígena, teria sido a mandante do crime contra o marido.

A família do líder morto a tiros, desferidos pelos índios "Terenos e João Bugre" ainda foragidos da Polícia, na fronteira com o Paraguai, revelaram na manhã de ontem, que somente não contestaram as informações do governo antes, "porque estavam todos consternados pelo ocorrido, mas agora, irão tomar as devidas providências", visando apurar a origem e quem elaborou a nota para a imprensa.

Em sua declaração à imprensa na manhã de ontem, na cidade de Dourados, a viúva do líder Marçal de Souza, que demonstrava estar bastante abatida, com a morte do marido, negou claramente qualquer envolvimento com os elementos que na noite de sexta-feira passada, assassinaram com cinco tiros de revólveres, o seu marido Marçal de Souza, na Aldeia Campestre, no Município de Antonio João, Aurinídia de Souza, revelou ainda que "irá apurar até as últimas consequências, por vias legais, os responsáveis pela nota expedida pela Casa Civil do Governo do Estado, onde denunciava-a, como a mandante".

Já uma das filhas do líder Marçal de Souza, foi mais além em suas declarações à imprensa, na manhã de ontem na cidade de Dourados, indentificada como Edna de Souza, tendo em vista que foi quem taxou como "absurda e sem fundamentos", a nota do governo do Estado, denunciando sua mãe, como a pessoa que mandou matar seu pai.

Já a outra filha de Marçal de Souza, Marian Eliana de Souza, em suas declarações para a imprensa, na manhã de ontem, revelou que seu pai, era um homem "extremamente ligado a sua família e que sempre procurou dar tudo de si, a sua família" e que também irá exigir das autoridades do Estado, a origem

das informações passadas para a imprensa.

DEPOIMENTOS

Por outro lado, as fontes de informações garantiram na tarde de ontem, que antes do final de semana, a Polícia Federal da cidade de Ponta Porã, deverá tomar os depoimentos, tanto da esposa como das filhas do líder Marçal de Souza, tendo em vista que até o momento, elas ainda não prestaram seus depoimentos para o Inquérito Policial, instaurado para apurar a morte do líder, ocorrida na noite de sexta feira passada, na Aldeia Campestre, no Município de Antonio João, na fronteira com o Paraguai.

POLÍCIA CONTINUA SEM PISTA

Por outro lado, na tarde de ontem, o delegado Coelho Netto, da Polícia Federal da cidade de Ponta Porã, informou que a polícia continua sem pistas dos índios "Terenos e João Bugre", que assassinaram na noite de sexta feira passada, o líder indígena Marçal de Souza, com cinco tiros, na Aldeia de Campestre, no Município de Antônio João.

O delegado Federal, que está presidindo também o Inquérito Policial, instaurado para apurar a morte do líder Marçal de Souza, garantiu também que o máximo de empenho está sendo feito tanto pela Polícia Federal, bem como a Polícia Civil, mas mesmo assim, a Polícia continua sem pistas dos dois índios assassinos, que possivelmente estão refugiados em alguma região do Paraguai.

DEPUTADO EXIGE EXPLICAÇÕES

NOTA FOI "ADIVINHAÇÃO"

AFIRMA O PMDB

Diante da negativa da Casa Civil sobre a autoria da nota que culpou a esposa do líder indígena Marçal de Souza por seu assassinato, o deputado Djalma Barros, vice-líder do PDS, que não acredita na versão, exigiu ontem uma "explicação" oficial e pública do Governo, da Casa Civil, da Secretaria de Segurança ou da Coordenadoria de Comunicação Social a respeito da origem da infor-

mação veiculada pelo telex do Estado, pois a memória de Marçal de Souza está enlameada, a honra de sua esposa caluniada".

O deputado Nelson Bauianain, vice-líder do PMDB concordou que a nota foi "quase uma adivinhação", considerando que os criminosos nem sequer estão presos. O secretário Geral do PMDB, deputado Onevan de Matos, prometeu a elucidação do crime afirmando que vai cobrar da Secretaria de Segurança Pública a apuração dos fatos.

DJALMA TEME PELA VIDA DE "JOÃO BUGRE"

O deputado Djalma de Barros voltou a comentar na Assembleia Legislativa o assassinato de Marçal de Souza, deplorando a informação divulgada pela Casa Civil e que incrimina a mulher do índio pelo crime, afirmando que ela não dispõe de recursos para contratar pistoleiros, já que mora em "um rancho na beira da estrada Dourados - Itaporã" o deputado manteve contatos com as filhas de Marçal, comprovando que ele havia sido ameaçado de morte por não aceitar Cr\$ 5 milhões para facilitar a retirada de indígenas de 1.600 hectares de terras na região da fronteira.

"Mas do jeito que as coisas estão — afirmou o vice-líder pedessista — até mesmo João Bugre, apontado como matador, corre perigo de vida, pois até a Polícia pode matá-lo, alegando resistência à prisão, ficando assim encobertas todas as pistas dos verdadeiros culpados".

Segundo o deputado nem a mulher de Marçal, nem suas filhas foram ouvidas pela Polícia, razão pela qual não existem motivos para se encriminar dona Aurinídia, que inclusive está vivendo em Dourados sem ser molestada pelas autoridades.

Por estas razões, defende a imediata explicação pública da Coordenadoria de Comunicação Social ou da Casa Civil, esclarecendo a fonte da nota distribuída pelo governo e publicada pela imprensa nacional e estadual, uma vez que "a honra e a seriedade de toda uma família foi abalada".

DPF relata a Abi-Ackel que não há causa definida, ainda

Em um breve relato feito ontem pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal ao Ministério da Justiça, sobre o assassinato do líder indígena Marçal de Souza, o delegado Jaime Aires Coelho titular da unidade, esclareceu que "não existe uma versão oficial a respeito, dada as informações contraditórias". Ontem, o delegado Coelho Neto, titular da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã, que cuida do caso, terminou a fase de depoimentos de testemunhas do caso e familiares da vítima, além de ter ouvido aquelas pessoas que puderam oficializar informações importantes para o desfecho do crime.

Ao ministério da Justiça, o superintendente transmitiu isto também, esclarecendo a existência de muitas informações distorcidas a respeito do caso. Mesmo assim, reformou o empenho efetivo do DPF em esclarecer, de uma vez, as causas que levaram João Bugre a assassinar Marçal de Souza. "Estamos preocupados em dar uma satisfação a população", disse Jaime Aires Coelho, ressaltando em seguida a grande especulação que está havendo em torno do caso. Ele entende que muitas manifestações com interesses obscuros (políticos e agrários) estão sendo feitas a imprensa, trazendo uma grande especulação em torno da causa, principalmente, da ocorrência do crime.

O superintendente, baseado nas informações recebidas de seu subordinado responsável pelo andamento das investigações, disse que "qualquer informação apresentada a respeito do caso, é mera especulação, isto porque, as declarações oficiais, em inquérito, não levam a definição do motivo; são bastante desconstruídas e distorcidas".

CAPTURA DOS ASSASSINOS

O delegado da Polícia Civil, em Antonio João, retornou ontem da área onde se encontrava investigando a provável permanência dos assassinos, conforme informações fornecidas pelos índios da aldeia Campestre, onde aconteceu o crime. Não conseguiu localizar os elementos e não divulgou informações novas a respeito do caso.

A Secretaria de Segurança Pública não divulgou qualquer informação a respeito dos trabalhos realizados pela Polícia Civil no caso, não se preocupando, inclusive, em esclarecer informes de que a equipe que

esteve em diligência de busca e captura aos assassinos, não tiveram sucesso na operação em decorrência de problemas consequentes da falta de recursos para desempenho da função.

UMA NOVA VERSÃO

Nos depoimentos prestados em inquérito desenvolvido na aldeia Campestre, pela equipe da Polícia Federal, acompanhada pelos técnicos da Funai, surgiu uma informação que preocupa ainda mais a Polícia, no que tange ao esclarecimento da causa do crime. Disseram que Marçal foi chamado a prestar serviços médicos a uma índia mas, não teria conseguido fazer passar a dor da enferma e alegou não ter condições de aplicar novos medicamentos, porque estes pertenciam a outra tribo, isto porque, profissionalmente, entendeu ter feito o seu trabalho. Em decorrência disso ele teria sido assassinado.

Mas a Polícia está investigando toda e qualquer declaração. A prisão preventiva de João Bugre, será solicitada assim que houver informações mais concretas.

CORREIO DO ESTADO - CAMPO GRANDE/MS 01/12/83

Juruna e bispo estarão em ato público

*Dourados
Do Correspondente*

O deputado Mário Juruna e o bispo de Goiás Velho, Dom Tomas Balduino, estarão participando do ato público pelo assassinato do índio Marçal de Souza, ocorrida na sexta-feira da semana passada. O ato está previsto para o próximo sábado, em Dourados. Ontem, ao liberar as informações, o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário, Antônio Brand, alegou estar esperando que "esta manifestação não seja somente uma lembrança, mas sim um alerta contra os massacres que os índios de todo o País passam hoje".

Brand está em Dourados desde o começo desta semana, acompanhando o desenrolar do caso, investigado pela Polícia Federal de Ponta Porã e ontem condenou uma nota da Casa Civil do Governo do Estado, atribuindo à questões de ciúmes da mulher de Marçal de Souza, a causa da sua morte com cinco tiros de revólver. A nota do governo "teve o objetivo de confundir a opinião pública, ao que nos parece, pois nenhuma prova foi apresentada que caracterize um crime passionai", assinou Antônio Brand, que considerou "mal intencionada a versão do governo".

Até mesmo os familiares de Marçal contestaram com veemência esta

informação oficial. Sua filha, Edna de Souza, taxou de "um absurdo" que o crime tenha sido cometido à mando de Aristidia de Souza, "com quem meu pai sempre viveu bem e feliz", deixando entrever que o assassinato partiu de setores interessados em ocupar uma faixa de terra atualmente explorada por várias famílias de índios no município de Antônio João, situado a 56 quilômetros de Ponta Porã.

Os familiares de Marçal de Souza reiteraram as informações de que ele foi procurado recentemente por um emissário destes fazendeiros interessados em ficar com as terras, que lhe ofereceu Cr\$ 5 milhões para convencer os índios a desocuparem a gleba. Diante

da recusa, a oferta foi aumentada para Cr\$ 10 milhões, mas igualmente rejeitada pelo líder indígena da tribo Guarani.

Antônio Brand disse que ficará em Dourados (cidade onde alterna a sua permanência com Brasília) até que o inquérito esteja concluído "e os culpados (mandantes) e o assassino (João Bugre) presos, pois esta versão da Casa Civil é prematura e superficial". No sábado, será oficializada uma missa na Igreja Matriz Imaculada Conceição, às 19 horas e, em seguida realizado o ato público na "Praça Antônio João", localizada em frente. O único que não confirmou presença foi o vice-governador Darcy Ribeiro.

C.N.P.B.

Brasília, DF., 2 de dezembro de 1983

SG. nº 1288/83

Sua Santidade o
Papa João Paulo II
Cidade do Vaticano

Santidade,

A paz de Cristo!

Venho trazer ao conhecimento de Vossa Santidade a triste notícia da morte violenta do índio guarani Marçal de Souza que em Manaus fez a saudação a Vossa Santidade. Na ocasião, o índio Marçal apresentou com veemência os problemas que os índios vêm enfrentando em nosso país; dentre esses, um dos mais fortes foi, sem dúvida, a denúncia do assassinato de líderes indígenas ocorridos naquela época.

Não poderia, então, suspeitar que três anos depois seria ele vítima da mesma violência.

Marçal era enfermeiro e trabalhava no Órgão Governamental de Proteção e assistência ao Índio (FUNAI). Procurava servir a seus irmãos com dedicação e coragem. Interessava-se sobretudo por assegurar às aldeias indígenas a posse da terra que lhes é devida desde tempos imemoriais, recusando-se a ceder à ganância dos que cobiçavam estas terras.

Na noite de 25 de novembro de 1983, Marçal de Souza foi encontrado barbaramente assassinado na farmácia onde era enfermeiro, na aldeia campestre, município de Antonio João, Mato Grosso do Sul. A família de Marçal informou que, há vinte dias, o grande defensor das terras indígenas havia recusado a oferta de 5 milhões de cruzeiros para convencer os índios Caiowah da aldeia de Piracuah, município de Bela Vista, a abandonarem suas terras.

Pessoas do Governo local em vez de apurarem o crime, acusaram injustamente a esposa de Marçal.

É lamentável a série de assassinatos de líderes indígenas do país. Neste ano foram mortos índios Kaingang, Pataxós Hã-Hã-Hãa, Maxakali, Xukuru-Kariri.

Os crimes praticados contra os índios ficam geralmente impunes. Os povos indígenas vivem ameaçados e espoliados de seus direitos.

Recordamos as palavras de Vossa Santidade em Manaus que continuam sustentando a esperança de que "seja reconhecido o direito de habitar esta terra na paz e na serenidade, sem o temor, verdadeiro pesadelo, de serem desalojados, em benefício de outros, mais seguros de um espaço vital que será a base não somente para sua sobrevivência, mas a preservação de sua identidade como grupo humano".

A palavra de Vossa Santidade há de contribuir para que sejam asseguradas condições justas para a sobrevivência dos povos indígenas. Com efeito, os índios têm direito de viver com segurança em suas terras, aguardando que lhes seja feita justiça.

Em anexo, enviamos a fotografia de Marçal de Souza saudando Vossa Santidade em Manaus.

Que a prece e o empenho de Vossa Santidade pela causa da justiça sirvam de conforto à família de Marçal e a todos os que dedicam a vida a serviço dos índios, vítimas da violência, e acelerem o dia em que as leis sejam mais justas e cumpridas.

Com todo respeito e estima, peço a Vossa Santidade que abençoe as populações indígenas e todo povo brasileiro,

Luciano Mendes de Almeida

+ Luciano Mendes de Almeida
Secretário Geral da CNBB

SECRETARIA
N. 127.442

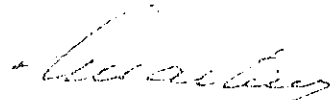
9 de Fevereiro de 1984

Senhor Bispo

Chegou às mãos do Sumo Pontífice a sua carta datada de 2 de Dezembro de 1983, com anexas algumas fotocópias; quis assim trazer ao conhecimento de Sua Santidade acontecimentos relacionados com a situação dos Índios no Brasil, informando, em particular, da morte de Marçal, o Índio que o Santo Padre tivera oportunidade de conhecer pessoalmente em Manaus, quando da Sua Visita Pastoral ao Brasil.

O Sumo Pontífice, com grato apreço pelas informações, confiou-me a incumbência de pedir a Vossa Excelência que, na medida das possibilidades, seja intérprete do Seu pesar junto da esposa de Marçal e demais familiares, e de certificar-lhes que Sua Santidade o Papa tem elevado e continua a elevar a Deus sufrágios pelo extinto e preces para que os atingidos pela dor e saudade sejam confortados pela esperança cristã; e ainda, para que, com eles, todos os relacionados com o doloroso acontecimento recebam de Deus luzes e graça, para trilharem os caminhos da reconciliação, da fraternidade e da paz.

De antemão agraecido, aproveito o ensejo para lhe renovar a expressão de sentimentos de estima fraterna em Cristo.


(E. Martínez, Subst.)

Rev.mo Senhor
Dom Luciano Mendes de Almeida
Secretário Geral da C.N.B.B.
70.401 - BRASÍLIA, DF

Governador fala sobre as providências já adotadas

O governador Wilson Barbosa Martins disse ontem que o Governo adotou todas as providências necessárias a perseguição aos elementos apontados como os assassinos do indígena Marçal de Souza, um líder de sua raça de projeção no cenário nacional e internacional, fala vários idiomas e já foi apontado como sucessor ao deputado Mário Juruena, além de já ter feito discurso em nome das nações indígenas do Brasil e ter apresentado as reivindicações da raça ao papa João Paulo II quando de sua vinda ao Brasil.

Wilson falou de uma perseguição efetiva aos assassinos e que as primeiras informações sobre o caso, divulgadas pela Casa Civil dando conta de que o índio teria sido assassinado a mando de sua esposa, foram fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública. Quanto a outra possível causa do crime, a relutância do cacique Marçal em conseguir que a Funai repassasse 1.500 hectares de terras que estavam sendo ocupadas por fazendeiros para os indígenas, motivo pelo qual já foi ameaçado de morte e também recebido a oferta de cinco milhões de cruzeiros para desistir da luta pelas terras, o governador apenas disse não ter maiores informações sobre o caso.

"Estou chegando agora de Mato Grosso e não me intei-

das últimas informações a respeito do caso", disse o chefe do Poder Executivo Estadual. Ainda ontem, ele pretendia manter contato com o secretário Aleixo Paraguassú Netto, da Segurança Pública. Este, por sua vez, não se manifesta a respeito para a imprensa, até mesmo através de sua "assessoria de relações públicas".

CASA CIVIL

Ontem, o chefe da casa Casa Civil do Governo do Estado, Plínio Rocha, reafirmou as informações divulgadas preliminarmente sobre o caso - de que o assassinato foi a mando da esposa - e disse não ter maiores informações a respeito.

Em resumo, as autoridades ligadas direta ou indiretamente ao caso pedem paciência até a conclusão do inquérito em andamento. Quanto a captura dos assassinos não há novidade. Ambos desapareceram depois da diligência realizada pela Polícia Civil nas proximidades do município de Antônio João, onde os índios da aldeia Cacique, onde aconteceu o fato, informaram que eles poderiam estar. As diligências de busca e captura, são anunciadas pela Polícia, porém, qualquer informação a respeito da causa do crime, acham precipitada ainda.

NOTÍCIAS/CNBB

01/12/83

ASSASSINADO LÍDER INDÍGENA NO MATO GROSSO DO SUL: Marçal de Souza Guarani, na noite de 25 de novembro último, na farmácia da aldeia Campes- tre, município de Antonio João, Mato Grosso do Sul, onde Marçal trabalhava como enfermeiro. Ele estava sozinho e foi encontrado morto. A família de Marçal informou que, há 20 dias, o grande defensor das terras indígenas havia recusado a oferta de 5 milhões de cruzeiros para convencer os índios Caiowá da aldeia de Piracuí, município de Bela Vista, a abandonarem suas terras. O território de Piracuí está sendo contestado pelo suposto proprietário da Fazenda Serra Brava, Astúrio Monteiro. Marçal recusara ofertas e recebera ameaças diversas vezes. A Funai estava ciente dessa tensão. Marçal Guarani era um crítico lúcido da atuação da Funai. Foi escolhido pelos índios para dirigir uma mensagem ao Papa em Manaus. Foi aos Estados Unidos, em 1982, para analisar a atuação das mineradoras em áreas indígenas, numa reunião de lideranças indígenas dos cinco continentes. A morte de Marçal se inscreve na série de dez assassinatos de líderes indígenas no Brasil, só neste ano de 1983: sabe-se do assassinato de 6 Kaingangs em junho no Rio Grande do Sul, de Edísio Pataxó em junho na Bahia, de Alcides Maxacali em julho em Minas Gerais e de dois Xukuru-Kariri em setembro em Alagoas. A morte de Marçal está ainda no contexto do ano de muitos decretos e leis para minar os direitos indígenas conquistados. Só neste ano propuseram seis decretos e leis sobre demarcação de área, exploração de minérios, intervenção militar, proposta de emancipação, incapacidade absoluta. Essas medidas foram repudiadas com a exigência de que a n Marçal Guarani não fique impune, por um documento assinado por 17 entidades a favor do índio, em Brasília, 27 de novembro último.

Acusações a mulher de Marçal compromete o governo, mas Wilson não dá explicações

A nota distribuída irresponsavelmente e apressadamente pela Casa Civil do Governo do Estado, acusando a esposa de Marçal de Souza de ter contratado seu assassinato ao pistoleiro "João Bugre", comprometeu definitivamente a seriedade da administração do sr. Wilson Barbosa Martins, principalmente porque até a tarde de quinta-feira, mesmo após reconhecido o mau acolhimento das denúncias, nenhuma explanação veio o público para justificar a calúnia.

Alias, não é a primeira vez que o governo se encolhe e silencia diante dos fatos comprometidos, bastando lembrar, por exemplo, que o escândalo registrado na Companhia (empresa ilegal de um micro-ônibus) só veio à tona depois que a imprensa, com fartura de documentos, provou que o presidente sr. Celso Costa, denunciara o processo de corrupção pública na administração de Mato Grosso do Sul.

Agora, do caso do assassinato que o líder indígenista Marçal de Souza, ficou irremediavelmente comprometida não apenas a seriedade e a credibilidade que merecem as informações oficiais, sobretudo aquelas emanadas com o timbre da casa civil, mas também a seriedade da secretaria de segurança pública na con-

dução dos mais elevados interesses da população sul-mato-grossense.

O que a imprensa tentava esconder?

Assim que foi divulgada a informação da morte violenta de Marçal de Souza, um indígena diferente pela liderança, pela capacidade de trabalho em prol de seus irmãos, uma figura de projeção nacional porque leu um memorial em defesa das necessidades indígenas entregues ao papa João Paulo II, vários foram os telegramas de repúdio ao gesto, mas de repúdio aos quais vinha exigindo a atuação imediata dos organismos de segurança para esclarecer a res, bastando lembrar, morte e punir os culpados. O deputado Roberto Djalma Barros oficiou o governador nesse sentido, o vice-governador Canoso, Darcy Ribeiro, o Cimi e outras entidades ligadas ao movimento indígenista brasileiro.

Qual não foi a surpresa quando a Casa Civil do Governo do Estado liberou uma nota oficial informando que os assassinos estavam encerrados na fronteira com o Paraguai. Ora, como se encerrado ninguém justamente na fronteira? Se estavam encerrados por que não eram imediatamente presos? Quem denunciou os assassinos para se ter conhecimento até dos nomes?

Estas eram algumas dúvidas, muito embora a maior viesse logo a seguir. Suspeitava-se de que fora a esposa de Marçal que pagara a mão armada de João Bugre — até agora o suposto criminoso — tendo em vista estar o indígena cauiá vivendo amasiado com "Celina de Tal", para usar a expressão posta no nota repetida em telegrama que o deputado Roberto Djalma Barros recebeu e no qual não apenas eram ratificadas as informações da Casa Civil como constava a assinatura do chefe do executivo, Wilson Barbosa Martins.

Essa informação logo ganhou as páginas da imprensa nacional, principalmente porque sepultava a hipótese de que o crime fora contratado por fazendeiros interessados na posse de terras (segundo consta 1.600 hectares na região de Bela Vista) que Marçal tentava reaver para os índios.

Estas eram algumas dúvidas, muito embora a maior viesse logo a seguir. Suspeitava-se de que fora a esposa de Marçal que pagara a mão armada de João Bugre — até agora o suposto criminoso — tendo em vista estar o indígena cauiá vivendo amasiado com "Celina de Tal", para usar a expressão posta no nota repetida em telegrama que o deputado Roberto Djalma Barros recebeu e no qual não apenas eram ratificadas as informações da Casa Civil como constava a assinatura do chefe do executivo, Wilson Barbosa Martins.

Essa informação logo ganhou as páginas da imprensa nacional, principalmente porque sepultava a hipótese de que o crime fora contratado por fazendeiros interessados na posse de terras (segundo consta 1.600 hectares na região de Bela Vista) que Marçal tentava reaver para os índios.

E dona Aristia, esposa de Marçal, enquanto chorava sua morte, era perseguida pelo germe da calúnia, da acusação sem provas que, certamente, visava desviar a atenção do público para os verdadeiros autores do crime que não devem ser outros senão aqueles cujos interesses eram feridos juntamente com o ação de Marçal em defesa dos índios e de suas terras.

O SILENCIO IRRESPONSAVEL

Quando veio à tona a história, a verdade levantada por Djalma Barros, exigisse de passagem com precisão e objetividade, até os deputados do PMDB se curvaram a evidência dos fatos. "Se é que esta tese é correta, a nota promoveu pura adivinhação, pois veio muito cedo, reconheceu o deputado Nelson Buainain".

"Vamos exigir da Secretaria de Segurança Pública a apuração do crime", retrucou Otaviano de Matos. "Foram fazendeiros poderosos", disse mais adiante o deputado Roberto Orro, o líder. Só que nenhum deles, muito menos o governo do Estado, apontou o culpado, pois foi usada a Casa Civil, o Teler da governadoria para o emissão das informações.

Como agora simplesmente negar o fato? Como omitir-se de culpa? e a honra da esposa de Marçal? E sua própria memória enxovalhada com a acusação de mau cheiro de família?

Este silêncio só confirma a versão do deputado Jesus Gaeta: "Este governador é mau caráter, este governo não tem mais idoneidade moral para criticar ninguém". Assim sendo, azar de Mato Grosso do Sul

Atuação de um Estado que persegue o índio

Alcida Rita Ramos (*)

Mataram Marçal Guarani, o venerando líder indígena que representou os índios brasileiros junto ao Papa durante sua visita ao Brasil, que participou de encontro internacional sobre a ação de mineradoras multinacionais em áreas indígenas, que sempre se destacou por sua coragem e determinação em denunciar crimes e abusos contra os índios. Mataram-no enquanto exercia sua função de enfermeiro empregado pela Funai, dias depois de haver recusado o suborno de cinco milhões de cruzeiros para retirar sua gente de uma aldeia cobiçada por fazendeiros em Mato Grosso do Sul. É o décimo-primeiro índio assassinado este ano por defender os direitos de sua gente.

Parece até que 1983 foi escolhido para extinguir deste País os povos indígenas. Pois se, a nível local — em Mato Grosso do Sul, na Bahia, na Paraíba e outros Estados — assassinam-se índios impunemente, a nível federal assinam-se decretos e projetam-se leis que ferem frontalmente os mais básicos direitos indígenas. Nada menos que seis desses atos federais foram feitos durante o ano, cada um trazendo a sua dose mortífera de golpes contra os índios. De fevereiro a novembro foi-se avolumando esse pacote legal. Primeiro, um decreto assinado pelo ministro do Interior, pelo ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e pelo Presidente da República, que tira da Funai a competência de demarcar terras indígenas, atribuindo poderes decisórios sobre o assunto a um Grupo de Trabalho que inclui «outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes». Ora, é bem sabido quanto empenhados estão muitos dirigentes de Estados em tomar as terras indígenas. Esse decreto é cortado sob medida para atender a esse empenho.

Em maio, foi apresentado um projeto de lei do deputado federal Mozarildo Cavalcanti (PDS-RR), propondo que se abra o garimpo de cassiterita na Serra de Surucucus, em Roraima, em pleno coração do território Yanomami, uma das maiores nações indígenas do País, com pouquíssimo contato com brancos. Segundo este projeto, os Yanomami seriam utilizados no garimpo como mão-de-obra. Dada a vulnerabilidade desses índios, tal projeto estaria decretando, literalmente, a morte dos Yanomami de Surucucus.

Em setembro foi aprovada uma Exposição de Motivos Interministerial que permite às polícias militar e federal intervir em casos de conflito ou tensão em áreas indígenas. Tanto a Funai como «particulares interessados» podem solicitar a intervenção das polícias. Não é preciso dizer que com isso está legalizada a repressão a qualquer movimento organizado e reivindicatório dos povos indígenas. Podemos simplesmente apontar o fato de que a tão decantada abertura é bastante seletiva: existe para os brancos (sem bem que nem para todos), mas não para os índios.

Enquanto o novo Código Civil amarra os índios a uma tutela absoluta, o projeto do deputado João Batista Fagundes (PDS-RR) nega aos mesmos índios a proteção oficial. Nenhuma dessas propostas reflete as necessidades atuais dos índios, que, diga-se de passagem, nunca foram consultados a respeito.

Que país é este, que se diz orgulhoso de Rondon e de sua benevolência para com os povos indígenas, mas que produz essa enxurrada de leis e decretos destinados a acabar com os índios, que concede abertura política aos brancos, mas reprime os índios, que deixa onze mortes indígenas passar em brancas nuvens, sem sequer ensaiar uma tentativa de punir os culpados?

O ano de 1983, ao invés de trazer a comemoração dos dez anos de existência do Estatuto do Índio, passou a ser um dos anos mais fatídicos para os povos indígenas. Pranteamos Marçal Guarani como mais uma vítima, não só das balas do matador, mas também da saraivada legal desfechada contra os índios pelos poderes constituídos.

(*) Alcida Rita Ramos é professora da UnB. (Associação Brasileira de Antropologia - Seção DF - Caixa Postal 15-2867)

O GLOBO/RJ - 03/12/83

Presos os acusados do assassinato do Cacique Marçal

Campo Grande (MS) — As Polícias do Brasil e do Paraguai prenderam na quinta-feira, em uma Fazenda de Pero Juan Caballero, João Gomes e João Chamamel, acusados do assassinato do líder indígena Marçal de Souza, ocorrido no sábado passado, na Reserva de Camppestre, a 15 quilômetros do centro do Município de Antônio João.

A informação é do Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal, Jayme Ayres Coelho, revelando ainda que o índio foi morto com cinco tiros e não com três facadas, conforme fora divulgado anteriormente. Interrogados, Gomes e Chamamel negaram qualquer envolvimento no caso.

Coelho revelou ainda que o assassinato de Marçal foi presenciado pela viúva Aristídia de Souza, que ao ouvir os disparos, escondeu-se num dos compartimentos da pequena enfermaria onde o ex-marido trabalhava. Quando foi socorrê-lo, Marçal já estava morto. Esse detalhe havia sido omitido, para dar maior segurança à única testemunha do crime.

CARA DE ÍNDIO

Aristídia voltou ontem pela manhã de Ponta Porã, depois de reconhecer como autor dos disparos João Gomes, o "bugre", mas ele diz que estava longe da aldeia campestre naquele dia, e explica:

Meu apelido não é bugre. Qualquer branco com cara de índio é chamado assim. A senhora está cometendo uma injustiça.

A viúva disse não conhecer o outro acusado, João Chamamel, ou "tere-na", e não fez nenhuma declaração, além de dizer: "Ele foi o assassino", apontando o dedo indicador para o "bugre".

Grupos indígenas e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) programaram para hoje, às 19h, em Dourados (MS) uma missa e um repúdio público em memória do Cacique Marçal de Souza.

Os 300 índios Krao, Xavante, Xerente e Carajá, que ocuparam a Ajudância da Funai em Araguaina, Norte de Goiás, na última terça-feira, não conseguiram o entendimento com o Presidente da Funai, Otávio Lima, que esteve ontem no local. Segundo informações transmitidas por telefone pelo Cacique José Apinajé à Comissão do Índio da Câmara, em Brasília, Otávio Lima chegou quase a ser expulso do local pelos índios porque não concordou em substituir o chefe da Ajudância, Wilker Célio da Silva, e nem assumiu compromisso para demarcar a área Apinajé em 30 dias, conforme reivindicam os índios.

Cerca de 350 famílias de posseiros invadiram a reserva indígena de Igarapé Lourdes, localizada no município de Jiparaná, em Porto Velho, a 450 quilômetros da capital, e poderão provocar grave conflito social na área. A invasão foi constatada por técnicos do INCRA, que trabalharão em projetos fundiários no interior do Estado e confirmada ontem pelo Superintendente Regional, Ernani Coutinho.

João Bugre não matou o cacique Marçal

Investigações voltam a estaca zero e o caso fica ainda mais complicado para a Polícia

"Não foi João Bugre quem matou o indígena Marçal de Souza". A conclusão, é da Polícia Federal e foi anunciada ontem, em Ponta Porã, juntamente com fatos como: João Bugre esteve na Delegacia, depois de ter sido localizado na fazenda Lagoa Azul, situada a 30 quilômetros do município de Antônio João, prestou depoimento e foi liberado. Logo após ter sido levado à aldeia, ser reconhecido como João Bugre mas não como assassino de João Marçal, por testemunhas oculares do crime, como Eliza Vilhalba.

Ela é uma índia, companheira de Marçal na enfermaria da reserva, e seu irmão estava com João Bugre na ocasião do assassinato. Ambos deixaram a aldeia na ocasião do crime e este fato,

vale lembrar, que ele já foi ameaçado de morte e recebeu proposta de suborno (receberia cinco milhões se parasse de reivindicar a saída do fazendeiros das 1.500 hectares de terras pertencentes aos índios), o qual não aceitou.

Nesta investigação a Polícia não vai deixar de ouvir fazendeiros; uma vez que aparecem como suspeitos de terem sido mandantes, até mesmo porque o problema de terras é entre índios e fazendeiros. Mas, as autoridades policiais empenhadas no caso, continuam não afirmando muito a respeito do caso, no que tange a novas informações. "Isso é coisa de índio; ninguém entende, é um rolô tremendo", desabafam policiais que atuam no caso.

associado ao fato de Eliza ter ouvido a frase "vamos embora João", logo após o crime, levaram a Polícia a ter João Bugre como suspeito número um da morte de Marçal.

FOI UM PARAGUAIO

Depois deste acontecimento, o delegado Coelho Neto (da Polícia Federal em Ponta Porã) que preside o inquérito, ficou quase uma noite inteira conversando com João Bugre, inclusive lhe oferecendo arma e este demonstrou não saber manuseá-la. As investigações voltam a estaca zero. "A Polícia tem que começar tudo de novo" disse o delegado Coelho Neto, comentando que este fato complica tudo

A índia Eliza ganha atenção no caso, por ser uma importante testemunha e ter convivido muito tempo com Marçal, como sua assistente. Teve um filho há três dias atrás, o qual presume-se ser de Marçal, segundo fortes comentários na reserva. Contudo, não tem peso (ainda mais agora, depois da localização de João Bugre) a hipótese de que sua mulher mandou matá-lo uma vez que Marçal estava de férias e esteve em sua casa com os filhos, em Dourados, até dia 23, dois dias antes do crime.

CASA CIVIL

Não só politicamente, como também pela responsabilidade de anunciar

agora, mas "o importante é que se faça justiça e tudo fique esclarecido o mais breve possível".

O fato de índia Eliza ter ouvido menção ao nome João, na fuga, aponta um elemento conhecido no Paraguai como João Xamamé, como o principal suspeito, agora. Juntando-se a isso o pensamento do delegado Coelho Neto de que "isso não é coisa de índio", cresce com força a suposição de que os autores da morte do indígena são pistoleiros paraguaios.

Em decorrência disso, conforme raciocínio policial, aumenta a hipótese de que o indígena Marçal de Souza tenha sido assassinado por problemas de disputa de terras. Nesse aspecto,

a mulher de Marçal como mandante do assassinato do líder indígena, a Casa Civil está complicada agora. Igualmente fica em situação difícil a Secretaria de Segurança Pública, uma vez que a Casa Civil do Governo do Estado, alega ter expedido uma nota com a causa do crime em menos de 24 horas (o que é raríssimo acontecer na Polícia) com informações fornecidas. "preliminarmente, pela Secretaria de Segurança Pública".

Paralelamente a este comentário, fala-se também em Dourados, na entrada de uma ação judicial contra tal manifestação, considerada "altamente precipitada", por alguns advogados que acompanham o caso.

O GLOBO/RJ

04/12/83

Darci e Juruna pedem apuração da morte do cacique

CAMPO GRANDE, MS — O Vice-Governador do Rio, Darci Ribeiro, e o Deputado Mário Juruna disseram ontem em Campo Grande que o Governo do Mato Grosso do Sul pode influir nas investigações sobre a morte do líder indígena Marçal de Souza.

— Seria uma vergonha para o Estado ter esse crime sem solução — ressaltou Darci Ribeiro. Já Juruna confessou estar decepcionado com a violência contra a sua raça e vai se reunir hoje com líderes

indígenas em Dourados.

Eles participaram ontem à noite de uma missa em intenção de Marçal, celebrada na Igreja Imaculada Conceição, onde compareceram quase duas mil pessoas. Depois, foi realizado um ato público.

SUSPEITO LIBERTADO

O índio João Bugre foi libertado ontem pela manhã pela Polícia Federal, pois, segundo afirmação do Delegado Coelho Neto, ele não é o responsável pelo assassinato de Marçal de Souza.

190

Caso Marçal: A Polícia já está perdida no caso. Criminosos a solta

Polícia pede calma paciência para desenvolver as investigações visando esclarecer a morte do cacique Marçal de Souza. Isto em consequência da confusão decorrente dos últimos depoimentos prestados no inquérito presidido pelo delegado da Polícia Federal em Ponta Porã, Coelho Neto, que, até agora, está deixando a Polícia perdida, face as informações contraditórias a respeito.

No final de semana, a Polícia informava que "agora tudo está mais difícil do que antes", e as informações não podem ser precipitadas "Portanto, temos que aguardar o andamento dos trabalhos".

Há uma grande preocupação quanto a conclusão a ser encaminhada a justiça, no inquérito em andamento. Um fato é certo, porém, muito trabalho estão tendo as autoridades policiais empenhadas no caso, justamente porque cada hipótese tem que ser checada e, como afirmam os policiais, "nunca aconteceu um crime com tantos motivos aparentes e várias versões a respeito da causa real do assassinato".

A Polícia preocupa-se em evitar as especulações e as manifestação com interesses escusos (políticos e agrários). O delegado vai mais além ao afirmar que

tais pronunciamentos têm atrapalhado o andamento dos trabalhos devido a mobilização da opinião pública através da imprensa.

CAUSA DA REGRESSÃO

O que reduziu a praticamente nada todo trabalho direcionado na alucidação do assassinato realizado até agora, foi o depoimento da índia Eliza Vilhalba. Segundo ela, numa acareação feita com os elementos acusados de serem os criminosos - João Bugre e Tereno - ambos não foram os elementos que efetuaram os cinco disparos contra o indígena Marçal de Souza. Reconheceu, portanto, João Bugre como sendo João Bugre, mas não o assassino do cacique, conforme vinha sendo anunciado pelas autoridades policiais.

Solidariedade à Polícia

A Associação de Antropologia do Rio de Janeiro enviou telegrama a Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã, se solidarizando com os esforços desenvolvidos no empenho para elucidação do assassinato do cacique Marçal de Souza. Deixando claro entender as dificuldades inerentes ao caso, a entidade coloca-se a disposição para apoiar no que

quanto ao novo suspeito - João Chamamé - a Polícia prefere não adiantar nada a respeito, temendo cair no mesmo erro de antes.

Há a dedução de que o assassinato pode ter sido a mando de fazendeiros e executado por pistoleiros paraguaios, que, obviamente estariam refugiados, no seu país, que não fica distante de Antonio João onde aconteceu o crime.

Nesse aspecto, a Polícia consegue liberdade para investigar o caso no Paraguai, através dos contatos mantidos pelo delegado Coelho Neto, da Federal em Ponta Porã, com o cônsul do Paraguai naquela cidade fronteiriça. Além de permissão, ele pretende o apoio das autoridades policiais paraguaias no desenvolvimento dos trabalhos.

for possível e lamenta a morte do indígena.

Esta é apenas mais uma das inúmeras manifestações em torno do caso Marçal. Há uma grande repercussão até agora a respeito do assassinato de um indígena de projeção nacional e internacional, que trabalhava como enfermeiro da reserva de Dourados e foi barbaramente assassinado com cinco tiros por dois elementos.

Antropólogos protestam 1983 contra a morte do índio

Com violentas críticas à Funai, tachando-a de omissa e passiva no problema do indígena brasileiro, onde o último fato gravíssimo aconteceu com o bárbaro assassinato do índio guarani aculturado Marçal Souza há vinte dias, em Mato Grosso do Sul, estiveram reunidos ontem, pela manhã, na Divisão de Antropologia do Museu Paraense "Emílio Goeldi", o padre Nello Ruffaldi, representante do Conselho Indigenista Missionário da região Norte 2 para o Estado do Pará e Território Federal do Pará, os antropólogos Antonio Carlos Magalhães, pertencente à Associação Brasileira de Antropologia e da Divisão de Antropologia do Museu Emílio Goeldi, e Maria Helena Barata, do Grupo de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal do Pará.

Na ocasião, apresentaram uma série de denúncias à imprensa como repúdio contra esses assassinatos de lideranças indígenas no Brasil e a falta de cumprimento, pela Funai, da lei 6.001/73, o que representa a demarcação e relacionamento das reservas indígenas.

Falta de cumprimento

Antonio Carlos Magalhães lembrou que por esses assassinatos ninguém recebeu punição diante da passividade da Funai, causando espanto e perplexidade aos que lidam com a causa indígena.

Antonio Carlos evoca o assassinato em circunstâncias misteriosas de outro líder indígena, o cainguanque Angelo Creton, há três anos, sem

que até hoje algo tenha sido apurado e definidas as responsabilidades. Em todos esses problemas há um fator preponderante, assegura Maria Helena Barata: é o fator da terra disputado por poderosos grupos econômicos. Ela relembra a importância de Marçal Souza na comunidade indígena, pois foi quem apresentou os índios do Brasil na visita do Papa João Paulo II.

O problema fundamental, diz Maria Helena, é a imediata reformulação da Funai e faz alusão ao problema surgido ao norte de Goiás relacionado com a substituição de um representante dos índios junto ao órgão e que diante de sua intransigência podera resultar num tremendo conflito.

"O que precisa ser feito é o cumprimento da lei 6001, o estatuto do índio, a demarcação de todas as terras indígenas. Se não houver essa providência, as lideranças indígenas continuarão a ser mortas por grupos econômicos", ressaltou.

Antonio Magalhães, complementando as palavras de Maria Helena, disse que somente em 1983 foram assassinados dez dessas lideranças sem que a Funai houvesse identificado quais os criminosos, tentando, isto sim, acobertar os verdadeiros culpados. Quanto ao assassinato de Marçal Souza, "sabe-se que inicialmente um fazendeiro tentou suborná-lo, oferecendo-lhe a quantia de 5 milhões de cruzeiros, para que se omitisse no problema do índio. Como não aceitou, vinte dias

depois apareceu morto e até hoje o culpado ou culpados não foram descobertos".

Manifesto

Assinado pelo Cimi Norte II, ABA, Divisão de Antropologia do Museu Emílio Goeldi e pelo Grupo de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal do Pará, o manifesto, datado de 5 de dezembro de 1983 repudia o assassinato de Marçal Souza, considerado um grande líder indígena. O documento faz um breve histórico de sua atuação em defesa da comunidade indígena e a força que possuía como homem de denúncias até que acabou assassinado sem que a Funai tomasse qualquer providência efetiva em sua defesa.

As entidades e os grupos que assinam o manifesto dizem que repudiam publicamente "as tentativas de distorção e açobertamento de fatos reais pelas autoridades federais, as quais desejam imputar a outros índios do povo Guarani a autoria do crime, utilizando-os como "bodes expiatórios", ao invés de buscar na questão da terra o fator preponderante que determinou a ação dos verdadeiros assassinos". E prossegue relatando outros assassinatos e reafirmando a luta em favor dos povos.

Neste domingo haverá uma missa, às 19:30 horas, na Igreja de Nossa Senhora da Aparecida, na avenida Pedro Miranda, em intenção ao índio Marçal Souza.

O ESTADO DE SÃO PAULO

08/12/83

Índios preparam ataque a posseiros

Dos correspondentes e da sucursal

Índios das tribos gavião e canela, do Maranhão, juntaram-se ontem aos apinajé, craó, xerente e carajá, num total de mais de 300 homens, com o objetivo de atacar os quase três mil posseiros instalados na reserva apinajé, a 18 quilômetros de Tocantinópolis, Norte de Goiás. Eles saíram em caminhões do posto da ajudância da Funai na vizinha cidade de Araguaína, divididos em dois grupos, e chegaram à reserva prontos para iniciar o ataque, caso os agricultores não abandonem a área.

Venceu ontem ao meio-dia o prazo dado pelos indígenas para o atendimento de outra reivindicação: eles querem que André Villas Boas, ou Lúcio Flávio Coelho, seja o chefe da ajudância da Funai, mas o órgão nem deu resposta ao pedido. Se essa

reivindicação fosse atendida, os índios aceitariam negociar a demarcação da reserva dos apinajé, de 102 mil hectares. Eles querem também a ampliação da reserva para 300 mil hectares.

Denúncia ao papa

A CNBB enviou uma carta ao papa João Paulo II comunicando o assassinato, em Manaus do índio guarani Marçal de Souza — o mesmo que apresentou os problemas indígenas ao pontífice, quando ele esteve na capital do Amazonas, há três anos. "É lamentável a série de assassinatos de líderes indígenas — diz a carta. Neste ano foram mortos índios caingangs, pataxós, maxacalis e xucuru-cariri. Os crimes praticados contra os índios ficam geralmente impunes. E os povos indígenas vivem ameaçados e espoliados de seus direitos".

Indenização insuficiente

Os índios sateré maué enviaram um relatório ao governo federal pedindo que as autoridades obriguem a Elf-Aquitaine (empresa estatal da França) a indenizar-lhes por todos os prejuízos causados numa área de 240 quilômetros, avaliados em Cr\$ 320 milhões. Os indígenas não ficaram satisfeitos com o dinheiro que receberam da empresa, que suspendeu os trabalhos de prospecção de petróleo na área de contrato de risco com a Petrobrás, na região do rio Negro. O relatório lembra que morreram quatro índios e um ficou inválido em consequência da explosão de dinamites no levantamento sísmico, que também provocou intoxicações com substâncias químicas. Os indígenas perderam produtos agrícolas, madeiras de lei e outros valores.

Foto: Douglas M. ... de ...



A missa pelo índio Marçal

Ao 7.º dia da morte de Marçal de Souza (Tupã-y), foram celebradas missas em dezenas de locais, com manifestações em favor dos povos indígenas. Em Dourados, sede da diocese mato-grossense do sul, onde fica a aldeia de Campestre, foi celebrada, sábado, 3 de dezembro, uma missa, presidida pelo bispo local e por D. Tomás Balduino, Bispo de Goiás Velho. Dezenas de padres concelebraram e centenas de índios participaram do ato religioso. Houve também, além da missa, um ato público de solidariedade aos povos indígenas. Uma onda de solidariedade agigantou-se em todo o País.

Em Brasília, o Secretariado Nacional do Conselho Indigenista Missionário e a CNBB estavam procurando fazer chegar ao Papa João Paulo II a denúncia do assassinato de Marçal, ao lado de um relato sobre as mais recentes medidas governamentais contra os povos indígenas. O jornal PORANTIM, do Cimi, publicou, em sua edição de dezembro, um enérgico editorial, intitulado **Basta!**, em que condena não apenas o assassinato de Marçal mas todas as medidas oficiais recentes, como o decreto presidencial, assinado pelo general Figueiredo a 10 de novembro pp., abrindo as áreas indígenas para a exploração de companhias mineradoras particulares, numa flagrante violação dos direitos dos índios e uma clara agressão à sua sobrevivência.

Vale lembrar que, no próximo dia 19 de dezembro, o Estatuto do Índio (Lei 6001) completa dez anos de existência. Quando foi aprovado, em dezembro de 1973, o Estatuto fixava um prazo de 5 (cinco) anos para a demarcação de todas as áreas indígenas no País. Passaram-se não cinco, mas dez anos, e não foi demarcado sequer um terço do total das áreas indígenas. Ao invés de demarcar, o Governo promove agora a invasão oficial das áreas.

Estas agressões têm urgido a necessidade de ações conjuntas dos organismos comprometidos com a causa indígena. No final de novembro, reuniram-se em Brasília, a convite do deputado Mário ...

várias entidades de diversos Estados, e traçaram um programa comum de atividades, centrado na denúncia dessas agressões.

O assassinato do líder do povo Guarani, Marçal de Souza (Tupã-y), na aldeia de Campestre, no município de Antônio João (MS), chocou o Brasil inteiro. Marçal foi assassinado a tiros por dois desconhecidos, dia 25 de novembro, no interior da farmácia da aldeia, onde ele prestava serviços como enfermeiro. Era funcionário da Funai e integrava ainda a Assessoria de Saúde do Cimi.

O líder Guarani foi um dos quatro índios que falaram ao Papa João Paulo II, no encontro do Papa com os índios, em Manaus, dia 10 de julho de 1980. Naquela ocasião, Marçal fez, de improviso, um veemente discurso, queixando-se da invasão das terras indígenas e denunciando os assassinatos, então, recentes, de dois líderes: o cacique dos Kaingang de Mangueirinha (PR), Ângelo Kretã; e o cacique Ângelo Xavier, dos Pankararé da Bahia. Ambos haviam sido assassinados, poucos meses antes, por defenderem as terras de seus povos.

A morte de Marçal foi pela mesma razão. Incansável defensor dos direitos de seu povo e de todos os povos indígenas no Brasil, ele estava ultimamente empenhado no apoio aos Kaiová (um subgrupo Guarani) da aldeia de Piracuí. Eram 42 famílias, cujas terras estavam invadidas pela Fazenda Serra Brava, de Astúrio Monteiro. O proprietário da Fazenda havia oferecido Cr\$ 5 milhões a Marçal para deixar de apoiar a resistência dos Kaiová da aldeia Piracuí. Marçal, coerente com seus princípios rejeitou liminarmente a tentativa de suborno.

Pouco depois, os dois jagunços (ainda "desconhecidos") mataram Marçal.

A morte deste grande líder indígena, digno continuador da saga de resistência de Sepé Tiaraju (também Guarani) e de Ajuricaba, teve um efeito contrário ao desejado pelos inimigos dos povos indígenas.

(Antonio Carlos Moura)

Marçal Guarani, "in memoriam"

Lígia T. Lopes Simonian

A violência e a sordidez têm espreitado a vida daqueles que lutam pela liberdade, que buscam a "normalidade num sentido humano". E numa sociedade onde uma minoria controla sistematicamente uma maioria quase silenciosa e amedrontada, fica muito mais fácil o exercício do arbítrio e de desmandos. Marçal é apenas uma vítima a mais neste mundo ensanguentado pela violência a serviço de poucos.

O assassinato de Marçal mais uma vez nos ensina que os abutres que controlam o poder (político/econômico) não podem absorver nem tolerar uma vida pautada na honestidade e no despreendimento. Assim tem sido com os posseiros (que apenas querem plantar, colher, comer e morar), assim tem sido com os operários, com os bóias-frias, com seus defensores. Assim também foi com Marçal.

Marçal, um índio, um exemplo de honestidade, de despreendimento? Sim, quer queiram ou não os poderosos! Desde muito tempo que vinha sendo pressionado a aceitar propinas para ceder em sua luta. Mas obstinadamente Marçal sempre resistiu. Mais, Marçal sofreu na própria carne a intolerância dos poderosos. Conforme documentou Zelito Viana em Terra dos Índios (Rio de Janeiro: Embrafilme, 1979), "Marçal é vítima constante de perseguição por parte das autoridades, tendo sido até mesmo torturado por crimes que não cometeu".

Foi com exemplos e persistência que Marçal se fez querer por todos os homens de boa vontade. O reconhecimento que aqui se pretende começou muito antes de seu trágico e inaceitável assassinato. Marçal não teve fim; seu assassinato na verdade se metamorfoseou em começo — pois a força de seus ensinamentos promete muito. E, sem a mínima possibilidade de engano, pudemos captar isto por ocasião da homenagem que lhe foi prestada em Dourados/MS, no dia 3 próximo passado.

Em território tradicionalmente ocupado pelos Guarani, hoje invadido por uma sociedade que predominantemente se posiciona contra os povos indígenas, o sentimento de pesar irmanou a todos os presentes, homens de boa vontade, índios e não índios; todos comungaram um sentimento e uma ânsia por justiça indestrutíveis. Contra estes os opressores não poderão se exercitar; é mais forte que a vida, que a materialidade de um punhal ou de uma bala. E ninguém mais que Marçal para simbolizar a luta por justiça, por liberdade!

O sentimento de pesar e de dor pela morte de Marçal extrapolou o espaço da homenagem prestada em Dourados. Principalmente os indígenas, muitos dos quais atingidos no seu direito de ir e vir, garantido pela Constituição do País, foram impedidos, com o uso da força, de sair de suas reservas, para prestar publicamente sua homenagem a Marçal, como foi o caso de muitos Guarani do Mato Grosso do Sul. Como se vê, o assassinato de Marçal não foi suficiente para saciar a sede de sangue, de dor. É preciso continuar oprimindo, matando. É assim que os opressores sentem e percebem o mundo.

Em Dourados ampliou-se o clamor emitido por justiça a Marçal e a todos os indígenas que tomaram na luta pela libertação e autodeterminação dos povos indígenas. Os Guarani choraram o parente e o guia na busca de dias melhores; os outros indígenas presentes (Kaiowá, Xavante, Tukano, Krenak, Munkli, Pareci, Karajá, Terena) choraram o amigo, o irmão de luta, o orientador; os não índios renderam sua homenagem orando, lembrando sua jornada em prol do respeito aos povos indígenas, enfim, apreendendo, com seu exemplo, sobre hombridade, retidão, dignidade, respeito, valores tão abstratos numa sociedade que se fundamenta na violência.

Mas não só de emoção se constituiu a homenagem à Marçal, em Dourados; em que pese sua importância, o ritual religioso e o ato público avançaram e se cristalizaram em momento de lucidez e de profunda reflexão política. No ritual religioso os rezadores Guarani se integraram com sua religiosidade milenar; no ato público uma exceção - um deputado estadual, pertencente à legenda do PDS - Roberto Djalma Barros, tentou usar a palavra via intimidação. Em toda a homenagem uma ausência lamentável mas compreensível - a da grande imprensa. Mas certamente que a memória Guarani saberá reter a importância de um momento como aquele.

Como na vida, Marçal continuou ensinando - importa não o lamento mas sim a luta e o esforço comum para a construção de uma sociedade humana e justa, onde a violência, a brutalidade, a dor e o abuso de poder não tenham vez. Assim nos diz Marçal:

"Meus irmãos, aquela corrente, rompida há séculos, separada, temos de unir, uní-la de novo. Vamos nos conscientizar da união do povo Indígena do País. Se isso acontecer, ninguém mais vai desuní-la. Então vai acontecer de novo a alegria - que vivíamos. O INDIO se unindo, a Funai vai ter medo. Tem medo como o cavalo que dá coice. A nossa nação deve de novo florescer" (08/09/80).

Publicado no Jornal de Brasília, em 10/12/83, no espaço reservado à Associação Brasileira de Antropologia/Secção DF.

Publicado com cortes e modificações.

A morte do índio Marçal

11/12/83

190

Antonio Lopes Lins

JORNAL DE BRASÍLIA

09/12/83

CNBB denuncia morte de cacique a João Paulo II

"Os crimes praticados contra os índios ficam geralmente impunes. Os povos indígenas vivem ameaçados e espoliados de seus direitos", diz o Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Luciano Mendes de Almeida, em carta enviada ao Papa João Paulo II e divulgada ontem, onde denuncia o assassinato do líder indígena guarani Marçal de Souza. O fato ocorreu na noite do último dia 25, em Mato Grosso do Sul, na farmácia onde o índio era enfermeiro, no município de Antônio João. Quando da visita do Papa ao Brasil, Marçal fez a ele uma saudação apresentando "com veemência os problemas que os índios vêm enfrentando em nosso país, dentre esses, um dos mais fortes foi, sem dúvida, a denúncia dos assassinatos de líderes indígenas ocorridos naquela época".

— Não poderia, então, suspeitar que três anos depois seria ele a vítima da mesma violência, salienta D. Luciano, esclarecendo a João Paulo II que Marçal era enfermeiro e trabalhava no órgão governamental de Proteção e Assistência ao Índio (FUNAI), e procurava servir a seus irmãos com dedicação e coragem.

Marçal interessava-se — prossegue D. Luciano — sobretudo por assegurar às aldeias indígenas a posse da terra que lhes é devida desde tempos imemoriais, recusando-se a ceder à ganância dos que cobiçavam estas terras.

— A família de Marçal informou que, há vinte dias, o grande defensor das terras indígenas havia recusado a oferta de Cr\$ 5 milhões para convencer os índios Caiowah da aldeia de Piracuaah, município de Bela Vista, a abandonarem suas terras, informa D. Luciano ressaltando que "pessoas do governo local em vez de apurarem o crime, acusaram injustamente a esposa de Marçal de o ter mandado matar.

CNBB lamenta

O Secretário-Geral da CNBB lamenta, na carta, a série de assassinatos de líderes indígenas do país e diz que nesse ano foram mortos os índios Kaingang, Pataxós Hã-hã-hãe, Maxakali, Xukuru-Kariri.

— Recordamos as palavras de Vossa Santidade em Manaus que continuam sustentando a esperança de que "seja reconhecido o direito de habitar esta terra na paz e na serenidade, sem o temor, verdadeiro pesadelo, de serem desalojados, em benefício de outros, mais seguros de um espaço vital que será a base não somente para sua sobrevivência, mas a preservação de sua identidade como grupo humano", diz D. Luciano.

Ele espera que "a palavra de Vossa Santidade há de contribuir para que sejam, asseguradas condições justas para a sobrevivência dos povos indígenas. Com efeito, os índios têm direito de viver com segurança em suas terras, aguardando que lhes seja feita justiça.

— Que a prece e o empenho de Vossa Santidade pela causa da Justiça sirvam de conforto à família de Marçal e a todos os que dedicam a sua vida ao serviço dos índios, vítimas de violência e acelerem o dia em que...

Não sou teatrólogo e até hoje não me havia passado pela cabeça escrever uma peça teatral.

Minto: até antes de ontem. Porque ontem, despertado pela tragédia do índio Marçal de Souza, me veio uma bruta vontade de escrever uma peça teatral com o nome que dei a essas locuções.

Pensei nos personagens. Muitos. Uma infinidade deles. Os protagonistas centrais apareceriam logo nos primeiros quadros, distribuídos em um cenário bucólico de aldeia indígena Campestre, quinze quilômetros distante da cidadezinha de Antônio João.

O personagem-legenda apareceria pouco. Apenas na cena de sua morte e nas reminiscências, ainda indefinidas, de outros personagens.

Abrindo minha peça com um grand-guignol, víamos Marçal, apenas para ser identificado, interpelado por dois caboclos (mestiços de índio e branco). Pediam-lhe um remédio qualquer. No quadro, o índio, que era pequeno funcionário da FUNAI na aldeia, vestindo calça e camisa, atende os interpelantes com gentileza, identifica-se, desculpa-se por não ter o remédio procurado e se oferece para mandar buscá-lo, se necessário.

Ai e então, certificados de que é, de fato, a pessoa que procuram, vem a cena do crime. João Bugre, ou João Chamamé e um índio ou mestiço terena conhecido pelo nome de sua tribo, sacam suas armas e fuzilam Marçal. A cena é rápida e 5 tiros transformam o nosso herói em um "presunto" sangrento.

Não me importe com os órgãos atingidos pelos tiros, nem imaginei os assassinos fugindo a pé. Devem ter sido a cavalo e se internaram no mato, enquanto a cena de morte tem que ser bem viva, com a mulher da vítima, uma bugra de nome Arcelina, abrindo o berreiro pela perda de seu homem. Como um quadro colorido de tragédia, além das carpideiras, ponho na peça o enterro triste de Marçal, seguido de uma comitiva imensa e silenciosa de aborígenes.

Ai começaram minhas dificuldades de ficcionista. Marçal, segundo imagens de vídeo-tape conservadas na aldeia e passadas no noticiário da televisão, é verboso, inquieto, empolgado. Gostei dessa imagem e pretendia torná-la vibrante em minha peça, onde ele era transformado em apóstolo da causa indígena, sem aquela ingenuidade meio grotesca de Juruna. Seria como um arauto das reivindicações de sua raça espoliada. Por isso desprezei, ou melhor, ignorei a identificação dada pelo delegado da Funai, segundo a qual Marçal seria apenas um índio comum.

Índio comum é o que pode haver de mais prosaico, de mais besta neste mundo. Jamais um tipo assim mereceria a glória de uma tocaia de dois profissionais de primeira linha do gatilho e de um assassinato tão limpamente premeditado, determinado, planejado, executado.

O fato é que minha cena segunda representaria João Bugre e Tereno fugindo por dentro do mato, de machete em punho, perseguido pela polícia.

A partir daí teria que imaginar o que ocasionara o crime. Evidentemente não poderia ter sido algo corriqueiro, nem uma culpa séria do índio. Para caber em seu papel de herói, devia ser uma luta pela sua gente, pelos seus irmãos de raça. E esse desideratum foi plenamente satisfeito quando surgiu a história de uma área de 1.500 hectares pertencente à sua tribo, grilada pelos brancos e ocupada por fazendeiros. Marçal não se conformava em ver intrusos se apossando das últimas terras que foram de seus avós e dirigiria uma reação desesperada, dos seus, contra a expropriação.

Ele seria uma espécie de guardião-zelador que, mesmo sem uma reação violenta, incapaz de ser mantida, lutava para preservar a pouca terra que ainda sobrara para seu povo, denunciando os grileiros, alertando as autoridades, mantendo em seus irmãos selvícolas aquela chama atávica de posse da terra, que nem os séculos de submissão pela força conseguira eliminar.

Nessa luta, ele teria caído. Caído como caem os líderes das nações esmagadas, vítimas de sicários alugados, os quais, por ironia da sorte, tinham seu próprio sangue, embora, naturalmente, sem ideal e sem esperança, corrompidos, infames...

Não foi difícil criar os vilões do drama. O mandante do crime, cujo prêmio almejado era a posse da terra. Depois, engendrei a trama, fui fechando o ciclo, sempre no objetivo de fazer de meu herói um Peri ou um Atalá, cujo título ficasse como um símbolo e cujo nome se tornasse um exemplo. Afinal, essa porçãozinha de sangue indígena que corre nas minhas veias me ajudava a sentir os índios como irmãos espoliados.

Estava em plena gestação literária de minha tragédia, quando me chegou às mãos uma outra versão do caso de Marçal. Essa versão, originária da Casa Civil do Governo, foi uma pá de cal nos meus sonhos de Chateaubriand dramaturgo.

Segundo ela, Marçal fôra casado e abandonara sua esposa e duas filhas pela amante com quem vivia quando morreu. E sua esposa, mulher ciumenta, residente em Dourados, teria sido a mandante do crime. Aceita essa versão, a peça decaía, perdia o sentido, morria de finalidade, condenava-se.

Felizmente para sua memória, há coisas que não se enquadram na história. Imagine-se uma bugra inculta e miserável, com duas filhas moças ainda para criar, lavando roupas, passando, comendo a custo de sacrifício, a pagar dois assassinos para vingá-la... Onde arranjaria o dinheiro para a vingança, como conseguiria o apoio dos assassinos, os teria conhecido.

Não! Jamais transformaria uma peça tão bem urdida em uma chanchada dessas! Nem iria, também, desfigurar a imagem de meu índio, um campeão de sua raça, versão moderna daqueles selvícolas bravos de que nos falou Gonçalves Dias, Chateaubriand ou José de Alencar, em um baratíssimo vilão de comédia de subúrbio, capaz de abandonar a mulher e dois filhos à sua própria sorte.

Nesses comemos, como diriam os velhos cronistas, embora não dando um dez réis de mel coado pela história da Casa Civil (que, aliás, não sei como se meteu nisso), acabou-se todo o meu entusiasmo pela história do finado Marçal. Afinal de contas, seja qual for a versão actual do assassinato, o índio esborrachou-se do pedestal em que se encontrava.

Há muita coisa por trás do bárbaro crime que vitimou o pobre líder indígena. Está claro que esse crime foi mandado. Por quem e com que motivo, é o que precisamos apurar.

Aliás, essa situação horrível em que se encontram algumas regiões de nosso Estado, onde ainda campeiam o crime encomendado e os matadores profissionais, é uma nódoa grande demais para perdurar sem afetar duramente nosso fôro de pessoas civilizadas.

A Polícia Federal, a quem está afeta a elucidação do crime, tem a obrigação iniludível de apurar um fato de tanta gravidade, porque nossa justiça não pode omitir-se na punição de tão bárbaro como covarde assassinato.

Entretanto, minha inclinação para o teatro morreu no nascedouro. E a primeira peça não passou da intenção, ou melhor, foi para as cucuias...

A P P E L U R G E N T

De graves événements à l'encontre des droits des indiens se déroulent actuellement au BRÉSIL.

Marie JURUMA, député indien, demande instamment LE SOUTIEN DE L'OPINION PUBLIQUE internationale en ce qui concerne :

-- L'ASSASSINAT DE MARCAL DE SOUZA

Leader indigène guarani, il a été assassiné le 25 novembre alors qu'il se trouvait seul dans la pharmacie où il travaillait à CAMPESTRE (MOTO GROSSO DO SUL). Peu de temps auparavant, il avait refusé l'argent que lui offrait le fazendeiro MONTEIRO LIMA pour le pousser à convaincre un groupe KAYOVÁ d'abandonner leurs terres, et depuis il était l'objet de nombreuses menaces.

Très apprécié, il fut un des leaders choisis pour exposer à JEAN-PAUL II, lors de sa visite au BRÉSIL, la situation des indiens (MANAUS-10 juillet 1980). De même, en 1982, il sera spécialement invité à une réunion de tous les leaders indigènes du monde à BOSTON (ETATS UNIS).

C'est un des leaders les plus remarquables de la lutte en faveur des nations indigènes qui a disparu. Nous devons exiger du gouvernement brésilien la vérité sur cet assassinat, qui est le 11ème perpétré depuis 6 mois à l'encontre de responsables indiens, et le châtiment de tous les coupables.

Supplément au Bulletin du Comité-France Brésil n° 47

46, rue de Vaugirard - 75006 Paris

Directeur de la publication : Etienne BLOCH ISSN 01535560

Imprimé par nos soins - dépôt légal : 4ème trimestre 1983.

"O nosso caminho não será de rosas. Talvez muitos de nós devam escrever a nossa História Indígena com sangue, como tem acontecido com nossos irmãos."

(Marçal de Souza Tupã'i)

editorial

MARÇAL MORREU

"O assassino evadiu-se do local." Esta é a informação que, mais uma vez, nos chega. O executor é desconhecido, mas a bala assassina não; ela já matou muitos índios, posseiros, pescadores, trabalhadores; assumindo outras formas, diversas, como a de punhal, de força e de miséria.

A morte de Marçal, como a de muitos índios por todo o território brasileiro, durante o curso de já muito tempo, não é por acidente, muito menos por questões menores como briga de casal. Em Dourados (MS), está configurado o conflito pela posse da terra, conflito este cada dia mais acirrado pelo imobilismo e omissão constantes do órgão federal responsável: a Fundação Nacional do Índio

(FUNAI). Marçal foi morto porque querem a terra que o povo de Marçal não deixa - a sua.

A imprensa divulgou nota do chefe do posto indígena da reserva, eximindo-se de qualquer implicação, encerrando o episódio em si mesmo. Não se contém represas rachadas usando rolhas. Os episódios de mortes indígenas não são vazios, mas em breve poderão explodir em sangrentas revoltas por todo o país.

FUNAI calou-se, Marçal morreu. No silêncio dos sepulcros, de qual índio será a próxima voz a ecoar?

Líderes

apontam culpados

O Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e outras autoridades constituídas, principalmente a Funai, são os responsáveis diretos pelo assassinato do líder Guarani Marçal de Souza (Tupã-y). Esta foi a conclusão de representantes de dez povos indígenas, reunidos na tarde do dia 3 de dezembro, em Dourados, MS. Após a reunião, os 200 índios juntaram-se à população local na Igreja Matriz da cidade para participar da missa de sétimo dia, celebrada por D. Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho e ex-presidente do Cimi. A missa foi seguida de um ato público na praça da Igreja, onde líderes indígenas, políticos e indigenistas falaram sobre a dedicação de Marçal à causa indígena e exigiram a punição dos assassinos do grande líder, que lutou durante os 63 anos de sua vida para que seu povo se unisse "de Norte a Sul, de Leste a Oeste, para encontrar os caminhos da sobrevivência". Ele dizia que, "se isso acontecer, ninguém mais vai desuni-la. Então vai acontecer de novo a alegria que vivíamos. O índio unido, a Funai vai ter medo. Tem medo como o cavalo que dá coice. A nossa nação deve de novo florescer".

Marçal sempre viveu na reserva de Dourados, mas, nos últimos anos, estava residindo na aldeia de Campestre, município de Antônio João, para onde a Funai o transferira, como atendente de enfermagem do órgão tutor. Em 1980, ele iniciou o contato com 30 famílias Kayowá, que vivem na aldeia de Piracuaá, à margem do rio Apa, no município de Bela Vista, próximo ao Paraguai. Estava orientando o grupo sobre a melhor forma de atuação para conseguir a garantia de suas terras — 800 hectares que o fazendeiro Astúrio Monteiro de Lima diz lhe pertencerem. Este fazendeiro, um dos principais suspeitos do assassinato, ao prestar depoimento na delegacia, disse que Marçal não passava de um "bugre audacioso".

Desde que começou a atuar junto a este grupo Kayowá, como enfermeiro e conselheiro, Marçal passou a receber, ora ameaças, ora propostas de suborno, para abandonar a causa. Não aceitou o dinheiro oferecido por dois jagunços, vinte dias antes de cumprirem a ameaça, nem atendeu ao pedido de suas filhas para

"deixar disso": Dizia: "Não adianta, é meu ideal". E ainda brincava: "Quando eu morrer, é para me enterrar de cabeça pra baixo ou jogar num formigueiro... o que importa realmente, é que fique lançado à terra um pouco desse meu ideal".

Tupã-y viajava muito, para participar de assembleias indígenas, mas dizia sempre a seus irmãos: "Não troquem a vida de nossas aldeias pela vida da cidade". Era um homem humilde, compreensivo, amado pelo seu povo e odiado pelos grandes, que o tachavam de revolucionário, agitador. Por onde passava, deixava suas palavras sábias, ditas com simplicidade.

"Marçal foi a mais eloquente voz de defesa da causa indígena que eu já vi e ouvi. Era um homem pequeninho, feinho, banguela, mas, quando começava a falar, se transfigurava". Essa definição de Darcy Ribeiro, antropólogo, vice-governador do Rio de Janeiro e amigo pessoal de Marçal desde 1946, proferida durante discurso no ato público de Dourados, revela o poder mágico das palavras fortes e conscientes do pequeno grande líder.

O respeito e o carinho que seus irmãos tinham por ele foram demonstrados no ato público. Cada companheiro que falava tinha a voz embargada pela emoção e pelos soluços. Todos, inconformados, exigiam que os criminosos fossem encontrados e os mandantes punidos. O deputado Mário Juruna culpou o ministro do Interior, Mário Andreazza, pela morte de Marçal e de outros líderes, durante sua gestão. Alvaro Sampaio participou da manifestação representando a União das Nações Indígenas (UNI), entidade que Marçal ajudou a fundar. O líder Tukano criticou a omissão da Funai e falou das injustiças que são cometidas contra todos os explorados, índios ou não.

CULPADOS

Não suportando as pressões, que partiam de vários pontos do País e do mundo, o secretário da Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, Aleixo Paraguassu Neto, alguns dias após o crime, "encontrou" os dois assassinos: os índios João Bugre e Terezo. E ainda apresentou seu achado ao governador do Es-

tado, Wilson Barbosa Martins, através de um telegrama onde afirmava que os dois índios estavam a serviço da ex-esposa de Marçal. A versão de Aleixo se desfez nos dias seguintes, quando Eliza Vilhalba, que presenciou o assassinato, não reconheceu os dois índios como os pistoleiros que deram cinco tiros em seu companheiro, dia 25 de novembro. Novos suspeitos surgiram, mas os verdadeiros criminosos não foram encontrados. O fazendeiro Astúrio Monteiro foi liberado da acusação por falta de provas, depois de seu depoimento, e tudo voltou à estaca zero.

Em meio ao cenário de tristeza e impunidade, o superintendente regional da Polícia Federal, Jaime Ayres Coelho, encontrou uma saída para o impasse. Passou a dizer pelos jornais, a 8 de janeiro, que as investigações estavam em fase de conclusão, pois "foram identificados alguns grupos subversivos economicamente privilegiados, tendo como cabeças até mesmo índios com significativa quantidade em dinheiro e papéis rentáveis". Jaime declarou esta "preciosidade" depois de realizar uma pesquisa em que, segundo ele, "ficou comprovado a existência de agitadores ligados a entidades de defesa dos índios, que estão sendo beneficiados com o dinheiro estrangeiro, principalmente marcos procedentes de organizações filantrópicas da Alemanha". Mas suas ridículas acusações se perderam em meio aos fatos e às vozes que se juntavam em coro para clamar por justiça.

As duas mil vozes do ato público somaram-se às vozes de todo o País e de vários pontos do mundo para exigir o fim do massacre de líderes indígenas. O clamor era o mesmo que Marçal fez ao Papa em Manaus, em julho de 1980, quando esteve representando os índios do País e falou da miséria e da tristeza de seu povo pela morte de líderes assassinados friamente. No encontro, Marçal fez um apelo a João Paulo II, para que levasse "nosso clamor, nossa voz por outros territórios que não são nossos, mas que o povo, uma população mais humana, lute por nós, porque o nosso povo, a nossa nação indígena está desaparecendo do Brasil".

"Nosso coração tá chorando"

Sete dias após o assassinato de Marçal, representantes de dez povos indígenas se reuniram em Dourados e fizeram um documento onde denunciavam os culpados pelo crime e estabeleciam formas de dar continuidade à luta de Tupã-y. Da reunião foram para a Igreja Matriz, onde houve uma celebração ecumênica, seguida de manifestação de protesto. Transcrevemos, nesta página, trechos dos discursos de alguns líderes indígenas, feitos durante a manifestação

Deputado

Mário Juruna

Quero anunciar esse problema que meu companheiro foi assassinado, matado por alguém e pode ser matado por um político, pode ser matado pelo fazendeiro. Eu não quero condenar quem matou meu companheiro Marçal de Souza; quem matou foi o Presidente da República, quem matou é Ministro do Interior, quem matou é Funai. Esse Presidente da República é responsável do Brasil, responsável da nação; é ou não é responsável da Nação? É responsável da miséria, responsável da violência, responsável da fome. E por isso, companheiro, que eu quero que você compreenda: muita gente, muito brasileiro não sabe a minha vida e muito companheiro acha que eu tá sentado na cadeira da Câmara de Deputado e que sou homem palhaço. Quem é palhaço é todo esse político é esses que me fazem de palhaço. Eu represento a minha terra, represento a Nação, representa comunidade indígena. (...)

Parece não existe justiça, justiça da terra. E justiça não existe para dá proteção pra pobres índios. Então esse índio companheiro foi homem de coragem, deixou mensagem derramando sangue no Brasil. Deixou a vida pra comunidade indígena. E a luta não vai parar, a luta vai continuar e a palavra fica e a mentira acaba.

(...) Precisa um Brasil que tem onde morar a comunidade, a Nação Indígena. O brasileiro sofre na mão da autoridade autoritária desse milico lá em Brasília. Eu quero é contar com vocês, eu quero que vocês cobra ameaça que acontece aqui em Dourados enquanto houver índio por aqui na estrada.



Fotos: M^{te} Solange Rodrigues

da. Quantas vezes já fui ameaçado aqui na estrada de Dourados. Funai é chamada de Fundação do Índio, então eu chamo Fundação Nacional dos Militares, Fundação Nacional Funeral. Eu nunca vi Funai assumir e proteger o direito do índio. Ela, a Fundação, foi criado para proteger o fazendeiro, para poder proteger empresário. E a Funai não é tutora da comunidade indígena? O Estatuto do Índio não foi garantido. E a Funai não é obrigado garantir a vida de comunidade indígena? Como é que Funai garante a vida do índio? A Funai garante pra tomar terra do índio! A Funai garante pra tirar a terra do índio! Ela não tá pra proteger índio. Eu não sei como que vocês o brasileiro agüenta com esse mundo, João Batista, não sei como que vocês agüenta essa autoridade. Vocês que têm que mudar Brasil! Não é Governo que vai mudar Brasil, o povo é que vai mudar Brasil! Se vocês, como posseiro, como trabalhador e como camponês, não junta com comunidade indígena, vocês não consegue nada. Se você não encontra união, você vai continuar sempre com a miséria que existe no Brasil. Se todo nós brasileiros não assume, como vai mudar Brasil? Eu acredito que nós vamos mudar e acredito que nós vamos virar a mesa.

João Martins (Kayowá)

Esse presidente da República, ele só tem coragem para deixar o branco morrer de fome, também, como aconteceu aqui em Dourados já. Se ele não tem capacidade pra agir pros pobres dos brancos, tinha que dar o lugar pra outro que tenha coragem pra agir, porque aqui no Brasil quem age é capanga.

A nossa raça, o índio Kayowá da nossa parte de Mato Grosso do Sul, o último brasileiro abandonado, o índio também estamos reclamando hoje. Estou com an-



do a ajudar o meu povo lá na aldeia de Caarapó, porque lá a Funai não ajudou. Aumenta o salário do empregado dele, mas pra ajudar o índio não tem dinheiro.



Nenito Guarani

Meus amigos de Dourados, o que faleceu é meu primo-irmão Marçal de Souza; batizado pelo branco, Marçal de Souza; pelo cacique, Tupã-y.

Hoje nós não choramos, mas nosso coração tá chorando por causa da despedida do índio Marçal Guarani. Nós sabemos, pedimos ver se autoridade dá mão pra nós. Tanto que já sofremo pisado no nosso rosto, e não encontramos defesa na mão de autoridade, ainda. Porque nós índios não devemos, nós não temos conta com ninguém, nós índios somos humilhados, a vida de índio é humilhada. De modo que eu não sei por que motivo agora Marçal de Souza foi, despediu de nós, tribo indígena que tamos até agora chorando dentro de nós.

João Modesto (Terena)

Meus irmãos de sangue, meus irmãos brancos, muitas vezes vocês ouviram nesta Pátria, neste nosso Brasil, os que aí estão reclamando várias vezes seu apelo sem ao menos ninguém lhe dar ouvido naquilo que eles sentem como índio dentro das perseguições dos brancos que ora está governando nosso país e policiando seus povos.

Irmãos, não tenho palavras para poder aqui me expressar diante de uma tristeza que todos os índios, no momento, e o Brasil inteiro sente pela perda de mais um líder de uma comunidade espoliada, roubados seus direitos diante de uma nação que se diz democrática.

Mas eu vou tranqüilo na lei de Deus que vem acima de todas as leis dos homens. Por isso mesmo que nós aqui viemos trazer um pouco de nosso sentimento, sentimento de nossa família também, porque aquele que tombou representa no rosto de cada índio que aqui veio. É o sofrimento, é as lágrimas que por detrás daquele rosto.

Daniel Cabixi (Paresí)

A morte de mais um líder indígena de projeção nacional leva a nós índios a refletir profundamente na nossa situação presente. É uma morte perigosa, a refletir a analisar e a tirar conclusões muito preciosas sobre a luta do índio no Brasil nos dias atuais. Porque o índio, para muitos brasileiros civilizados, o índio é objeto de chacota, de graça, de palhaço; para outros o índio é um beberão preguiçoso, maltrapilho, vagabundo, sem-vergonha, um ladrão que não presta para nada; para outros minha gente, para a gente que estão no poder, para a gente que tem interesse nas terras dos índios, para esses o índio não é palhaço, não é peça de cha-



cota; para esses o índio é o empecilho para o avanço de sua ganância.

Então, minha gente, eu agradeço por termos aqui representantes da mais alta consciência indígena neste País. E esperamos contar com a colaboração do povo brasileiro — o povo brasileiro sofrido, também, como nós indígenas.

Marta - Sobrinha de Marçal

Eu quero dar, apenas dois minutos, uma palavrinha de continuidade o que meu tio disse. Nós lutaremos juntos pela morte do meu tio, que foi um grande líder da raça Guarani, mais de todos os brasileiros. Porque nós é que somos os verdadeiros brasileiros, donos dessa terra. Nós lutaremos juntos, o sangue do meu tio vai levar bem alto essa bandeira em nome da raça Guarani e todos os brasileiros.

Talvez meu tio, todo mundo sabe que ele lutou pela sua raça; mas ele não queria cabide de emprego não, ele



lutou comunitariamente, ele tinha espírito comunitário porque, se ele tivesse cadeira, um cabide de emprego, ele tava lá no Senado, sei lá, ganhando seu dinheiro. Ele morreu lutando, requerendo o direito que todos nós temos.

Alvaro (Tukano) (UNI)

Mataram o nosso grande líder indígena, o Guarani Marçal de Souza, o homem que impulsionou a luta indígena no País e que sempre merecerá o nosso respeito pelo trabalho que deixou em nossas mãos. A este trabalho, vamos abraçar com toda nossa força, porque esse líder não morreu à toa, morreu defendendo a terra para seus irmãos, a liberdade e a paz para todas indígenas. Vamos fazer do Marçal o herói de nossa luta, porque todos os líderes que os fazendeiros matam nunca serão esquecidos. (...) Para garantir e legalizar a nossa sobrevivência humana, eu, em nome particular e de



uma organização indígena, a União das Nações Indígenas (UNI), da qual Marçal foi membro, e, todos aqui presentes, juntos, de braços dados, sem distinguir a raça e credo, exijamos a reforma agrária e derrotemos esses fazendeiros que são minoria.

Discurso del indígena Marcial



Su Santidad Juan Pablo II:

Yo soy representante de la gran tribu Guaraní, cuando en los primeros días, con el descubrimiento de esta gran patria éramos una gran nación y, yo no podría, como representante de esta nación que hoy vive al margen de la llamada civilización, Santo Padre, no podríamos callarnos ante su visita a este país. Como representante por qué no decir, de todas las naciones indígenas que habitan este país, que va quedando tan reducido para nosotros y tan grande para aquellos que nos arrebataron esta patria.

Somos una nación yugada por los poderosos, una nación expoliada, una nación que está muriendo de a poco sin encontrar el camino, porque aquellos que nos cogieron este suelo, no dieron las condiciones para nuestra sobrevivencia, Santo Padre.

Nuestras tierras son invadidas, nuestras tierras son tomadas, nuestros territorios están siendo reducidos, no tenemos más condiciones de sobrevivencia. Presentamos a Su Santidad nuestra tristeza por la muerte de nuestros líderes asesinados fríamente por aquellos que invadieron nuestro suelo, que para nosotros representa nuestra propia vida y nuestra sobrevivencia en este gran Brasil, llamado país cristiano.

Represento aquí el Centro-sur de este gran país, la nación Kaingnan que perdió recientemente a su líder; fue asesinado también Pankararé en el nordeste. Perdió a su líder porque quiso luchar por nuestra nación. Quería salvar nuestra nación, traer la redención a nuestro pueblo, pero no encontró redención, encontró la muerte.

Queda todavía una esperanza con su visita, Santo Padre: Usted podrá llevarla fuera de nuestros territorios, pues no tenemos nosotros condiciones pues somos subyugados por los poderosos. Nuestra voz está embargada por aquellos que se dicen dirigentes de este gran país. Lleve nuestro clamor, nuestra voz a otros territorios que no son el nuestro, para que el pueblo, una población más humana luche por nosotros, porque nuestro pueblo, una nación indígena está desapareciendo del Brasil. Este país que nos fue arrebatado. Dicen que Brasil fue descubierto; Brasil no fue descubierto, Santo Padre, Brasil fue invadido y arrebatado a los indígenas del Brasil. Esta es la verdadera historia. Nunca fue contada la verdadera historia de nuestro pueblo, Santo Padre. Yo dejo aquí mi llamado, llamado de doscientos mil indígenas que habitan y luchan por su sobrevivencia en este país tan grande y tan pequeño para nosotros, Santo Padre.

Confiamos que usted, como representante de la Iglesia Católica, jefe de la humanidad, lleve nuestra voz para que nuestra esperanza encuentre repercusión en el mundo internacional. Este es el mensaje que le dejo a usted □

MARCIAL:

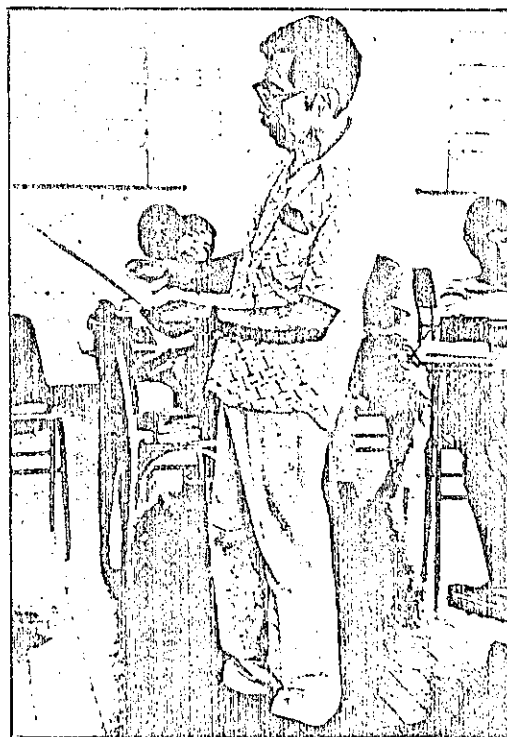
HERMANO, A PESAR DE TU ASESINATO, SIGUE CRECIENDO TU ESPERANZA !!

Brasil



CONSEJO INDIO DE SUD AMERICA
INDIAN COUNCIL OF SOUTH AMERICA

N° 2 - Lima, Enero - Febrero de 1984 - AÑO 1



Voz Indígena

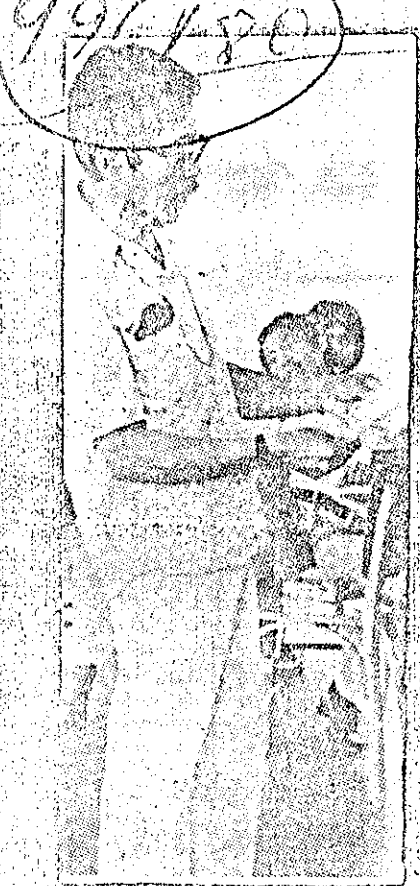
BOLETIN - AIDSESEP



ASOCIACION INTERÉTNICA DE DESARROLLO DE LA SELVA PERUANA

Año 3 No. 8 ENERO-FEBRERO 1984 Lima-Perú

BRASIL... ASESINATO DE LIDERES INDIGENAS Y NUEVAS MEDIDAS LEGALES PROVOCAN REPUDIO A POLITICA INDIGENISTA DEL GOBIERNO



Marcial Guarani

Hemos recibido una comunicación firmada por 3 congresistas, 15 líderes indígenas y 14 organizaciones de apoyo de Brasil en que informan sobre la grave situación que vienen atravesando los indígenas de este hermano país producida por recientes acciones del gobierno brasilero que alteran seriamente la condición legal y humana de los pueblos indígenas y que amenazan la vida misma de sus integrantes, pues se está asesinando a sus principales líderes para silenciar sus voces de protesta.

Llamamos a la solidaridad de las organizaciones indígenas y de todos aquellos que se identifican con esta causa; a levantar su voz de protesta y exigir el respeto a los derechos de nuestros hermanos indígenas brasileños.

A continuación, reproducimos el manifiesto emitido por dichas organizaciones y representantes, en contra de los asesinatos de líderes indígenas.

MANIFIESTO CONTRA EL ASESINATO DE MARCIAL GUARANI

El día 25 de noviembre fue asesinado Marcial de Sousa Guarani en la aldea de Campestre, Municipio de Antonio Joao, Matto Grosso del Sur. La noche del 25 Marcial estuvo en la farmacia de la aldea donde trabajaba como enfermero. Fue encontrado muerto.

La familia de Marcial informó que hace 20 días éste había recibido la oferta de un individuo que ofrecía 5 millones de cruzeiros para que

venciera a un grupo de indígenas calowa, de la aldea Piracua, Municipio de Bela Vista, de que abandonasen sus tierras. El territorio de esta aldea está siendo reclamado por el supuesto propietario de la hacienda Sierra Brava, Asturio Monteiro; Marcial rechazó la oferta y por ello recibió amenazas. Esta no fue la primera vez que Marcial recibió ofertas y amenazas para que desalojase esa comunidad. La FUNAI estaba al tanto de la tensión reinante producida por las amenazas a Marcial, pero no tomó las medidas necesarias.

Marcial Guarani era uno de los indígenas destacados en la defensa de las tierras de su pueblo y un crítico lúcido de la actuación de FUNAI. Él fue elegido por los indígenas para dirigir en Manaus un mensaje al Papa, con ocasión de su visita a Brasil. En 1982 fue invitado especial de una Reunión Internacional en Boston-E.E.U.U. de Joderanzas indígenas para analizar la situación de las compañías madereras en áreas indígenas del mundo entero, reunión en que participaron representantes aborígenes de los cinco continentes.

La muerte de Marcial se inscribe en una larga serie de asesinatos de líderes indígenas del país. Sólo en este año de 1983 hemos tenido noticia del asesinato de 3 kaingang en Guarita-RS el 2.06.83; de Edirio Pataxó, ha-ha-hac en Bahía el 2.06.83; de Alcides Maxacali en Minas Gerais el 10.07.83; y dos xucuro-kariri en Alagoas en el mes de Setiembre. Algunas de esas muertes fueron practicadas con caracteres de crueldad, como la del indio Alcides Maxacali, que después de muerto sufrió el corte de sus orejas, repitiendo una tradición bárbara que persiste desde el inicio del siglo pasado en que el asesino comprueba su crimen presentando al contratante como recibo, las orejas de su víctima.

En ninguno de estos casos han sido apresados los asesinos. La única excepción es la del indígena kaingang Edirio Pataxó, se imputa la responsabilidad que, como es sabido, recae en la división interna del grupo provocada por FUNAI.

La muerte de Marcial Guarani, representante auténtico de los intereses de la población indígena no puede quedar impune. Los diputados Haroldo Lima, Mario Juruana y Aldo Arantes, miembros de la Comisión Parlamentaria del Indio los representantes de la UNI (Unión de Naciones Indígenas), representantes de ANAIBA, CIMI, CPI-SP, ANAI-RS, ABA-DE, INESC, CADRIJ, reunidos los días 26 y 27 de Noviembre de 1983, en Brasilia, exigen de las autoridades pleno esclarecimiento de las circunstancias que envolvieron la muerte de Marcial Guarani, y el castigo no sólo a los asesinos directos, sino también a quienes ordenaron el asesinato.

Para que sean garantizados esas providencias indispensables, dirigimos



Marcial Guarani (último a. r. derecha) conjuntamente con el Presidente de AIDSESEP y otros líderes indígenas, cuando asistió a reunión de Boston, E.E.U.U.

mos copia de este documento a OAB solicitando que éste designe un representante para acompañar el caso. Frente a tan bárbaro crimen cometido en un Estado, se lo dirigimos también al Gobernador del Estado de Matto Grosso del Sur, para que proceda a las acciones que sean necesarias.

Dirigimos también este documento a la Comisión Permanente del Indio para que delibere sobre las medidas que es necesario tomar y que acompañe de ahora en adelante todo caso de violación contra los indios.

Dirigimos, finalmente, este documento al Sr. Presidente de la República, para que tome conciencia de la violencia que está afectando los áreas indígenas, especialmente cuando se generaliza la idea en los medios indigenistas de que, sea por acción o por omisión, es primordial la responsabilidad de los órganos federales.

Siguen Firmas.

COLOMBIA

REPRISION A HERMANOS INDIGENAS

Nuestro pueblo ha sufrido la represión de los representantes del gobierno colombiano, quienes al intentar defender los derechos de los indígenas, han sido castigados con la cárcel y la tortura. En el día 25 de noviembre de 1983, en Brasilia, exigimos de las autoridades pleno esclarecimiento de las circunstancias que envolvieron la muerte de Marcial Guarani, y el castigo no sólo a los asesinos directos, sino también a quienes ordenaron el asesinato.

Para que sean garantizados esas providencias indispensables, dirigimos

Polícia denuncia presença de agitadores entre índios

CAMPO GRANDE — O mistério que envolve o assassinato do Cacique Marçal de Souza, ocorrido dia 25 de novembro último, poderá ser desvendado ainda este mês, segundo informou ontem o Superintendente Regional da Polícia Federal, Jaime Coelho. Adiantou já ter sido comprovada a existência de agitadores ligados a entidades de defesa dos índios, que recebem dinheiro do exterior, principalmente de instituições filantrópicas da Alemanha.

— Para chegarmos aos assassinos do Cacique Marçal, estamos fazendo um levantamento da situação financeira de pelo menos outros oito líderes da Reserva de Dourados, onde ele morava com a família. As investigações estão em fase de conclusão e já foram identificados alguns grupos economicamente privilegiados, encabeçados até mesmo por indígenas com significativa quantia de dinheiro aplicada.

Segundo Jaime Coelho, as investigações comprovaram que há um nítido interesse de alguns grupos organizados em não permitir a expansão da Reserva de Dourados, fazendo com que os seus habitantes — cerca de seis mil Kaiwas, Terenas e Guaranis — disputem os 3.539 hectares de terras. A Aldeia de Picuá, reivindicada pelo Cacique Marçal de Souza como uma extensão da Reserva de Dourados, melhoraria a qualidade de vida dos membros das três nações indígenas.

Mas nem mesmo o Delegado Regional da Funai, Carlos Amauri de Azevedo, pode garantir a criação da Reserva de Picuá, porque essas terras indígenas ferem interesses de fazendeiros como Astúrio Monteiro de Lima, proprietário da Fazenda Serra Brava, que contesta a demarcação feita pelo órgão. Picuá é uma planície de terra fértil, com rios piscosos, matas e madeira de lei, sendo uma das poucas re-

servas onde o índio ainda tem caça abundante.

LISTA NEGRA

O Superintendente Regional do DPF disse ainda que dentro dos próximos 15 dias estará pronta a "lista negra da Reserva de Dourados", com os nomes dos indígenas envolvidos na disputa da ordem entre os habitantes daquela reserva.

— É uma coisa espantosa — disse ele — e acredito que vai atingir muita gente, algumas delas tidas como insuspeitas até agora. Aparentemente, nada existe de anormal na Reserva, mas a coisa não é bem assim, pois as investigações em torno da série de homicídios ocorridos ali desde a morte de Marçal de Souza trarão a tona muitos fatos novos.

— Estamos separando o joio do trigo — Nossa obrigação é proteger os índios, e não confundir os. Portanto, estamos levantando os nomes daqueles que já não precisam dos cuidados da Funai. A Funai deve tomar conhecimento desses fatos, para dar aos verdadeiros índios seus direitos. Um índio deve ser índio ou vereador, e não ter as duas condições simultaneamente, usufruindo da imunidade política e também dos privilégios de alguém em processo de aculturação. Temos na Reserva índios intelectuais, índios políticos, índios chefes religiosos, e assim sucessivamente.

Jaime Coelho disse ainda que um grande número de pessoas vive às custas dos índios, numa exploração desenfreada. A verdadeira população indígena de Dourados é pobre e dezenas de famílias já catequisadas estão colaborando financeiramente com entidades religiosas.

— Alguns grupos mais avançados recebem dinheiro do exterior, e tudo que presenciemos na Reserva é a miséria, o desespero dos

verdadeiros caciques, querendo sobreviver com seus povos. Estamos levantando focos de influências diversas, pesquisando o consumismo implantado naquela reserva e outros detalhes, para que possamos descobrir a verdadeira causa da violência que nos últimos 60 dias provocou quatro brutais assassinatos e pelo menos três suicídios — concluiu o Superintendente da Polícia Federal.

EM RONDÔNIA

Uma comissão mista, integrada por funcionários da Funai e da Coordenadoria Especial do Incria em Rondônia, tentará nos próximos dias retirar pacificamente cerca de 350 famílias de posseiros que invadiram a Reserva indígena de Igarapé Lourdes, localizada no município de Jiparana. Se houver resistência, a Funai pedirá a ajuda da Polícia Federal para evacuar a área.

De acordo com o Delegado interino da Funai, Amaury Vieira, o Departamento de Patrimônio Indígena do órgão já elaborou um relatório sobre a invasão mas por falta de recursos nenhuma providência foi tomada até agora. Há evidências de que as ocupações ocorreram por má fé, ou seja, os posseiros sabiam que se tratava de uma reserva indígena.

A invasão da reserva foi constatada há cerca de um mês por técnicos do Incria que trabalham em projetos fundiários no interior do Estado. No local, havia ainda cerca de 150 áreas demarcadas e prontas para ocupação, e uma estrada que corta a reserva e dá acesso a uma fazenda localizada no Estado do Mato Grosso.

A reserva de Igarapé Lourdes fica no Nordeste de Rondônia, na divisa com o Mato Grosso, e foi demarcada na década de 70. Possui uma área de 165 mil hectares e conta com cerca de 450 índios das tribos Arara e Gavião.

Preso suspeito de ter 190 matado o líder caiová

Do correspondente
e da sucursal

A Polícia Federal de Mato Grosso do Sul prendeu o suspeito de assassinato do líder indígena caiová, Marçal de Souza, morto no dia 25 de novembro. O acusado é Rômulo Camarra, natural do Município de Antônio João, na fronteira com o Paraguai, onde se deu a prisão, só divulgada ontem pela PF, embora tenha ocorrido quinta-feira.

Com o resultado, ontem, do exame de balística, a Polícia Federal comprovou que um dos tiros que atingiu Marçal de Souza foi disparado do revólver Taurus, calibre 38, de propriedade de Rômulo Camarra. Este, apesar de confirmar que a arma é sua, disse que nunca a emprestou ou cedeu para ninguém, e que não matou Marçal.

Tudo, entretanto, ainda é suposição, mas nos meios policiais acredi-

ta-se que Rômulo Camarra tenha sido contratado para matar o líder mais famoso da região. Com isso, fica reforçada a primeira hipótese sobre o assassinato: de que foi provocado por questões de terra. Marçal sempre se rebelou contra a exploração dos índios pelos fazendeiros

Novo delegado

O presidente da Funai, Jurandy da Fonseca, anunciou ontem a nomeação do economista José Jacomar de Araújo para ocupar a delegacia regional do órgão em São Luís, no Maranhão, colocando fim à crise que persistia na área desde o mês passado, quando os índios ocuparam a sede da delegacia para exigir a demissão do delegado Reimundo Gomes do Nascimento. Os índios aceitaram a indicação do nome do economista, levado aos guajajaras pelo deputado Mário Juruna, que intermediou os entendimentos.

Preso um dos assassinos do Cacique Marçal

CAMPO GRANDE — Agentes da Polícia Federal prenderam ontem, no Município de Antônio João, um dos assassinos do Cacique Marçal de Souza, o lavrador Rômulo Camarra, ex-empregado do fazendeiro Liberô Monteiro de Lima, dono da Fazenda Serra Brava, também suspeito do crime, ocorrido a 25 de novembro na Aldeia Campestre. A prisão ocorreu na entrada da Aldeia Piracua, vizinha à Fazenda Serra Brava, cuja demarcação, pela Funai, está sendo contestada pelo fazendeiro.

Preso suspeito de matar líder 190 guarani Marçal

A Polícia Federal de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, prendeu, sábado último, Rômulo Gamarra, tido como principal suspeito pelo assassinato do líder guarani, Marçal de Souza, ocorrido no dia 25 de novembro do ano passado. As armas encontradas em poder de Rômulo Gamarra, vulgo Paraguato, e periciadas em Brasília dão conta de que parte das balas que atingiram o líder indígena partiu de arma Taurus calibre 38, de sua propriedade.

Conforme o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Paraguato, desde o início do inquérito instaurado para apurar a responsabilidade sobre a morte de Marçal, era apontado como um dos principais suspeitos pelo crime. Desde 1980 a comunidade indígena Kaiová de Piracua, município de Bela Vista, à qual pertencia Marçal de Souza, vinha denunciando as autoridades e à Fundação Nacional do Índio as ameaças de Rômulo Gamarra. O suspeito chegou à região naquele ano e empreitara; do dono da fazenda da Serra Brava, Austúrio Monteiro, a derrubada do mato no local. Além disso, tinha o objetivo de "limpar" a área de índios.

Suspeito da morte de Marçal é preso

O principal suspeito do assassinato do líder indígena Marçal de Souza, Rômulo Gamarra — ocorrido em 25 de novembro de 1983 — foi preso no último dia dois, em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, segundo informou ontem o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). De acordo com esse organismo, a detenção foi possível em virtude da Polícia Técnica de Brasília ter realizado uma perícia nas armas dos principais acusados da morte de Marçal e ter detectado que parte das balas que o atingiram foram disparadas de um revólver Taurus, calibre 38, de propriedade de Gamarra.

Segundo o CIMI, em 1980, Rômulo Gamarra empreitou do latifundiário Astúrio Monteiro, dono da Fazenda Serra Brava, a derrubada do mato no local onde residia a comunidade indígena Kaiová de Piracua, no município de Bela Vista, e "para limpar a área dos índios ele procurou a ajuda de Marçal, então funcionário da Funai em aldeia próxima". Este se negou veementemente a prestar tal serviço contra os índios o que despertou o ódio de Gamarra, que obteve o apoio do índio Anúncio, expulso em seguida da sua família por ter traído seus interesses e direitos.

Gamarra passou a ameaçar os índios da região e especialmente Marçal, que defendia com afinco a terra ocupada há muitos anos, fato que foi comunicado à Funai pela diocese de Dourados, em relatório apresentado no dia 20 de agosto daquele ano. No entanto, o órgão tutelar dos índios não tomou nenhuma providência, e numa noite, ao sair de uma farmácia foi brutalmente assassinado.

O CIMI durante estes sete meses, desde a morte de Marçal, tem recebido algumas centenas de cartas e telegramas de cerca de 25 países dirigidas ao Governo brasileiro solicitando o esclarecimento das circunstâncias em que o líder indígena — que saudou o Papa João Paulo II quando de sua vinda ao Brasil — foi morto.

Com as recentes conclusões da perícia a pedido da Polícia Federal de Ponta Porã, crescem as esperanças que a opinião pública nacional e internacional obtenha o completo esclarecimento sobre os autores diretos e mandantes do assassinato de Marçal de Souza, diz o CIMI.

Preso um dos assassinos do líder Marçal de Souza

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal liberou ontem à tarde informação da prisão de um dos elementos responsáveis pelo assassinato do líder indígena Marçal de Souza, ocorrido no dia 25 de novembro do ano passado. Trata-se de Rômulo Camarra, brasileiro, natural de Antonio João, proprietário de uma granja e morador em uma casa localizada a 200 metros da enfermaria onde Marçal foi morto, na Reserva Indígena Campestre.

Ontem, saiu o resultado do exame de balística feito nas três armas apreendidas na ocasião do crime. Foi constatado pelo Departamento de Criminalística da Superintendência Regional que, alguns dos projéteis que perfuraram o corpo da vítima, saiu de um revólver Taurus calibre 38, pertencente a Rômulo Camarra, que foi preso na última quinta-feira à tarde em sua residência e agora está no Presídio Central de Ponta Porã.

Na sexta-feira foi solicitada a

sua prisão preventiva, com base nas provas obtidas pela Polícia Federal no resultado das investigações desenvolvidas. O juiz, da comarca de Ponta Porã, deferiu o pedido e, portanto, decretou a preventiva. A principal prova da responsabilidade de Camarra no crime, é sua própria declaração feita em inquérito: "realmente a arma é minha, nunca a perdi ou emprestei a alguém". Entretanto, como todo criminoso, Rômulo nega autoria do crime e muito menos fala dos outros dois elementos que a Polícia acredita terem participado.

OUTROS ENVOLVIDOS

O delegado Aldeir Bório Gonçalves, oito anos de DPF e que preside o inquérito que apura a morte do líder indígena, confirmou como tônica das próximas investigações a identificação dos demais envolvidos no caso. Ele afirma que havia um motorista com uma camionete ligada e esperando os assassinos e ainda - vai mais além - reafirmando a lo-

calização de projéteis de outros calibres (além do 38) no corpo da vítima, o que leva a crer na utilização de suas armas e naturalmente mais de um elemento. As demais armas apreendidas estão fora de investigação conforme o resultado do exame de balística feito em Campo Grande.

A CAUSA DO CRIME

Com a prisão de Rômulo Camarra, a Polícia Federal vê reforçada a possibilidade da causa do assassinato de Marçal de Souza, ser em decorrência de conflito de terras entre os fazendeiros e índios. Nesse aspecto, segundo informações policiais, fazendeiros da região estão como "suspeito número um", uma vez que querem as terras e Marçal de Souza, como um forte líder, mantinha a união dos indígenas para evitar a perda aos fazendeiros.

Investigações estão sendo realizadas nesse sentido, segundo garantiu o delegado responsável pelo inquérito instaurado para apurar o caso, acrescentando que "nem por-

isso estão afastadas possibilidades do assassinato ter sido por causa diferente".

QUEM FOI MARÇAL

Na época do assassinato, Marçal de Souza, estava trabalhando como enfermeiro na aldeia Campestre, reserva indígena localizada na região de Dourados. Ele era muito querido entre os integrantes das diferentes tribos (Terena, Caiuá, Kadiwéu) que integram a reserva. Sempre foi radical e lutador pelos direitos dos índios e se projetou até mesmo a nível internacional na sua luta.

Marçal de Souza foi o responsável por representar os indígenas do Brasil com discurso na Organização das Nações Unidas. Além disso cumprimentou o Papa João Paulo II, quando de sua vinda ao Brasil, também representando sua raça. Tinha fortes ligações com Darcy Ribeiro, atual vice-governador do Rio de Janeiro, e era "índio forte" (homem forte) em Mato Grosso do Sul, no meio de seus companheiros.

Polícia Federal prende principal suspeito pela morte
do líder indígena Marçal de Souza

Ontem, dia 2 de junho, a polícia Federal de Ponta Porã, prendeu o Sr. Rômulo Gamarra como principal suspeito pela morte do grande líder indígena Marçal de Souza, assassinado em 25 de novembro de 83.

A polícia Federal recolheu as armas dos principais suspeitos e a perícia feita em Brasília confirmou que parte das balas que atingiram Marçal de Souza partiram da arma Taurus calibre 38, pertencente ao Sr. Rômulo Gamarra. Com sua prisão preventiva decretada pela justiça Federal de Mato Grosso do Sul, Rômulo foi preso.

Quem é Rômulo Gamarra e qual sua relação com o líder as sassinado? Rômulo Gamarra, vulgo "paraguaio", desde o início do inquérito vinha sendo apontado como um dos principais suspeitos pela morte de Marçal.

Em 1980 Rômulo empreitara do dono da Fazenda Serra Brava, Sr. Astúrio Monteiro, a derrubada do mato no local onde residia a Comunidade Indígena Kaiová de Piracuã, município de Bela Vista. Para "limpar" a área de índios, Rômulo procurou a ajuda de Marçal, funcionário da Funai em aldeia próxima, que se negou veementemente a prestar tal serviço contra seus irmãos. Na época Rômulo conseguiu o concurso de outro indígena, logrando desta forma a expulsão da família do índio Anúncio, morador do Piracuã, na Fazenda Serra Brava.

Na época os índios denunciaram as ameaças do Sr. Rômulo a eles e a Marçal. Estas denúncias foram comunicadas à Funai pela Diocese de Dourados, em relatório de 20.08.80. Mas nenhuma providência foi tomada.

A partir de então o Sr. Rômulo vinha hostilizando abertamente a Marçal, pelo apoio que este emprestava a luta dos índios do Piracuã pela defesa da terra que ocupam a muitos anos.

O Cimi durante estes sete meses desde a morte de Marçal, tem recebido algumas centenas de cartas e telegramas de cerca de 25 países dirigidas ao governo brasileiro e solicitando o esclare cimento das circunstâncias da morte desde líder indígena.

Com as recentes conclusões da perícia a pedido da Polícia Federal de Ponta Porã, crescem as esperanças que a opinião pú blica nacional e internacional obtenha o completo esclarecimento sobre os autores diretos e mandantes do assassinato de Marçal de Souza.

Brasília, 4 de junho de 1984

Crime permanece impune

PORANTIM

07/84

Depois de centenas de cartas e telegramas de "cobrança", vindas de dezenas de países e dirigidas às mais altas autoridades brasileiras, começam, finalmente, a surgir fatos novos para a elucidação do assassinato do líder Guarani Marçal de Souza, ocorrido a 25 de novembro pp; na aldeia Campestre, município de Antônio João, MS (ver PORANTIM nº 58). Dia 2 de junho último, o principal suspeito, Rômulo Gamarra, foi preso pela Polícia Federal de Ponta Porã, MS. Os exames balísticos efetuados, com muito atraso, pela Polícia Federal, comprovaram que alguns dos cinco

tiros com que Marçal foi morto foram disparados pelo revólver de Rômulo — também conhecido pelo apelido de "Paraguaio".

Apesar de Rômulo ter sido apontado, desde a época do crime, como um dos dois jagunços que balearam Marçal no interior da pequena farmácia da Funai, na aldeia de Campestre, a Polícia Federal demorou três meses para recolher sua arma e as de outros suspeitos.

Nem essa inexplicável morosidade impediu que as investigações levassem à implicação de Rômulo. Aliás, desde 1980, Marçal já havia denunciado, em carta dirigida à Funai, estar sendo ameaçado de morte pelo "Paraguaio". Naquele ano, Rômulo havia empreitado a derrubada de uma mata, numa área contígua à Fazenda Serra Brava, do latifundiário Astúrio Monteiro. O filho de Astúrio — Libero Monteiro — pretendia incorporar a propriedade da família a área indige-

na de Piracua, no município de Bela Vista, na fronteira com o Paraguai, onde, desde tempos imemoriais, vivem índios Kayowá.

Rômulo, encarregado de "limpar" a área, procurou Marçal, cuja liderança entre os índios do Estado era bastante conhecida. Marçal, porém, negou-se taxativamente a fazer qualquer gestão para o esbulho de seus irmãos Kayowá. A partir daí, iniciaram-se as hostilizações e ameaças de Rômulo contra Marçal. Novas tentativas de suborno foram feitas, também: 20 dias antes de ser morto, Marçal recusou-se a receber Cr\$ 5 milhões para trair seus irmãos e intermediar a expulsão dos índios de Piracua.

Se Rômulo está preso, o segundo jagunço continua solto. Como solto continuam os mandantes do crime. Líbero é pessoa influente no Estado, e sua família tem estreitas ligações com Plínio Barbosa —

Chefe do Gabinete Civil do Governador Wilson Martins. Como se recorda, foi Barbosa quem tentou, logo após o crime, desviar o curso das suspeitas mais óbvias, acusando irresponsavelmente a esposa de Marçal de ter contratado jagunços, por clúme, para matarem o líder Guarani. Qualquer investigação mais séria estabeleceria facilmente os liames que levariam ao mandante do crime. Mas, ao contrário, comentava-se, no início de agosto, a possibilidade de "Paraguaio" ser colocado em liberdade e o caso passar à Justiça comum. Seria o supremo descrédito da Justiça brasileira...

-Ideal, luta e morte, segundo a filha-

Edna Silva de Souza, uma das filhas de Marçal, professora no Posto Indígena de Dourados, MS, não acredita que Rômulo Gamarra seja o principal culpado do assassinato de seu pai. Para ela, "o crime estava predestinado. Isso foi uma coisa que estava sendo feita há muito tempo". Segundo Edna, o motivo do crime "seria político, não por problema de terra. Seria mais em consequência do ideal dele, que era completamente contrário ao nosso sistema atual de Governo. É só seguir os últimos passos, de cinco anos para cá, e ver que automaticamente daria na morte dele".

Aos poucos, Edna, que é professora de crianças Kayowá, Nhandeva e Terena, mostra que — como seu pai — é frágil apenas na aparência. Fala sobre a luta de Marçal e sobre a firmeza dele em não voltar atrás no caminho que escolheu para defender seus irmãos. "No começo — diz Edna — ele entrou na luta sozinho, sem apoio da família. Todos diziam a ele que isso não ia dar em nada. Mas ele não abandonava, estava no sangue. Ultimamente a gente conversava muito sobre a luta dele". Triste e pensativa, ela diz que, "para uma pessoa se empenhar numa causa dessas, não pode ter vínculos familiares, para não causar sofrimentos. O fim de um idealista — murmura — é sempre esse aí: uma separação violenta".

MISSÃO

Marçal dedicou mais de 30 anos ao trabalho na Missão Evangélica Caiuá, fundada em 1928, que mantém, na reserva, hospital e escola para índios. Viajava pelo mundo fazendo campanha de arrecadação de donativos para ajudar a Missão. Por que abandonou o trabalho e acabou se transformando num dos maiores críticos da atuação da entidade? Edna acredita que ele se afastou "porque a religião pregava um amor

cristão, mas não dava apoio. Ela usa de uma causa para se firmar. Papai sentiu isso, não recebeu o apoio e foi excluído". Ele criticava a Missão porque "todo índio consciente, que percebe que está sendo usado, fica muito ferido. Por isso, ele cobrava e criticava a entidade".

Partindo da Missão para o conflito interno da reserva — que também preocupava Marçal e o obrigou a abandonar a família e ir trabalhar em outras aldeias — Edna dá seu parecer. "Se a Funai quisesse, o clima de tensão existente na área teria acabado.

Eu penso como papai: do jeito que val esse País, isso aqui não tem futuro, ainda mais se o Mário Andreazza chegar na Presidência". Ela atribui o clima de tensão na reserva ao fato de "o índio ficar meio perdido. Não sabe se é índio ou branco, fica no meio termo. Ele não é índio porque não consegue se manter aqui. Não é branco porque não consegue se integrar. Deveria se encontrar uma forma de resolver esse impasse. Hoje o índio é estrangeiro na própria terra. A situação de quase todos os indígenas é a mesma".

O conflito interno também tem outras origens. "Quase toda semana — diz Edna — tem projeto de deputado para tirar os índios daqui. E essa tensão é proposital para favorecer isso". Se estourar algum conflito, estará acontecendo aquilo que tanto esperam os gordos olhos voltados para a pequena, mas fértil área onde vivem os quase 5.000 Terena (do grupo Aruaq), Kayowá e Nhandeva (subgrupos Guarani).

PLANOS DESFEITOS

Marçal passou por muitas privações quando era criança. Com oito anos, saiu da aldeia e foi para Campo Grande morar com uma família. Ia "estudar" — na realidade, trabalhar como um empregadinho. Trabalhava durante o dia e estudava à noite, desde

pequeno. Tinha de roubar para comer, porque a família que o "adotou" tinha "muito amor" por ele, nas palavras de Edna. Quando saiu da Missão, passou a trabalhar para a Funai, como enfermeiro. Dizia que "quando se desvinculasse da Fundação, ia entrar de camisa rasgada e ia

se dedicar de peito aberto à causa". Pretendia conhecer o Brasil inteiro — todas as comunidades indígenas — para denunciar a situação de seus irmãos e ajudá-los. Edna lembra que ele sempre dizia que "era um calo muito grande, incomodava. Dizia que a Funai tinha consciência disso, e que pretendia incomodar muito mais".

Relembrando os últimos anos da vida do líder, que em Guarani se chamava Ne-E (palavra e alma), Edna vai contando as histórias de luta que dele ouviu e que ia guardando na memória, à medida que entendia o significado. Recorda as perseguições por ele sofridas. O controle da Polícia Federal, que não o deixava visitar a família sem autorização. Em agosto de 1983, por exemplo — três meses antes de ser brutalmente assassinado com cinco tiros — a polícia civil espancou violentamente a palavra e alma de 63 anos, que estava com pneumonia e tantos outros males adquiridos na sofrida vida que levava. Quando fez a denúncia à Polícia Federal, recebeu em troca uma revista completa na casa onde viveu seus últimos dias, na aldeia Campestre. Muitos documentos, diários e até os originais de um livro que estava escrevendo desapareceram após a "revista".

Morto o líder que falava, escrevia e entendia guarani, português, espanhol, inglês; que era a alma do povo Guarani e o tradutor dos sem voz, resta o consolo de, depois de oito meses do crime, ver um dos suspeitos presos. Mas, para Edna, para Dona Aristidía, esposa, e para os muitos filhos adotivos de Marçal, essa prisão não resolve nada. A professora das crianças Kayowá, Terena e Guarani, como sua mãe e irmãos, acredita que, apesar da prisão, o caso vai ser encerrado. "Vai ser mais um dos muitos crimes políticos indesejáveis por falta de provas".



Solto o assassino de Marçal

PORANTIM

09/84

O Tribunal Federal de Recursos (TFR) concedeu, no dia 28 de agosto último, por unanimidade, uma ordem de habeas-corpus para determinar a soltura de Rômulo Gamarra, acusado pelo assassinato do líder Guarani Marçal Tupã-y. A medida, impetrada pelo advogado Jorge Siuf (presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do MS), ocasionou a cassação do decreto de prisão preventiva. Segundo a Assessoria Jurídica do Cimi, "como a jurisdição do TFR está estabelecida por norma constitucional no sentido de competir a esse Tribunal apreciar habeas-corpus, quando a autoridade coatora for o juiz federal, e

estando, na ocasião da impetração do habeas-corpus, o paciente submetido à jurisdição da Comarca de Ponta Porã, MS (Justiça comum, a decisão do TFR é no mínimo extravagante; por outro lado, o Tribunal não poderia apreciar essa matéria, pois a autoridade coatora seria o juiz comum e não o federal".

A propósito, a Subprocuradoria Geral da República opinou no mesmo sentido de que a impetração do habeas-corpus deveria ser perante o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Um dia após o III Congresso Regional dos Advogados de Mato Grosso do Sul (ver página 11), o governador do estado, Wilson Barbosa Martins,

inaugurou uma via expressa, ligando o centro de Campo Grande ao Parque dos Poderes. Nessa via, foram colocados nove painéis de artistas plásticos do estado. Um deles havia sido feito em homenagem a Marçal Tupã-y. Mas não chegou a ser inaugurado. Um dia antes da festa, na madrugada de 24 a 25 de agosto, num ato brutal de vandalismo alguns elementos deram vários tiros no painel e destruíram a obra. A ação terrorista teve grande repercussão junto à população do estado, principalmente porque, depois de quase um ano da morte do líder Guarani os assassinos continuam impunes e o único jagunço preso, já está libertado.

Advogados homenageiam Marçal

Prestando homenagem ao líder Marçal Tupã-y, assassinado em novembro pp, Ricardo Brandão, assessor jurídico do Cimi/MS e do Projeto Kayowá/Nhandeva (PKN), fez a abertura solene do painel sobre a questão indígena no III Congresso Regional de Advogados do Mato Grosso do Sul. Na noite de 24 de agosto, no auditório da Associação Comercial, em Campo Grande, estavam reunidos aproximadamente 300 advogados. Era a primeira vez que, num encontro dessa categoria, se discutia a questão indígena. Após a projeção do filme *Póstuma Kretã* foram iniciados os debates.

Celso Aoki, coordenador do PKN, expôs a visão que os Guarani têm da terra. Em seguida, Jorge Siuf,

advogado da 9ª DR da Funai, falou sobre a legislação penal em relação ao índio. O coordenador do Regional do Cimi, Odilo Erhardt, explicou quais as linhas de ação do Conselho, a nível nacional e local; e Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do Cimi nacional, expôs aspectos gerais do ordenamento jurídico, que se aplicam aos índios. Paulo ressaltou três pontos que esse tema suscita: a perspectiva de garantia da existência dos índios, enquanto nações etnicamente diferenciadas dentro do Estado nacional; a problemática da terra, em vista do Decreto nº 88.118 (que tira da Funai o poder de definir as áreas a serem demarcadas) e a questão da mineração em terras indígenas, em face do art. 198 da Constituição Federal. Iara Pen-

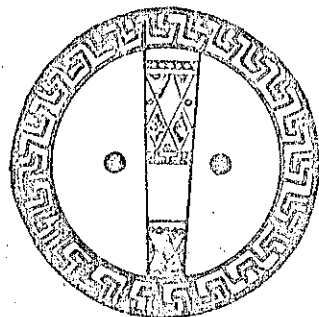


Marçal Tupã-y

teado, que representava o Grupo de Apoio ao Índio, de Campo Grande, ressaltou a importância de a comunidade se organizar na defesa dos povos indígenas, através de entidades

constituídas com essa finalidade.

Em meio aos debates, Celso Passos, representante da seccional da OAB-MS no Conselho Federal do órgão, propôs que o Conselho Seccional se integre na luta pela regularização fundiária das terras indígenas. O vice-presidente do Conselho Federal, Hermann de Assis Baeta, interveio, apoiando a indicação, e lembrou a importância de se garantir a sobrevivência dos índios enquanto nações. Propôs que seja estendido aos povos indígenas o princípio da não-intervenção. Baeta garantiu que, na próxima Conferência Nacional da OAB, a se realizar em setembro, em Olinda, a questão indígena terá seu espaço assegurado durante as discussões.



Marçal: Uma morte encomendada

*Líder indígena assassinado em 25/11/83 — Mato G.
do Sul por defender integralmente os direitos do seu
Povo.
Pelo imediato esclarecimento!
Pela punição dos responsáveis!*

Ailton Krenak

No dia 25 de novembro próximo está fazendo um ano que nosso companheiro Marçal Tupã — Y, líder das comunidades Guarani, não só de Mato Grosso, onde viveu, mas de todo o Brasil, foi assassinado por pistoleiros.

Nos primeiros meses deste ano o suspeito de ter matado Marçal, esteve preso. Foi libertado logo em seguida por seus amigos e protetores. em sua defesa saíram muitos amigos, ricos. O acusado de ter matado Marçal, ficou alguns dias preso porque foi muito grande a mobilização que fizemos.

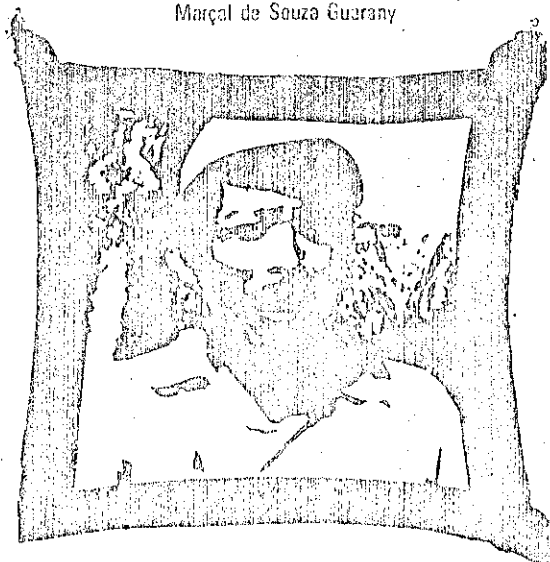
O deputado Mário Juruna ajudou muito nessa luta. Telefonou e exigiu do delegado da polícia federal que não soltasse o suspeito. Este trabalho de Juruna — como deputado e como irmão indígena. teve um poder de pressão contra os assassinos. Mas não podemos deixar este caso de Marçal cair no esquecimento. Vamos nos preparar para exigir a punição deste crime.

Nesta campanha não podemos nos esquecer que outros irmãos índios como Angelo Kretã, Angelo Pankararé, Alcides Maxakali e os Kiriri que tomaram defendendo suas terras continuam sem justiça. O sangue de todos esses companheiros clama por justiça e respeito a pessoa humana.

As autoridades têm o dever de por um fim a essa série de assassinatos de lideranças indígenas. Sabemos que não morreram em vão, tiveram suas vidas tiradas por encomenda. Foram mortes anunciadas.

No mês de novembro deste ano de 1984, vamos lembrar Marçal e

Marçal de Souza Guarany



Vamos todos exigir a punição dos responsáveis pela morte de Marçal.
Faz um ano que ele foi assassinado.

clamor por justiça. Estaremos reunidos em Mato Grosso do Sul junto com nossos companheiros Terena, Guarani, Kaiowá, Kadiwéu e muitos outros neste ato de solidariedade e disposição de levar nossa luta em frente.

Não conseguirão nos calar a todos. E como disse Marçal: "Um dia faremos o V da Vitória para os nossos inimigos, "Seremos Vitoriosos".

EXPEDIENTE:

Edição: Ailton Krenak
Redação: Alvaro Tukano, Biraci Brasil e José Apollônio Xocó.
Jornal Indígena é uma publicação da UNI-Coordenadoria de Publicações Regional Sul-Rua Calubi, 126-Perdizes
Cep.: 05010 - São Paulo - Brasil

O SÃO PAULO - 21/09/84

Pontaporã, MS:

Assassino de líder indígena absolvido

Rômulo Gamarra, acusado do assassinato do líder Guarani Marçal Tupã-y, foi solto, de acordo com a determinação do Tribunal Federal de Recursos. Isto aconteceu no dia 28 de agosto, a pedido do advogado Jorge Siuf, que é presidente da seção da Ordem dos Advogados do Brasil do Mato Grosso. A Assessoria Jurídica do Conselho Indigenista Missionário denunciou a incompetência do TFR para examinar e decidir sobre a questão, já que no caso — porque o acusado se encontrava sob a jurisdição da Comarca de Pontaporã, a decisão caberia à Justiça Comum. Esta mesma opinião é compartilhada pela Subprocuradoria Geral da República.

VANDALISMO

O CIMI denuncia também que depois do 3.º Congresso Regional dos Advogados do Mato Grosso do Sul, estava prevista a inauguração de uma via expressa do centro de Campo Grande ao Parque dos Poderes. No percurso, foram colocados nove painéis de artistas plásticos do Estado. Um deles havia sido feito em homenagem a Marçal Tupã-y, que na madrugada de 24 a 25 de agosto foi metralhado e destruído. A população ficou revoltada, já que completou-se um ano da morte do líder Guarani, sem que os culpados tenham sido punidos, e agora, o único jagunço preso, foi liberado. (Fonte: Porantim).



O líder indígena Marçal Tupã-y

Marçal Tupã'i

Em outubro de 1982, Marçal Tupã'i enviou a seus irmãos de Misiones uma carta gravada, em guarani, através da antropóloga Ana Maria Gorosito, que trabalhava naquela província argentina.

Um ano depois (25-11-83), Marçal foi assassinado. Até hoje, nenhum dos criminosos, diretos ou indiretos, foi preso.

Reproduzimos aqui alguns trechos da carta onde ele fala sobre a luta do povo Guarani do lado brasileiro para reconquistar suas terras e incentiva os índios de Misiones a fazerem o mesmo.

O líder Guarani morreu, mas suas palavras ecoarão sempre. Cada vez mais forte e mais longe. "Unam-se e façam-se fortes", disse Tupã'i (palavra e alma, para os Guarani). Os frutos de suas palavras e atos brotam em todas as partes, mostrando que sua luta não foi em vão.



Um ano depois, nem processo foi aberto

A 25 de novembro do ano passado, o líder Guarani Marçal Tupã'i foi assassinado, com cinco tiros, no rancho onde vivia, na Aldeia Campestre, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Até hoje o processo não foi aberto. A Justiça Federal se considerou incompetente para julgar o caso e devolveu o inquérito à comarca de Ponta Porã, MS. Até o final de outubro, o promotor público daquela cidade não havia oferecido denúncia sobre o caso. Ele alegava estar muito atarefado; e, já que o único suspeito — o jagunço Rômulo Gamarra — estava solto, não havia pressa, e ele preferia examinar tudo com cuidado. Não há prazo estipulado para aquela promotoria oferecer denúncia, e isso pode até não acontecer, se o promotor considerar que não há "elementos suficientes".

A trama que envolve o desvendamento do caso é bem intrincada. Na região, todos sabem quem está envolvido no crime. Rômulo Gamarra, vulgo "Paraguai", foi o único suspeito a ser preso, em junho pp. Mas, graças à movimentação de fazendeiros locais, foi solto dois meses depois. Até hoje, não foi apurado quem fez ameaças a Mar-

çal, vinte dias antes do crime. Também não se investigou quem tentou suborná-lo com quantias vultosas, para que convenesse seus irmãos Guarani da Fazenda Piracua a abandonarem as terras onde vivem, desocupando-as para o latifundiário Astúrio Monteiro expandir suas fazendas.

Como justificar a inoperância da Justiça no caso Marçal? Dizer que a Polícia Federal na região não tinha combustível para abastecer o carro com que realiza as diligências é ridículo. Nada justifica tanto descaso. Só mesmo o envolvimento de pessoas influentes do estado do Mato Grosso do Sul, interessadas em "abafar" o caso.

Ricardo Brandão, assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário na região, diz que "todo mundo está tranqüilo. E há todo um mecanismo de silêncio com a cumplicidade geral dos diversos setores da sociedade". A Justiça é inoperante e os assassinos continuam impunes. Muitos acreditam que taparam a boca de Marçal quando deram a ordem do crime aos jagunços. Mas, para os Guarani, Tupã'i não morreu. Suas palavras estão ecoando em cada luta que desponta.



Paulo Suess

Tiros de Campestre

Marçal Tupã'i Guarani - te enterraram com os pés para o nascente (como a pedra fundamental duma igreja); morto, ainda aponta o caminho da vida, indelével faro, farol da Terra-sem-males, palavra penhorada aos índios sem terra que os tiros de Campestre não calaram.

(Paulo Suess)

O assassinato de Marçal ainda não foi esclarecido

CORREIO DO ESTADO
CAMPO GRANDE/MS
10/11/84

Do correspondente em Dourados

Passado quase um ano do assassinato do líder guarani Marçal de Souza, ocorrido em 25 de novembro, no Município de Antônio João, Mato Grosso do Sul, até o momento o caso ainda não foi esclarecido. Um dos envolvidos no crime, Rômulo Gamarra, esteve preso algumas semanas no estabelecimento penal de Ponta Porã, mas logo a sua prisão foi relaxada, enquanto os mandantes ainda gozam de impunidade.

Na última quinta-feira, a professora Edna Silva de Souza, da reserva indígena de Dourados, filha de Marçal, esteve com o advogado Ricardo Brandão, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Mato Grosso do Sul, para acompanhar o caso, mas recebeu a informação de que o processo está na justiça e nem a denúncia ainda foi feita pelo promotor.

Várias entidades de defesa da causa indígena, igreja e outros setores, estarão fazendo um manifesto no próximo dia 25, pe-

dindo a punição dos culpados pela morte de Marçal de Souza, um dos mais conhecidos líderes indígenas do País. Essa notoriedade levou-o a falar ao papa João Paulo II em nome das Nações Indígenas do Brasil, em Manaus.

"EMPREITADA"

O assassinato de Marçal de Souza, que era enfermeiro prático, ocorreu na noite de 25 de dezembro de 1983, na porta da farmácia da aldeia de Campestre, localizada a 25 quilômetros da cidade de Antônio João. A terra dos índios localiza-se perto da fazenda Serra Brava, que é área em litígio, disputada por fazendeiros e famílias indígenas locais.

Marçal foi morto com três tiros de revólver calibre 38, pertencente a Rômulo Gamarra, preso semanas após, pela Polícia Federal, depois que o Governo de Mato Grosso do Sul cometeu uma "gafe", apontando como principal suspeita do crime, a própria mulher do líder guarani, versão essa contestada por políticos, pelo Conselho Indigenista

Missionário (CIMI), pela Igreja, e vista com reservas pela Funai.

A causa provável de sua morte se prenderia na disputa da área onde estão morando os índios da aldeia Campestre, já que a gleba é reivindicada por fazendeiros daquela região. A Divisão de Polícia Federal de Ponta Porã conseguiu provar que a arma usada para assassinar Marçal de Souza era de propriedade de Rômulo. Esse elemento, peão de fazendas, foi indiciado em inquérito pela participação indireta no crime, mas até hoje continua negando o envolvimento.

Depois de ouvido na Polícia Federal, Rômulo foi encaminhado ao presídio daquela cidade, mas teve a sua prisão relaxada à pedido da defesa e "apesar da fragilidade de provas contra o acusado, ficou evidente a participação do suspeito na disputa de terras da reserva Piracuy", segundo registrou a imprensa de Ponta Porã.

PROCESSO

Ao se encontrar com o advogado Ricardo Brandão, Edna de Souza disse acreditar que os culpados serão punidos e a partir daí os motivos do crime esclarecidos, lembrando que não só a sua família deseja isso, como entidades de 22 países que "enviaram moções às autoridades brasileiras e ao governo de Mato Grosso do Sul pedindo providências".

Ela observou que embora tenha "plena confiança na Justiça", a sua família sente que "a manifestação de repúdio ao bárbaro assassinato e a mobilização da opinião pública, que pede solução até hoje, não foram suficientes para motivar ou sensibilizar as autoridades". Segundo o advogado Ricardo Brandão, após a conclusão da parte policial, o inquérito foi remetido à Promotoria da Comarca de Ponta Porã, mas passados vários meses, até hoje o Ministério Público não ofereceu a denúncia contra Rômulo Gamarra, o único envolvido identificado, nem aos demais suspeitos.

Última mensagem do índio Marçal de Souza

Dulce Tupy

Há cerca de um ano o índio Marçal de Souza - o Tupã-y - foi assassinado no Mato Grosso do Sul. Até hoje as condições em que se deu o crime não foram de todo esclarecidas. Tampouco a demarcação das terras indígenas, principal motivo dos conflitos, foi resolvida.

A voz de Tupã-y permanece como a de um dos mais esclarecidos chefes índios do País. Sua voz não pode mais ser ouvida, mas essa mensagem, gravada no Rio de Janeiro cerca de um mês antes de sua morte, continua sendo um libelo contra a opressão que paira sobre as comunidades indígenas. Entrevistado na ocasião pelo poeta e pesquisador Heitor da Pedra Azul, o chefe guarani falou sobre as questões que afligem sua raça e sua gente. Sem artifícios de linguagem, às vezes poético e filosófico, Tupã-y sobrevive à sua própria morte. Eis a sua voz.

Estamos à margem

-- Nós, os índios, somos os primeiros habitantes do Brasil. O europeu já nos encontrou aqui e, desde então, perdemos nosso território. Tiraram nosso direito pela força. Neste século, nós estamos à margem, condenados à extinção. Vive-

mos jogados ao esquecimento, sefidos, esfomeados, explorados, massacrados. Não podemos calar nossa boca, nossa voz. Temos que levantar!

Meu nome é Tupã-y. Não sou um homem grande, sou pequeninho. Sou da tribo guarani e trabalho na fronteira do Paraguai com Mato Grosso do Sul. Existe muita gente nossa lá vivendo escravizada, trabalhando nas fazendas meses e meses. Quando vão receber, os fazendeiros os expulsam para não pagarem. Essa é a vida que nosso povo leva. Estou com 59 anos, já estou descendo a escada para o escuro. Meu povo sabe que nossos maiores problemas são os grandes fazendeiros e pecuaristas que tomam nossas terras. Se a gente teima em ficar, eles ameaçam até de morte, ameaçam com polícia. Essa é a vida que nosso povo conhece. Mas para onde nós vamos? Neste século, chegamos ao fim da picada. Não temos muita alternativa. Não temos mais matas para fugir nem florestas para nos proteger do perigo, da perseguição, do massacre. É como se estivéssemos à beira de um grande rio, sem canoa, sem ter como atravessar. Além de sermos os donos primitivos e legítimos desta terra, temos a lei feita pelos brancos para nos proteger. Mas essa lei não está funcionando. É isso que temos que cobrar do Governo, esse governo

que nos deixou no abandono. A lei maior é a da Natureza. Infelizmente a lei da Natureza é desrespeitada pela lei dos homens. A lei da Natureza devia ser a mais forte mesmo. É a lei de Deus.

Estou falando do Rio de Janeiro. Apesar de ter visto tantas coisas bonitas feitas pelo branco, fico triste porque meu povo viveu nesta terra antigamente. Foi aqui que nosso povo Guarani recebeu os primeiros brancos que vieram destruir nossa Nação. Aqui começou sofrimento de nossa gente. Nós temos grandes amigos aqui, alguns antropólogos, não todos. Muitos só querem se especializar, lecionar e tudo bem. Foram na aldeia, tiraram tudo que nos é sagrado e nos deixaram só com o lixo. . .

Em Mato Grosso, o povo Kadiwéu, o povo Guaicurus foi altivo e corajoso e recebeu de D Pedro II as terras que lhes pertencem. Hoje não têm nada. Por isso, gente do Brasil, estou aqui lutando. Tenho uma tristeza em minha vida: o fato de ser bastante idoso. Eu queria ser um moço bem novo, com todas as forças que tive em minha juventude. Eu gostaria de ter tido essa consciência, este amor que tenho em meu coração agora nesta idade avançada. Mas levantarão outros que terão o mesmo idealismo, que continuarão o trabalho que hoje nós começamos. Isso eu deixo pra vocês.

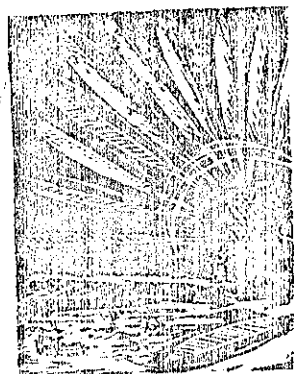
Em busca da terra sem males

NÃO quero atrapalhar o domingo de ninguém, mas, exatamente há um ano, no dia 25 de novembro, lá no Mato Grosso, mataram com cinco balas o meu líder, o meu cacique guarani chamado vulgarmente Marçal de Sousa, mas cujo nome de raça era Tupã-I — o Pequeno Deus. Foi morto por dois jagunços por se recusar a entrar numa negociata onde receberia cinco milhões para ajudar a dispor da terra de seus irmãos índios. O inquérito instalado foi confuso, falava-se que ele tinha sido morto a facada a mando de sua ex-mulher, mas depois descobriu-se que o crime organizado por fazendeiros da região envolvia até pessoas da alta política daquele Estado. O fato é que um ano depois o crime continua impune.

Não quero forçar a memória de ninguém, mas vocês sabem de que índio estou falando. É aquele índio pequeno, de óculos, que discursou para o Papa João Paulo II, lá em Manaus, em 1980. Discurso que tanto comoveu o Pontífice, amante também de discursos e línguas, que este quis saber ali se o texto era dele mesmo, se o havia decorado ou se fora um improviso. Por isto é que lhes digo que não quero também humilhar ninguém, mas Marçal — meu Tupã-I — era um dos maiores oradores que conheci. Era ouvi-lo e começar a se comover. Conheci-o, lá mesmo no Mato Grosso, num encontro que reuniu

quarenta caciques de diversas tribos. Eu já havia publicado *A Grande Fala do Índio Guarani* — livro-poema, onde trato das desaventuras de todos nós, modernos guaranis latino-americanos — quando, de repente, pude perceber que não era uma ficção aquele mito do Grande Falar de que trata a tradição guarani. Pois o Grande Falar era um ritual pelo qual, mal rompe a manhã, o índio guarani deixava exalar de seu peito uma voz ou canto onde saudando o deus Sol ele retomava a cada dia uma conversa com seus antepassados, refazendo seu destino histórico. Esse Falar saía numa linguagem poética, numa criação verbal típica dos profetas, xamãs e feiticeiros. Af o indivíduo e o cosmos confundiam a sua solidão.

O que queria esse pequeno índio, que fez seu vocabulário em português lendo *Seleções* e que chegou a representar os índios brasileiros nos Esta-



dos Unidos, em Boston? O que queria Tupã-I, que já havia sido espancado e humilhado pela polícia civil como intimidação, e que apenas trabalhava como enfermeiro na Aldeia Campeste cuidando do corpo e cicatrizando as feridas na alma de sua tribo? Pouca coisa: justiça e paz. Que os brancos não mais lhe roubassem a terra, como a

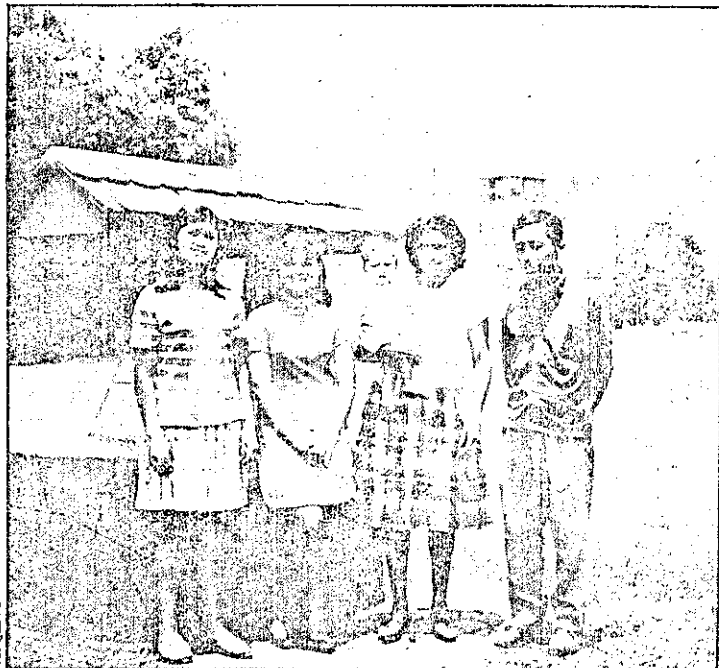
fazem há 500 anos.

Índio realista que profeticamente dizia: "talvez muitos de nós devam escrever a nossa história indígena com sangue", ele foi retratado dramaticamente naquele filme de Zelito Viana — *Terra de Índio*. Talvez ele não sonhasse mais com aquela *República Comunista Cristã dos Guaranis*, que o abade Clovis Lugon localizou no território das missões entre 1610 e 1788. República esta, que o cineasta Silvio Back em *República Guarani*, diz ter sido uma invenção utópica da Igreja.

Mas não deixa de ser sintomático o fato de que os guaranis tivessem, de sua parte, vivido o mito da Terra Sem Males. E que a partir de 1810 um grande ramo dessa tribo tenha seguido para o litoral de São Paulo em busca desse paraíso. Na peregrinação muitos, muitíssimos, iam morrendo pelos caminhos. Mas chegando ao litoral, diante da "água imensa", armavam sua taba e, em festa, iniciavam uma dança sagrada. Dançavam, pulavam o mais alto que pudessem, para que assim, voando, pudessem ultrapassar o oceano. É certamente esperavam que Nandecy — A Grande Mãe, em última instância, viesse arrebatá-los a Casa da Dança levando todos para a Terra Sem Males.

Eu não quero horrorizar ninguém, mas no exato lugar onde os guaranis, em Peruibe, pensavam ter chegado à Terra Sem Males, ali os brancos recentemente resolveram construir suas usinas atômicas. Que absurda força mítica é essa que leva brancos e índios a viverem às avessas o seu mito buscando na morte o que julgam ser sua vida?

Assassinado, Tupã-I seguramente hoje habita sua terra sem males. E é possível que no alvorecer o seu espírito volte toda vez que um índio guarani faz o seu pequeno falar sobre os jornais do dia. E nesse caso a sua voz ainda pede a mesma coisa: justiça e paz.



Marçal, em antiga foto com a família

“Um dos muitos crimes políticos indesvendáveis”

“Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas, por uma causa justa, a gente morre. Alguém tem de perder a vida por uma causa”. Marçal de Souza Tupã'i proferiu essas palavras em junho de 1980. Dia 25 de novembro de 1983, aos 63 anos de idade, ele foi barbaramente assassinado, na aldeia de Campestre, município de Antônio João, MS. Um ano depois do crime, nem processo foi aberto e os assassinos estão à solta. No Mato Grosso do Sul, há cumplicidade em todos os cantos. Latifundiários, jagunços, políticos inescrupulosos e governo dormem tranquilos, pois, como diz Edna Silva de Souza, uma das filhas de Marçal, esse poderá ser “um dos muitos crimes políticos indesvendáveis por falta de provas”.

Quem matou o líder **Guarani-Nhandeva** que trabalhava como enfermeiro na aldeia de Campestre? A pergunta está no ar. Muitos já se esqueceram do crime ou das circunstâncias que envolveram o não-desvendamento. Mas os irmãos de Marçal ainda esperam a solução. Alguns envolvidos tentam ocultar ou fazer a opinião pública não lembrar o crime. Proíbem notícias sobre o caso, censuram depoimentos em jornais da televisão local. Mas não conseguem calar a voz forte de Marçal. Sua luta será sempre lembrada. Hoje, em uma assembleia dos

índios de MS, amanhã em muitas lutas e encontros. Todos sentem a falta daquele que era o organizador de tantas assembleias, daquele que levou ao Papa, em 1980, em Manaus, o sofrimento dos povos indígenas no Brasil, em um discurso inflamado que emocionou a todos.

“É preciso que nos façamos fortes. Unam-se e façam-se fortes”. Ninguém diz isso em vão. As palavras de Marçal não foram vãs. Estão cravadas na mente de seus irmãos **Guarani**, tão espezinhados em vários pontos do País e da Ameríndia. **Ne-E (palavra e alma em guarani)**, como era chamado, afirmava só ter uma tristeza na vida: o fato de estar bastante idoso. “Eu queria ser um moço-bem novo, com todas as forças que tive em minha juventude”, disse, um mês antes de morrer, ao poeta e pesquisador Heitor da Pedra Azul (a entrevista foi publicada postumamente, no **Jornal do País**, edição nº 32, de novembro pp). “Eu gostaria de ter tido antes essa consciência, este amor que tenho agora em meu coração, agora nesta idade avançada”.

Tupã'i acreditava num futuro melhor para os índios, pois dizia que “levantarão outros que terão o mesmo idealismo, que continuarão o trabalho que hoje nós começamos”. Na mesma entrevista, ainda, deixou, profeticamente, o legado de sua luta aos irmãos índios: “Isto eu deixo pra vocês”.

Morte lembrada com união

O líder Guarani Marçal de Souza, Tupá'i, não morreu. Continua presente na luta de seu povo. Para marcar um ano da morte do líder, seus irmãos fizeram uma assembleia nos dias 24 e 25 de novembro, em Dourados, MS. Mais de 80 líderes, "capitães", e conselheiros estavam reunidos, rendendo homenagem àquele que é lembrado em cada luta. Havia também representação dos Terena, da região de Miranda e Aquidauana, também no Mato Grosso do Sul, dos Guarani de Ocoi, no Paraná, e da Barragem, periferia de São Paulo. Foram dois dias de intensas discussões, encerradas com uma celebração ecumênica na lotada Catedral de Dourados.

Por que os assassinos de Marçal continuam impunes? A toda hora voltava essa pergunta na assembleia fechada à participação de "brancos" e onde quase todos se comunicaram apenas em guarani. Somente no final do encontro, o deputado Sérgio Cruz (PMDB-MS) e membros de entidades de apoio que atuam na região, tiveram uma hora para falar.

O segundo ponto destacado na reunião, que contou com a participação de representantes das 14 aldeias da região de Dourados, foi a questão das terras. Os líderes exigiram a demarcação de cinco áreas — Paraguaçu, Piracua, Jaquapira, Serrito, Panambi e Panambizinho — além da redemarcação de todas as áreas do Estado, pois, segundo eles, quando delimitadas foram diminuídas. Marcaram ainda um prazo para que seja feita a demarcação das cinco aldeias. Se até 30 de abril p.f. o trabalho não for feito, "nós índios Guarani e Kayowá nós

mesmos vamos tomar providência pra demarcar as áreas indígenas", declararam em um documento feito durante a assembleia e endereçado ao presidente da Funai.

Durante a celebração em homenagem a Marçal, que encerrou a assembleia, o primo do líder assassinado, Nenito Guarani, ofertou o colar dele, dizendo que significava a "união das tribos", pretendida por Tupá'i. Afirmou ain-

da que os assassinos pensaram acabar com essa união ao matar Marçal, mas isso não aconteceu. Edna da Silva Souza, uma das filhas do líder morto em 25 de novembro do ano passado, confirmou a continuidade da luta de seu pai, participando ativamente de toda a programação.

A luta de Marçal continua. O legado que deixou foi assumido por seus irmãos. Na assembleia, uma grande decisão foi tomada: lembrar da luta de Marçal a cada ano com a organização. Todo dia 25 de novembro haverá, em Dourados, uma grande assembleia do povo Guarani.

Marçal não será lembrado somente pelos Guarani. Sua luta atravessou as fronteiras de Mato Grosso do Sul. Em Brasília, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com o apoio de diversas entidades e moradores da cidade, promoveu a "Semana Marçal Tupá'I". Além de filmes e debates em vários locais, correu, durante a programação, um abaixo-assinado exigindo a punição dos criminosos.

Em Itapuranga, Norte de Goiás, Marçal foi lembrado com a celebração de uma missa, no dia 25, por Dom Tomás Balduino. Também lá a população exigiu apuração do assassinato brutal através de

um abaixo-assinado. Em São Paulo, o aniversário de morte do líder indígena foi marcado por um debate sobre violência contra os povos indígenas no dia 21 de outubro, na Faculdade de Teologia de Ipiranga. Ailton Krenak da União das Nações Indígenas (UNI) e Benedito Prêzia, secretário-adjunto do Cimi, coordenaram os debates.

Transcrevemos abaixo uma carta assinada pelas lideranças participantes do encontro em Dourados.

CARTA AS AUTORIDADES RESPONSÁVEIS

Aos 24 e 25 do mês de novembro de 1984, as comunidades indígenas das Reservas de Dourados (Guarani e Kayowá) e uma representação terena da região de Miranda estiveram reunidos na Catedral de Dourados, para homenagearem o finado Marçal Tupá'iy Guarani pela morte brutal deste nosso irmão, que deu a vida para que seu san-

gue se tornasse para nós como uma semente de coragem, amor à raça e garra pela causa indígena. Sua morte não surtiu o efeito que covardes assassinos desejavam em amortecer a causa indígena. Ao contrário, assim como a morte de Cristo foi o início de ânimo para os apóstolos, a morte de Marçal Guarani nos tornou mais unidos, mais fortes, nos deu mais coragem para lutar e com ele vamos vencer.

A morte de Marçal de Souza não foi um fim, mas sim início de uma nova vida, de coragem e força para lutar e com ele vamos vencer.

Hoje, neste dia 25 de novembro de 1984, aniversário de sua morte, morte que gerou a vida, nós Guarani, Kayowá e Terena pedimos e exigimos que o seu desejo seja realizado: a demarcação, legalização e retrada dos invasores de todas as áreas indígenas.

Exigimos também esclarecimento correto, honesto sobre o assassinato de nosso irmão Marçal, que até hoje continua falso e obscuro.

Exigimos tomada de providência urgente sobre o andamento dos processos sobre a morte dos nossos líderes.

Queremos que as autoridades responsáveis assumam esse compromisso conosco, porque somos "gente" que queremos que seja feita a justiça merecida, e que esse caso triste, doloroso, acorde a consciência adormecida dos "grandes" que podem fazer muito, mas nada fazem para que a verdade sobre o assunto venha a público.

Esperamos já há um ano e hoje exigimos que as providências acima referidas sejam tomadas o mais rápido possível e por ser verdade o que exigimos assinamos na certeza de sermos atendidos.

Justiça para assassinato de líder indígena ainda é sonho

Arquivo

Kátia Aguiar

"Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre. Alguém tem que perder a vida por uma causa". E perdeu. Cinco tiros calaram a voz do líder indígena Guarani, Marçal Tupã-y, no dia 25 de novembro de 1983, porque ele defendia suas terras dos interesses dos homens brancos. Apesar da arma do crime ter sido apreendida e um dos principais suspeitos, o proprietário dela, jagunço Rômulo Gamara, mais conhecido como Paraguaio, ter sido detido no dia dois de junho último — dois meses depois foi libertado — nenhum processo foi aberto pela Justiça de Mato Grosso do Sul. A denúncia é do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que atribui o fato à conhecida "influência" dos mandantes do assassinato.

Rômulo — de cuja arma os exames balísticos efetuados comprovaram que alguns dos tiros que mataram Marçal saíram dela — empreitou a derrubada de uma mata, em 1980, numa área contígua à Fazenda Serra Branca, do latifundiário Astúrio Monteiro. O filho deste, Libero Monteiro, pretendia incorporar à propriedade da família a área indígena de Piracua, no município de Bela Vista, na fronteira com o Paraguai, onde, desde tempos imemoriais vive em os índios Kayová. Através de Rômulo, tentou subornar Marçal para que lhe passasse as terras silvícolas por Cr\$ 5 milhões, o que foi rechaçado.

Assassinato

Na noite do dia 25 de novembro de 1983, ao deixar a farmácia da Fundação Nacional do Índio (Funai) na aldeia de Campestre, do município Antônio João, Marçal foi alvejado por tiros disparados de duas armas.

— Apesar de Rômulo ter sido apontado, desde a época do crime como um dos jagunços que balearam Marçal, a Polícia Federal demorou três meses para recolher sua arma e a de outros suspeitos. Mas, nem essa inexplicável morosidade impediu que as investigações levassem à implicação de Paraguaio, acentua o CIMI ao lembrar que "a Justiça Federal se considerou incompetente para julgar o caso e devolveu o inquérito à comarca de Ponta Porã, cujo promotor público, alegando estar muito atarefado não forneceu denúncia sobre o caso.

Essa situação poderá perdurar se o promotor em questão considerar que "não há elementos suficientes para tal", afirma apreensivo o CIMI revelando que até hoje não foi feita qualquer apuração para identificar quem ameaçou Marçal de morte 20 dias antes dele morrer, nem tampouco se investigou quem tentou suborná-lo com quantias vultosas para que convenesse seus irmãos Guarani da Fazenda Piracua a abandonarem as terras onde vivem, desocupando-as para o latifundiário Astúrio Monteiro expandir suas fazendas.

O CIMI considera que Libero é um dos mandantes do crime, e não estranha que até agora continue impune pois "ele é pessoa influente no Estado e sua família tem estreitas ligações com Plínio Barbosa, chefe do Gabinete Civil do Governador, Wilson Martins". Aliás — prossegue a entidade de defesa da causa indígena — foi



Cinco tiros calaram a voz mas não o ideal de Marçal Tupã-Y

Barbosa quem tentou, logo após o crime desviar o curso das suspeitas mais óbvias, acusando irresponsavelmente a esposa de Marçal de ter contratado jagunços, por ciúme, para matarem o líder Guarani.

— Como justificar a inoperância da Justiça no caso de Marçal? Dizer que a Polícia Federal na região não tinha combustível para abastecer o carro com que realiza as diligências, como foi feito é ridículo. Nada justifica tanto descaso. Só mesmo o envolvimento de pessoas influentes do estado do Mato Grosso do Sul, interessadas em abafar o caso, ressalta o CIMI.

Discurso

No dia dez de julho de 1980, na sacada do Palácio Episcopal de Manaus, o Papa João Paulo II que visitava nosso país, ouviu de Marçal, que o homenageou em nome de todas as lideranças indígenas nacionais, o seguinte apelo feito de improviso:

— Santo Padre, nós depositamos uma grande esperança na sua visita. Leve o nosso clamor, a nossa voz por outros territórios que não são os nossos, mas que o povo, uma população mais humana, lute por nós, porque o nosso povo, a nossa nação indígena está desaparecendo do Brasil. Este é o país que nos foi tomado. Dizem que o Brasil foi descoberto, mas o Brasil não foi descoberto não, Santo Padre, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas. Esta é a verdadeira história, nunca contada, de nosso povo.

Marçal denunciou ao Papa o assassinato em 1979 do cacique Pankararé, Angelo Pereira Xavier, no dia 26 de dezembro, em Brejo dos Burgos, na Bahia, também em defesa de suas terras, assim como o assassinato do cacique Kaingang, de Mangueirinha, no Paraná, Angelo Cretá, no dia 29 de janeiro de 1980 uma semana após ter

sofrido uma emboscada. O motivo? O mesmo. Defesa das terras que "são invadidas, tomadas, e os territórios diminuídos", como disse Marçal ao Papa.

Crime político

Uma das filhas de Marçal, Edna Silva de Souza, considera o crime cometido como de caráter político, pois seu pai "tinha um ideal de vida contrário ao nosso sistema atual de Governo. Ele sabia que incomodava e pretendia incomodar muito mais".

Ela, que é professora no Posto Indígena de Dourados, em Mato Grosso do Sul, está segura de que para uma pessoa se empenhar numa causa dessas, a defesa de toda uma etnia, "não pode ter vínculos familiares para não causar sofrimentos e afirma:

— O fim de um idealista é sempre esse aí: uma separação violenta, e ética em relação à Justiça acreditada que o caso de seu pai "vai ser mais um dos muitos crimes políticos indescendíveis por falta de provas".

Marçal nasceu no dia 24 de dezembro de 1920, em Rincão de Júlio. De acordo com o CIMI, ele se destacou pela luta incansável em favor do seu povo, e pelos discursos de grande lucidez, pronunciados na sua defesa, participou de várias reuniões de líderes indígenas, de seminários, do filme "Terra dos Índios". "Em todos esses momentos manifestou surpreendente clareza sobre o processo de espoliação que sofrem os povos indígenas e, ao mesmo tempo que clamava a todos à união, pronunciava a sobrevivência desses povos".

"Se muitos acreditam que taparam a boca de Marçal quando deram a ordem do crime aos jagunços, se enganaram. Suas palavras estão ecoando em cada luta que desponta e suas palavras não serão esquecidas.